

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO**

**JULIANA GOULART MACHADO**

**ANA DE CASTRO OSÓRIO, UMA INTELLECTUAL TRANSNACIONAL:  
FEMINISMO E MEDIAÇÃO CULTURAL**

**CAXIAS DO SUL  
2019**

**JULIANA GOULART MACHADO**

**ANA DE CASTRO OSÓRIO, UMA INTELLECTUAL TRANSNACIONAL:  
FEMINISMO E MEDIAÇÃO CULTURAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Terciane Ângela Luchese.

**CAXIAS DO SUL  
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M149a Machado, Juliana Goulart

Ana de Castro Osório, uma intelectual transnacional : feminismo e  
mediação cultural / Juliana Goulart Machado. – 2019.

166 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa  
de Pós-Graduação em História, 2019.

Orientação: Terciane Ângela Luchese.

1. Osório, Ana de Castro, 1872-1935. 2. Feminismo. 3. Mulheres -  
História. 4. Intelectuais - História. 5. História - Estudo e ensino. I.  
Luchese, Terciane Ângela, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37.011.33:141.72

Catálogo na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

## ANA DE CASTRO OSÓRIO, UMA INTELLECTUAL TRANSNACIONAL: FEMINISMO E MEDIAÇÃO CULTURAL

*Juliana Goulart Machado*

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Fontes e Acervos na Pesquisa e Docência em História.

Caxias do Sul, 19 de agosto de 2019.

Banca Examinadora:

Dra. Terciane Ângela Luchese  
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Ana Maria Colling  
Universidade Federal da Grande Dourados

Dra. Eliana Rela  
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Luiza Horn Iotti  
Universidade de Caxias do Sul

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Tânia e Júlio por todo amor, carinho e pela dedicação. Ao meu esposo Olmar, pela paciência, pelo companheirismo e incentivo. Teu amor e amizade foram essenciais nesta caminhada.

À minha amiga Cristiane Damo, a Cris, pelo incentivo, pelas conversas, ideias, pelo carinho e pela atenção. Amizade da graduação para a vida toda!

À minha vó Juracema, cunhada Raquel, as tias Mari Ângela, Mariluz, Maristela, Loice Helena e em especial a tia Vera Lúcia, a minha Dadada, primas Camila e Luísa, mulheres que inspiraram a escrita deste trabalho.

Ao meu Avô Geoly Goulart (*in memoriam*) e à minha tia-avó Dalva (*in memoriam*), pelos conselhos, e pelo amor recebido. Espíritos de luz que me guiam!

À orientadora deste trabalho, Profa. Dra. Terciane Ângela Luchese, por dar credibilidade à minha pesquisa, por despertar novamente em mim o gosto pela escrita, *gracias* pelo carinho e pela amizade. És para mim fonte de inspiração!

À Profa. Dra. Eliana Rel, por todo o carinho, incentivo e pela amizade. Eternamente grata por ter me “apresentado” a Ana de Castro Osório.

Às professoras: Dra. Ana Maria Colling e Dra. Luiza Horn Iotti por suas importantes contribuições que, certamente, enriqueceram a escrita deste trabalho.

Ao Prof. Dr. João Gomes Esteves, um dos biógrafos de Ana de Castro Osório em Portugal, que tão gentilmente me enviou artigos e livros, que foram fundamentais para a pesquisa e escrita desta dissertação.

*Julia, Helena, Ana Clara e Amália: minhas  
pequenas mulheres.  
Que o futuro reserve a elas um mundo melhor, com  
mais justiça, igualdade e tolerância.*

### **Canção do dia de sempre**

Tão bom viver dia a dia.  
A vida assim, jamais cansa.

Viver tão só de momentos  
Como estas nuvens no céu.

E só ganhar, toda a vida,  
Inexperiência. esperança.

E a rosa louca dos ventos  
Preso à copa do chapéu.

Nunca dê um nome a um rio:  
Sempre é outro rio a passar.

Nada jamais continua,  
Tudo vai recomeçar!

E sem nenhuma lembrança  
Das outras vezes perdidas,  
Atiro a rosa do sonho  
Nas tuas mãos distraídas.

Mário Quintana

## RESUMO

Este estudo desenvolvido no âmbito do programa de Pós-Graduação em História, tem como objetivo analisar a atuação de Ana de Castro Osório como mediadora cultural, nos movimentos em prol do feminismo, considerando a circulação transnacional de suas ideias, intentando potencializar o estudo de gênero no ensino de História. Ana de Castro Osório foi intelectual, escritora, jornalista, pedagoga e líder feminista portuguesa. No Brasil contemporâneo, Ana ainda é quase uma desconhecida; na História, é reconhecida por sua atuação como feminista. Assim, como problema de pesquisa analisa-se: Como a atuação de Ana de Castro Osório, enquanto mediadora cultural nos vários movimentos feministas dos quais participou, pode contribuir para se fazer uma relação entre gênero e ensino de História. As obras de Scott (1995, 2012), Gomes (2011, 2013, 2016), Sirinelli (1996), Esteves (2000, 2003, 2008, 2011, 2014) e Burke (2004) têm suma importância para desenvolver a fundamentação teórica da pesquisa. A metodologia consistiu em análise documental e histórica e, dentre as fontes consultadas, selecionaram-se as seguintes: Relatório Geral da Cruzada das Mulheres, Novos Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas e Boletins Mensais da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Além destas, três obras de Ana de Castro Osório foram analisadas para este trabalho: *As mulheres portuguesas* (1905), *Em tempo de guerra* (1918), *A grande aliança* (1924). E, como forma de compreender a repercussão da Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP) no Brasil, foram analisados jornais que circularam no período de 1910-1919, e que se encontram digitalizados e disponíveis no *site* da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Como proposta de produto, realizou-se o curso de extensão *Feminismo, gênero e ensino de História, a obra de Ana de Castro Osório como ferramenta didática*. O curso teve uma carga horária de 20 horas-aula, sendo três encontros presenciais (com duração de 4 horas-aulas cada) e atividades a distância (8 horas-aula). O objetivo do curso foi promover o conhecimento sobre o movimento feminista e os estudos de gênero, fornecendo embasamento teórico-metodológico para professores e futuros professores, e assim contribuir para que essas categorias sejam utilizadas e incorporadas em sua prática docente. Com a análise documental, constatou-se que, através de seus livros que circularam não só em Portugal, mas em diversos países, inclusive no Brasil, a participação em diversos movimentos feministas e sua atuação como uma das dirigentes da Cruzada das Mulheres Portuguesas, Ana de Castro Osório realizou intensa mediação cultural; sua obra e ideias alcançaram diferentes grupos sociais. Temas, como feminismo, educação, trabalho feminino e “papéis e condutas sociais” esperados para os homens e mulheres, abordados há mais de 100 anos pela intelectual, se fazem atuais, necessitando reflexão e discussão em nossa sociedade. Com a realização do curso de Extensão pode-se perceber e ratificar a atualidade da obra. Desta forma, acredita-se que a obra de Ana de Castro Osório pode servir como uma nova fonte para se trabalhar o feminismo e as questões de gênero no ensino de História.

**Palavras-chave:** Ana de Castro Osório. Feminismo. História das Mulheres. Intelectual Portuguesa. Mediadores Culturais. Gênero e Ensino de História.



## ABSTRACT

“This study, conducted for the History Postgraduate Program, has the objective of analysing Ana de Castro Osório’s role as a cultural mediator for feminist movements, considering the transnational transmission of her ideas, aiming at strengthening gender studies in History teaching. Ana de Castro Osório was a portuguese intellectual, author, journalist, teacher and feminist leader. Contemporarily, in Brazil, Ana is still almost unknown; in History she is recognized for her role as a feminist. So, as a research question, we analyze: How Ana de Castro Osório’s role, as a cultural mediator for the various feminist movements she took part in, can contribute towards building a link between gender studies and History teaching. Works by Scott (1995, 2012), Gomes (2011, 2013, 2016), Sirinelli (1996), Esteves (2000, 2003, 2008, 2011, 2014) and Burke (2004) are of fundamental importance for developing a theoretical framework for this research. Methodology consists of a historical documental analysis, and among the examined sources, the following were selected: the General Report of the Women’s Crusade, New Statutes of the of the Portuguese Women’s Crusade, and the Monthly Bulletins of the Portuguese Women’s Crusade. Besides these, three works by Ana de Castro Osório were studied: *To Portuguese Women* (1905), *In Wartime* (1918), *The Great Alliance* (1924). And, as a way to comprehend the repercussion of the Portuguese Women's Crusade (PWC) in Brazil, we analyzed newspapers in circulation between 1910-1919, which are digitally available in the National Library’s Archive’s website. As a proposed product, we organized an extension course entitled “Feminism, Gender and History teaching: the works of Ana de Castro Osório as an educational tool”. The course was 20 hours long, consisting of three on-site meetings (lasting four hours each) and long-distance learning (eight hours of activities). The course’s goal was to disseminate knowledge on the feminist movement and gender studies, providing theoretical and methodological frameworks to present and future educators, and as such contributing towards their future use in educational practices. From the documental analysis we conclude that through her books, which had circulation not only in Portugal, but in many countries, including Brazil, through her taking part in various feminist movements and her role as one of the directors of the Portuguese Women’s Crusade, Ana de Castro Osório accomplished extensive cultural mediation, her work and ideas having reached numerous social groups. Themes such as feminism, education, women’s labor and the “social conduct and roles” expected from men and women, as approached by the author over 100 years ago, are still important today and in need of reflection; and by implementing the extension course its lasting relevance can be noted and confirmed. As such, we believe that Ana de Castro Osório’s oeuvre can work as a new source for inserting feminism and gender studies in History teaching.

**Keywords:** Ana de Castro Osório. Feminism. Women’s History. Portuguese Intellectual. Cultural Mediators. Gender and History Teaching.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 – Postal comemorativo do 1º Aniversário da Implantação da República, em Portugal.....	36
Figura 2 – Redes de sociabilidade .....	48
Figura 3 – Cartaz de 1916 representando a cooperação entre Portugal e Grã-Bretanha .....	64
Figura 4 – Folheto do Grémio Patriótico Montanha da Cidade de Setúbal .....	68
Figura 5 – Carta da Comissão Feminina “Pela Pátria” enviada a todas as Câmaras Municipais de Portugal .....	73
Figura 6 – Cruzada das Mulheres portuguesas .....	76

### QUADROS

Quadro 1 – Educação .....	92
Quadro 2 – Trabalho .....	95
Quadro 3 – Patriotismo/nacionalismo .....	99
Quadro 4 – Feminismo .....	102
Quadro 5 – Questões de gênero .....	106
Figura 6 – Apresentação da Página Wiki .....	115
Figura 7 – Propostas de atividades para trabalhar a história das mulheres, feminismo e questões de gênero .....	116
Figura 8 – Movimento sufragista .....	117

## **Lista de abreviaturas e siglas**

APF	Associação de Propaganda Feminista
CMP	Cruzada das Mulheres Portuguesas
RGCMP	Relatório Geral da Cruzada das Mulheres Portuguesas
CEP	Corpo Expedicionário Português
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GPEF	Grupo Português de Estudos Feministas
IBCT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LIDHIS	Livro Didático e Representações Culturais
LRMP	Liga Republicana das Mulheres Portuguesas
MEC	Ministério da Educação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>PORTUGAL, DA MONARQUIA À REPÚBLICA .....</b>	<b>28</b>
2.1	AS IDEIAS REPUBLICANAS EM PORTUGAL.....	31
2.1.2	<b>Eis que chega a República.....</b>	<b>34</b>
2.2	ANA DE CASTRO OSÓRIO, INTELLECTUAL E FEMINISTA PORTUGUESA .....	41
2.2.1	<b>Ana de Castro Osório e o feminismo.....</b>	<b>43</b>
2.2.2	<b>As redes de sociabilidade de Ana de Castro Osório .....</b>	<b>46</b>
2.2.3	<b>Ana de Castro Osório e as ideias que viajaram continentes.....</b>	<b>56</b>
<b>3</b>	<b>A CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PARA AS MULHERES .....</b>	<b>60</b>
3.1	PORTUGAL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918) .....	61
3.2	A CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS (1916-1938) .....	72
3.2.1	<b>A Cruzada das Mulheres Portuguesas e sua repercussão no Brasil .....</b>	<b>81</b>
<b>4</b>	<b>A OBRA DE ANA DE CASTRO OSÓRIO E O ENSINO DE HISTÓRIA.....</b>	<b>90</b>
4.1	ANÁLISE DAS OBRAS SELECIONADAS .....	91
4.2	O FEMINISMO NAS OBRAS DE ANA DE CASTRO OSÓRIO E ENSINO DE HISTÓRIA .....	101
4.3	A OBRA DE ANA CASTRO OSÓRIO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA .....	113
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>123</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>126</b>
	<b>ANEXOS</b>	
	<b>A – Capa e índice do livro <i>As mulheres portuguesas</i> .....</b>	<b>135</b>
	<b>B – Folheto de apresentação do Grupo Português de Estudos Feministas .....</b>	<b>137</b>
	<b>C – Entrevista de Ana de Castro Osório ao jornal <i>A Opinião</i> .....</b>	<b>140</b>
	<b>D – Projeto: Roda de conversas com as mulheres presas de Caxias do Sul, com base no texto “Mulheres desnaturadas, mães desnaturadas” de Ana de Castro Osório na obra <i>Às mulheres portuguesa</i>.....</b>	<b>143</b>
	<b>APÊNDICES</b>	
	<b>A – Quadro-revisão de literatura a partir dos descritores: Ensino de História, gênero, feminismo e Ana de Castro Osório.....</b>	<b>149</b>
	<b>B – Quadro de alguns livros escritos por Ana de Castro Osório .....</b>	<b>151</b>
	<b>C – Quadro-revisão de jornais da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, a partir dos descritores: Cruzada das Mulheres Portuguesas, Mulheres Portuguesas e Ana de Castro Osório (período de 1910-1919) .....</b>	<b>153</b>
	<b>D – Planejamento do curso de Extensão: Feminismo, gênero e ensino de História, a obra de Ana de Castro Osório como ferramenta didática.....</b>	<b>155</b>
	<b>E – Material da divulgação do curso de Extensão .....</b>	<b>165</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta intitulada *Ana de Castro Osório, uma intelectual transnacional: feminismo e mediação cultural* surgiu quando da participação como voluntária, por alguns meses, no projeto “Leitura de imagens no ensino de História: um estudo sobre mudanças e permanências nas prescrições, livro didático e representações culturais” (LIDHIS), coordenado pela Profa. Dra. Eliana Rela. Porém, a “descoberta” de Ana de Castro Osório ocorreu quando me foi apresentado o material da Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP), que foi um movimento feminino de assistência criado em 1916, em Portugal, com o objetivo de auxiliar moral e materialmente os soldados portugueses na Primeira Guerra Mundial.

O contato com essas novas fontes, até o momento desconhecidas, despertou imenso interesse e curiosidade, pois, conforme ia avançando nas leituras e buscas, muitos materiais iam aparecendo sobre a CMP, como: boletins, estatutos e relatórios. De todo esse material consultado, a atuação de uma mulher em especial me chamou a atenção e me fascinou, pelos seus escritos, por suas ideias, pensamentos e ações. Essa mulher foi Ana de Castro Osório.

Ana de Castro Osório (1872-1935), intelectual, jornalista, escritora, conferencista feminista e republicana de destaque, nasceu em Mangualde (Portugal), em uma família de posses. Seu pai, o juiz João Baptista de Castro, foi grande incentivador da carreira literária da filha, chegando mesmo a patrociná-la financeiramente. Ana, que muito jovem se aventurou como escritora infantil, pode ser considerada uma das pioneiras neste segmento, reunindo e compilando contos e histórias do folclore português. Como refere Gomes,

a coleção para crianças concentrou grande parte dos esforços de Ana, particularmente nas décadas de 1890 e 1900. Para se avaliar o tamanho do empreendimento, vale assinalar que foram lançados nada menos que 18 volumes, merecendo destaque o volume de 1903, *Contos tradicionais portugueses*, uma coletânea organizada inteiramente a partir de histórias da tradição oral portuguesa, recolhidas e adaptadas pela própria autora e editora. (GOMES, 2016, p. 99, grifo nosso).

Em suas obras infantis, havia uma clara preocupação com a educação. “No início de 1910, Ana era uma escritora com crescente reconhecimento no campo literário, muito conectado ao político e ao educacional”. (GOMES, 2016, p. 101). Segundo Gomes, Ana de Castro Osório defendia o uso do lúdico como forma de tornar mais interessante os ensinamentos morais e cívicos e assim despertar nas crianças o gosto pela leitura. Em 1905, lançou o livro *Mulheres portuguesas*, considerado um marco no movimento feminista português.

Em 1907, fundou o Grupo Português de Estudos Feministas, e participou, juntamente com outras mulheres simpatizantes da causa, em 1908, do Congresso Nacional de Livre Pensamento. Naquele ano, foi uma das ativistas pela fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP). “Este é o percurso de uma mulher que acreditou no seu valor intelectual e se impôs por si própria no espaço público predominantemente masculino – em Setúbal, no Brasil e em Lisboa –, rompendo a esfera do privado a que os homens tanto gostavam de acantonar o sexo feminino.” (ESTEVEVES, 2014, p. 28).

Gomes aponta que, com 26 anos, Ana de Castro Osório casa-se com o jornalista, poeta e escritor Paulino de Oliveira. Em 1911, quando Paulino é nomeado Cônsul pelo governo republicano português, o casal muda-se para o Brasil, residindo em São Paulo até 1914.

Durante o período em que viveu no Brasil, Ana participava ativamente da vida cultural, estabelecendo diversas redes de sociabilidade constitutivas de suas experiências e relações, pois, como expõe Gomes, é o período em que

ela amadurece e investe realmente em seu projeto, chamado anos depois, de “a grande aliança”. Suas bases cívico-patrióticas – a lusofonia e a educação feminina e infantil – estarão sendo experimentadas e consolidadas desde então. Durante os anos em que morou na cidade de São Paulo, o que ocorreu até o falecimento de seu marido, em 1914, ela viajou para outros estados, usou a correspondência como suporte e vínculo para relações intelectuais e financeiras, mantendo sua “Livreria Editora para Crianças”, em Portugal. (GOMES, 2011, p. 291).

Após a morte do marido em 1914, retorna a Portugal com dois filhos e se estabelece em Setúbal. No ano de 1916, quando Portugal declarou guerra à Alemanha, Ana e um grupo de senhoras constituíram o movimento a CMP, com o intuito de auxiliar material e moralmente os soldados portugueses.

Muito mais que prestar assistência aos soldados portugueses, que participaram da Primeira Guerra Mundial, o movimento CMP<sup>1</sup> ajudou na luta pela emancipação feminina, com a criação de cursos de enfermagem, escolas agrícolas femininas e a casa de trabalho, onde eram ensinados ofícios às mulheres das camadas mais populares, como forma de prover seu próprio sustento. Nas palavras de Ana de Castro Osório:

---

<sup>1</sup> Uma boa leitura sobre o movimento *Cruzada das Mulheres Portuguesas* é o artigo da pesquisadora portuguesa Isabel Lousada: **Pela pátria: a cruzada das mulheres portuguesas (1916-1938)**, disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/7007/4/11\\_IX\\_sessao\\_10\\_isabel\\_lousada.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/7007/4/11_IX_sessao_10_isabel_lousada.pdf). Acesso em: 10 out. 2017.

[...] E no meio destes variados trabalhos, dum assistência normal, vem a guerra, com toda sua perturbação e necessidade de trabalho inteligente e disciplinado surgiram em Portugal atividades femininas que organizaram a defesa patriótica da raça. [...] com a declaração pública da guerra fundou-se a Cruzada das Mulheres Portuguesas, cuja ação larga e multiforme surgiu com um plano de vida futura, que marcava sua estabilidade. (OSÓRIO, 1924, p. 19).

Ana de Castro Osório é uma intelectual conhecida em Portugal; há várias pesquisas e trabalhos sobre sua vida e obra. Gomes enfatiza que

Ana de Castro Osório (1872-1935) é uma intelectual razoavelmente reconhecida e estudada em Portugal, sobretudo no contexto das comemorações do Centenário da República, causa que ela ajudou a propagar e com a qual colaborou em projetos importantes, como o do divórcio. Seu percurso como republicana, que não é tão invulgar, inicia-se com um grande engajamento, desdobrando-se para uma crescente desilusão e até alguma simpatia com o regime que vai sucedê-la. Os trabalhos a ela dedicados concentram-se mais no campo da literatura, no qual teve presença marcante, e, na história, privilegiam sua atuação como líder feminista. (GOMES, 2011, p. 284).

Conforme nos relata Gomes, Ana de Castro Osório é uma intelectual com certo destaque em Portugal, porém, no Brasil, é ainda pouco conhecida e estudada. Tal constatação se faz, pois, ao efetuar buscas por teses e/ou dissertações em repositórios de universidades brasileiras, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/BDTD), no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), um órgão do Ministério da Educação, responsável pelo reconhecimento e pela avaliação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no âmbito nacional; o SciELO – portal de periódicos e livros, o Google, Google Acadêmico e Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o que há sobre Ana de Castro Osório são poucos artigos, todos apresentados ao longo deste estudo.

Ana de Castro Osório, como intelectual e mediadora cultural, nos espaços de sociabilidade dos quais participou, defendia a educação feminina como forma de romper com o papel social e culturalmente imposto à mulher, ou seja, de inferioridade, dependência e submissão em relação ao masculino. Em várias de suas obras, pode-se constatar a preocupação pela educação das mulheres e crianças, pelos debates sobre feminismo e pelo “papel” esperado da mulher perante a sociedade.

[...] as mulheres poderão, assim como os homens, distinguir-se pela ciência, pela indústria, pela arte, pelo comércio, pela pedagogia, ou ficarem tão somente donas de casa, mas fazendo de seu lar a primeira e mais nobre escola de seus filhos. [...] as escolas estão abertas por igual aos dois sexos e não há já quem, nesta hora alta da civilização, se atreva a banir delas um indivíduo que as queira frequentar sob o pretexto da diferença de sexo. (OSÓRIO, 1905, p. 18-19).

Das diversas obras da intelectual, selecionaram-se três que foram analisadas para a escrita da dissertação, por acreditar que podem contribuir para se pensar questões sobre feminismo, gênero e ensino de História. **As mulheres portuguesas** (1905) – considerado um marco do movimento feminista português, aborda questões sobre o feminismo, a igualdade entre os sexos, a educação, o trabalho, o casamento e a situação da mulher perante as leis. **A grande aliança** (1924) reúne as palestras e conferências que realizou no Brasil, quando aqui esteve durante oito meses, para as comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil. Essas conferências e palestras versavam sobre feminismo, trabalho feminista e a tentativa de uma aliança cultural luso-brasileira. **Em tempo de guerra** (1918) relata a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, a atuação feminina, a educação e o trabalho, como propulsores da emancipação da mulher.

Registra-se que o interesse pessoal pelos temas: mulheres, feminismo e estudos de gênero surgiu ao longo da graduação em História. Em diversas disciplinas sempre que era possível, e se fosse pertinente, procurava relacionar os trabalhos com a temática.

Durante a graduação, mais especificamente no ano de 2011, havia a disciplina Gênero, Mulheres e Historiografia, ministrada pela Profa. Dra. Natália Pietra Méndez, que despertou ainda mais o interesse e aguçou certas inquietações como, por exemplo: Por que as mulheres são sempre “figurantes” nos processos históricos? Por que as fontes referentes ao feminino são tão escassas? Por que as questões de gênero não perpassam os currículos escolares e acadêmicos? Foram alguns dos muitos questionamentos que elaborei no processo.

Também é fato motivador para este estudo a condição das mulheres da (minha) família, marcada por contradições, pois, dentre essas mulheres, algumas se colocam como mais fortes e independentes, outras frágeis e extremamente dependentes de pai e maridos. Conforme Louro:

O modo como pesquisamos e, portanto, o modo como conhecemos e como escrevemos é marcado por nossas escolhas teóricas e por nossas escolhas políticas e afetivas. É, certamente, afetado por nossa história pessoal, pelas posições-de-sujeito que ocupamos, pelas oportunidades e encontros que tivemos e temos. O modo como conhecemos é, por tudo isso, incontrolável, volátil. Mas essa constatação não significa que não possamos refletir sobre esse processo. (LOURO, 2007, p. 213).

No passado, o estudo e a instrução nunca foram considerados importantes e necessários para essas mulheres, importante mesmo era saber fazer as tarefas domésticas, cuidar dos filhos e do marido.

Na condição das mulheres da (minha) família, percebe-se o discurso do papel social “construído” para as mulheres ao longo do tempo, ou seja, a mulher-mãe, a mulher-esposa, a



mulher-filha, submissas e obedientes. O discurso da fragilidade e dependência e a submissão do sexo feminino é uma “criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”. (SCOTT, 1995, p. 75).

Procura-se questionar essa submissão, passividade, falta de perspectiva e a aceitação natural de certos papéis que lhes eram impostos, de se considerarem inferiores, incapazes de realizar certos trabalhos, de calar, consentir, não argumentar, não buscar, não lutar por seus sonhos. (Não queria ser assim, tinha medo de repetir as mesmas coisas, por isso lutei e luto contra isso).

Certamente, hoje, são inúmeros os fatores e contextos que fazem com que essa situação aconteça e perdure, como, por exemplo: cultural, econômico, falta de capacitação e instrução, etc., pois esta situação não acontece somente com as mulheres da (minha) família, outras milhares encontram-se na mesma condição.

Através dos movimentos feministas, muitas conquistas e direitos foram efetivados. Na atualidade, as mulheres são maioria nas universidades,<sup>2</sup> conseguiram galgar altos cargos nos setores público e privado, na política, nas artes, ou seja, em todas as áreas praticamente.

No entanto, apesar das diversas conquistas, ainda existem preconceitos, como se o lugar que ocupamos não pertencesse a nós; somos vistas muitas vezes como intrusas. Sabe-se que há uma gama de trabalhos e pesquisas sobre mulheres, movimentos feministas e, mais recentemente, estudos de gênero. Mas o tema exige que perseveremos na pesquisa. Há muito por fazer.

Na escrita da História, as mulheres ainda são retratadas como figurantes, sombras e indícios, apesar de todo o avanço já alcançado em estudos e pesquisas. Há muito ainda a desmitificar e a mostrar sobre a participação da mulher em vários contextos históricos. Nessa direção, Pinto e Alvarez mencionam que

as mulheres ainda não fazem parte do sujeito histórico, tal como sucede com os homens, mantendo-se frequentemente nas margens da História que se ensina e, pela forma como surgem documentadas nos manuais escolares, exteriores à narrativa histórica. As referências às mulheres, ainda que mais frequentes, mantêm um carácter pontual, descontextualizado e pouco inteligível, tornando-se historicamente irrelevantes nos fenómenos considerados mais marcantes na História da

---

<sup>2</sup> Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e Ministério da Educação (MEC), no Censo da Educação Superior-2017, por exemplo, as mulheres representam 55,2% dos ingressantes nas universidades enquanto os homens 44,8%; das matrículas efetuadas, 57,0% são mulheres, os homens representam 43,0%, entre os concluintes 61,1% são mulheres e 38,9% são homens.

Humanidade e que continuam a ser os de cariz político e militar. (PINTO; ALVAREZ, 2014, p. 17).

Nos livros didáticos, precisamos deixar de ser pequenos parágrafos, notas de rodapé ou curiosidades. O ensino de História carece de maior destaque para a participação da mulher nos processos históricos, afinal a história da mulher ainda é vista como um complemento à História dita oficial, como refere Méndez:

Mais do que uma ausência na escrita da história, as mulheres têm estado presentes nos livros didáticos há algumas décadas. Mas essa presença não significa uma possibilidade de repensar uma narrativa iluminista que situa o Homem no centro. A lógica do suplemento, como bem aponta Scott, demarca o lugar das mulheres como aquele da diferença. E sendo assim, contribui para solidificar visões das sociedades do passado (e do presente) nas quais as mulheres e uma ampla gama de sujeitos históricos são os “outros”. (MÉNDEZ, 2016, p. 210-211).

Considerando o exposto, propõe-se, como problema de pesquisa: “Como a atuação de Ana de Castro Osório, enquanto mediadora cultural nos vários movimentos feministas dos quais participou pode contribuir para se fazer uma relação entre gênero e ensino de História?” Como objetivo geral, propõe-se: analisar a atuação de Ana de Castro Osório como mediadora cultural, nos movimentos em prol do feminismo, considerando a circulação transnacional de suas ideias; tentando potencializar o estudo de gênero no ensino de História.

O recorte temporal da pesquisa compreende o período de vida de Ana de Castro Osório (1872-1935); porém, salienta-se que não será escrito um trabalho de cunho biográfico, mas que vai refletir sobre o movimento feminista, a circulação de ideias dessa intelectual e, com isso, vincular com o ensino de História e gênero.

A partir do objetivo geral, definiram-se os objetivos específicos, levando em conta as leituras que deram o suporte necessário: (a) identificar a produção e a circulação de ideias feministas de Ana de Castro Osório; (b) verificar em que medida a participação de Ana de Castro Osório como feminista, no movimento da CMP, durante a guerra ajudou na construção da cidadania feminina; e (c) evidenciar como sua atuação contribui para se pensar a relação de gênero e ensino de História.

Como mencionado anteriormente, ainda são poucos os trabalhos acadêmicos referentes à temática proposta nesta pesquisa. No Apêndice A, encontra-se o quadro elaborado a partir da revisão de literatura realizada em agosto e setembro de 2017, utilizado como descritores: ensino de História, gênero, feminismo e Ana de Castro Osório.

A partir da revisão de literatura, destacam-se alguns que têm extrema importância para as abordagens e os conceitos que serão desenvolvidos nesta pesquisa. Um deles é a tese

de doutoramento de Natália Pietra Méndez, intitulada: “Com a palavra o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 60”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Méndez (2008) propõe um estudo sobre o percurso do pensamento feminista no Brasil contemporâneo. Para desenvolvê-lo, escolheu três autoras que desempenharam importante papel para o feminismo, ao introduzirem a temática no campo intelectual brasileiro. São elas: a jornalista Carmen da Silva, a escritora Rose Marie Muraro e a socióloga e escritora Heleieth Saffioti. Conforme Méndez (2008, p. 8), “a análise da intelectualidade e de seu papel como um dos agentes de mudanças sociais e culturais, é um tema que vem galgando espaços significativos na produção historiográfica”.

Outro trabalho que se destaca é a dissertação de Lorena Zomer, “História de uma ‘boa feminista’: Trajetória Intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967”, apresentada em 2011 ao curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Filosofia e de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A autora traz como destaque a trajetória intelectual da escritora Leonor Castellano, e os espaços de atuação das intelectuais femininas na cidade de Curitiba-PR, nas décadas de 1920 a 1960.

Zomer discorre sobre os dados pessoais e a educação de Leonor Castellano e sobre o trabalho que exerceu na Procuradoria Geral do Estado, na Secretaria da Fazenda e no Arquivo Público do Paraná, elucidando ainda de que forma se deu a participação da escritora nos centros literários da cidade de Curitiba.

Gênero e Ensino de História é o enfoque da dissertação de mestrado de Paula Tatiane de Azevedo. “É para falar de gênero sim! Uma experiência de formação continuada para professoras (es) de História”, apresentada em 2016 ao Programa de Pós-Graduação, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, curso de Mestrado Profissional em ensino de História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O estudo tem como objetivo propor o diálogo entre o ensino de História, os estudos de gênero e a formação continuada de professoras (es), a partir da elaboração e aplicação de um curso de Extensão. Azevedo (2016) esclarece que, para o curso de formação, o conceito de gênero foi pensado a partir dos estudos culturais e feministas, em uma perspectiva pós-estruturalista, com fundamentação no conceito de gênero desenvolvido por Joan Scott.

Para a autora, “torna-se cada vez mais necessário problematizar a categoria de gênero no âmbito social, se pensarmos principalmente o contexto atual, onde os debates sobre as

questões de gênero tomaram uma proporção maior e atingiram principalmente o campo da educação”. (AZEVEDO, 2016, p. 11).

Dos artigos pesquisados destacam-se dois: “Mulher, ‘Ente de Razão e Luz’: considerações sobre o pensamento feminista de Ana de Castro Osório”, de autoria de Lina Arão e Henrique Marques Samyn, publicado na *Revista Memento* (Revista do Mestrado em Letras, Linguagem, Discurso e Cultura da Unincor), v. 5, n. 2 jul. /dez. 2014.

O artigo aborda aspectos do pensamento feminista de Ana de Castro Osório, dando ênfase à sua luta em prol da educação, e a participação das mulheres na vida política. Os autores apontam que a importância de Ana de Castro Osório, para a história intelectual em Portugal, se deve à sua obra como escritora infantil, sendo considerada pioneira neste segmento, e pela sua obra para adultos, bem como sua destacada participação no movimento feminista português.

Arão e Samyn (2014) registram que a compreensão do movimento feminista português do século XX é indissociável do processo de implantação da República (1910), pois havia muitas finalidades em comum entre o movimento feminista e os republicanos, ou seja, a democratização e laicização do Estado, igualdade de direitos entre os sexos, lei do divórcio e a educação das mulheres.

O outro artigo é “Feminismo e narrativa nacional no Brasil e em Portugal”, de autoria de Cláudia J. Maia, publicado em 2017, na *Revista Estudos Feministas* (UFSC), v. 25, n. 3, set./dez. 2017. O objetivo do artigo é discutir a participação de escritoras feministas nas narrativas nacionais das primeiras décadas do século XX no Brasil, e em Portugal, fazendo algumas ligações entre elas. Para tanto, a autora restringiu a análise das representações de gênero e de nação elaboradas pela portuguesa Ana de Castro Osório, na obra *Mundo novo* (1930) e pela brasileira Julia de Almeida, no livro *Correio da Roça* (1913).

Argumenta que, ao contrário de uma visão masculina de nação, que tendia a construir para a mulher um modelo de submissão, “essas escritoras construíram uma representação de nação associando o progresso desta à emancipação e independência feminina”. (MAIA, 2017, p.1055). Maia registra que, embora Ana de Castro Osório e Julia de Almeida sejam importantes escritoras e personagens do cenário político de seu país, por muito tempo ficaram silenciadas e esquecidas.

Argumenta ainda que mesmo que o feminismo defendido por Ana de Castro Osório e Julia de Almeida tenha um viés moderado, não se pode negar sua importância para o pensamento feminista do Brasil e de Portugal, nas primeiras décadas do século XX, pois

fizeram de sua literatura um campo aberto para o debate da condição feminina, questionando o papel de submissão reservado ao sexo feminino.

A presente pesquisa está inserida na perspectiva da História Cultural, campo historiográfico, com uma infinidade de possibilidades para o trabalho do historiador. A História Cultural ganha maior visibilidade, a partir das últimas décadas do século XX; porém, sua abordagem não é algo recente, ela já vem sendo trabalhada de longa data. Nos relata Burke:

A história Cultural não é uma descoberta ou invenção nova. Já era praticada na Alemanha com este nome (Kulturgeschichte) há mais de 200 anos. Antes disso havia histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química, linguagem e assim por diante. A partir de 1780, encontramos histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações. (BURKE, 2004, p. 15).

Segundo Barros (2003), os historiadores do século XIX, por terem uma visão muito “restrita” de cultura, costumavam passar ao largo das manifestações culturais de todos os tipos, advindas da cultura popular. Sua visão de cultura se restringia, para as grandes obras literárias, as artes e filosofia clássica, consideradas como “alta cultura”. Ignoravam, assim, que o cotidiano de qualquer ser humano está imerso no mundo da cultura, pois basta existir para que o homem produza cultura.

Ao falar e exercer a comunicação, produzimos cultura; gesticulando produzimos cultura; ao preparar um alimento estamos produzindo cultura, etc. Somos humanizados na multiplicidade de relações entre sermos produtores e produzidos culturalmente.

Foi com a Escola de Annales<sup>3</sup> e sua expansão das fontes, que a História Cultural ganha visibilidade e destaque, abrindo-se para os mais variados objetos e estudos, possibilitando conexões interdisciplinares com a cultura popular, com a cultura letrada, o imaginário, as mentalidades, as representações, a história das mulheres e, posteriormente, com os estudos de gênero.

Muito além dos sujeitos e das agências que produzem a cultura, os meios de produção e transmissão, as práticas e processos culturais também são objetos de análise da História Cultural.

Para além dos sujeitos e agências que produzem a cultura, estudam-se os meios através dos quais esta se produz e se transmite: as práticas e os processos. Por fim, a “matéria-prima” cultural propriamente dita (os padrões que estão por trás dos objetos culturais produzidos): as “visões de mundo”, os sistemas de valores, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os “modos de vida”

---

<sup>3</sup> Sobre a Escola de Annales, ver o livro de Peter Burke (1997): **A Escola de Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia**. Ed. da Unesp.

relacionados aos vários grupos sociais, as concepções relativas a estes vários grupos sociais, as ideias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos tipos. (BARROS, 2003, p.148).

Dentro desta pesquisa, a História Cultural é utilizada para abordar as questões da intelectualidade, a história das mulheres e os estudos de gênero.

Para a escrita deste trabalho, buscou-se apoio no conceito de intelectual desenvolvido por Sirinelli (1996) e Gomes (2016). Mesmo sendo um conceito “polifônico”, ou seja, com muitas acepções, entende-se por intelectuais os sujeitos produtores de conhecimento e difusão de ideias direta ou indiretamente, contribuindo para a modificação política, social e cultural, na sociedade na qual estão inseridos.

Como aporte para a análise da mediação cultural, intelectual mediador e das redes de sociabilidade, utilizam-se os trabalhos de Gomes (2016) e Sirinelli (1996). Conforme as leituras realizadas, compreende-se a mediação cultural como uma forma de ampliar o acesso aos bens culturais a todos os grupos sociais, possibilitando a criação de novos produtos culturais e novas formas de comunicação.

Segundo Gomes (2016), intelectuais mediadores são aqueles que se dirigem a um público de pares, ou a um público não especializado, compostos por amplas parcelas da sociedade. Ainda segundo a autora, o intelectual mediador, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, reconhecidos como preexistentes, lhes dará novos significados, ou seja, produzirá um “novo produto”, um novo bem cultural singular.

Entende-se redes de sociabilidades a forma como os intelectuais se organizam em torno de suas sensibilidades, ideologias, afinidades e valores. A redação de uma revista, um grupo de discussões, associações culturais, partidos políticos, etc. são exemplos de redes de sociabilidade. “Nessas redes e lugares dominam tanto dinâmicas organizacionais que conferem estrutura ao grupo e posições ao que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição.” (GOMES, 2016, p. 24).

Sirinelli (1996) nos alerta que as estruturas de sociabilidade têm difícil compreensão; porém, como historiadores não as podemos ignorar ou subestimar. Ainda segundo o autor, as sociabilidades variam com a época e os intelectuais estudados. Outro conceito que permeia este trabalho é o de feminismo, que se desenvolve a partir dos trabalhos de Pinto (2003), Méndez (2008), Garcia (2015) e Perrot (2008).

Foi na Revolução Francesa que se pôde perceber certa organização por parte de algumas mulheres, na busca por cidadania. Entre suas reivindicações estavam a educação, a

participação política e maior autonomia dentro do matrimônio. No entanto, foi na efervescência dos movimentos sociais e das teorias emancipatórias do século XIX, que o movimento em prol dos direitos da mulher ganha força e destaque; na pauta do movimento estava o direito ao sufrágio, à instrução e o de poder exercer uma profissão.

O termo *feminismo*, segundo Garcia (2015), surge nos Estados Unidos em 1911, quando então passa a designar o que, no século XIX, era conhecido por movimentos de luta das mulheres por direitos. Dentro dos estudos sobre o movimento feminista, é comum a periodização em dois momentos, comumente chamados de ondas. A primeira onda feminista ocorreu na passagem do século XIX para o XX, nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde as mulheres, insatisfeitas com a condição de opressão, reivindicavam igualdade jurídica, acesso à educação e ao trabalho. Na segunda onda feminista, que tem como marco temporal os anos de 1960, estendendo-se até meados dos anos 1980, as mulheres reivindicavam o respeito às diferenças, à igualdade de direitos. Era necessário reconhecer a equivalência, não a superioridade e hierarquia dos sexos.

Assim, entende-se o feminismo como um movimento político e social em prol da igualdade de direitos entre os sexos, pela busca de emancipação da mulher e de tomada de consciência da submissão e opressão do sexo feminino, no sistema de patriarcado nas suas diversas temporalidades.

É a partir das obras de Scott (1995, 2008, 2012); Colling (2000); Colling e Tedeschi (2015); Pedro (2005); Pedro e Scott (2007) e Méndez (2008, 2013, 2016), que será construído o arcabouço teórico, para discutir as questões de gênero.

A História, durante muito tempo, foi escrita e analisada a partir de um sujeito universal; acreditava-se que, falando dos homens, estaríamos automaticamente incluindo as mulheres. Esse pensamento é oriundo da forma “positivista” de fazer História, ou seja, privilegiando a esfera política, a vida pública, os grandes homens e seus feitos heroicos; nessa forma de se escrever a História, a mulher era dispensável, não suscitava interesse.<sup>4</sup>

Esse quadro modificou-se com a *Escola de Annales*, cujas novas fontes e sujeitos foram incorporados em suas pesquisas, incluindo, nesses novos sujeitos, as mulheres. O significativo avanço do movimento feminista em todo o mundo, a partir da década de 1960,

---

<sup>4</sup> Nas obras de Perrot: **Minha história das mulheres** (2008), **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros** (2006); **Breve história do feminismo** (2015), de Carla Cristina Garcia; **Uma história do feminismo no Brasil** (2003), de Céli Regina Jardim Pinto e a coletânea organizada por George Duby e Michelle Perrot – **História das mulheres no Ocidente** (1995), pode-se encontrar embasamento para aprofundar questões sobre o feminismo e a história das mulheres.

despertou ainda mais o interesse pela história das mulheres, e questionou a forma como a ciência em geral era produzida e pensada, majoritariamente, pelo prisma masculino.

Diversos estudiosos se propuseram a historicizar experiências femininas de lutas e resistências. Porém, naqueles primeiros trabalhos, havia a tendência de analisar a mulher através de uma identidade fixa, imóvel, em oposição à identidade do homem universal. “Os historiadores sociais, por exemplo, supuseram as “mulheres” como uma categoria homogênea; eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência não se alterava”. (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 287).

As diferenças e especificidades de homens e mulheres eram analisadas e justificadas pelo viés biológico, ou seja, o sexo determinava características e comportamentos e legitimava a hierarquia entre os sexos (o homem: a força, a cultura; a mulher: a sensibilidade, a natureza).

Simone de Beauvoir em seu clássico trabalho de 1949, *O segundo sexo*, já questionava esse determinismo biológico quando escreveu que não se nasce mulher, mas torna-se mulher. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado, que qualificam o feminino.” (BEAUVOIR, 2016, p. 12).

Assim, a categoria mulher já se mostrava insuficiente para se realizar uma análise que desse conta de explicar as diferenças. Não havia uma única mulher, havia várias: negras, índias, pobres, trabalhadoras, etc. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se à outra, em que se firmou a certeza da existência de múltiplas identidades. (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 287).

Foi na década de 1970, nas universidades dos Estados Unidos, que um novo conceito começa a ser incorporado às ciências humanas, ou seja, os estudos de gênero.

A partir dos estudos de gênero, as construções de masculinidade e feminilidade, baseadas nas diferenças biológicas, foram questionadas, pois não existe uma “essência”, somos produzidos e produtos do meio em que vivemos. Aspectos sociais e culturais nos moldam, nos impõem padrões e comportamentos. Segundo Scott,

o gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. [...] O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é



diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. (SCOTT, 1995, p.75).

Através da categoria gênero, muitas mudanças ocorreram na forma de se fazer e escrever a História; para Méndez (2016), o gênero contribuiu para se repensar a escrita da História, pois, mesmo aproximando-se das teorias feministas, a História tem dificuldade de superar algumas características do binarismo homem *versus* mulher, separação do público e privado e a noção de que a História das mulheres é um complemento da História mundial.

A metodologia, para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, foi a análise documental e histórica. Das fontes consultadas, selecionaram-se as que listou a seguir: **Relatório Geral da Cruzada das Mulheres Portuguesas**, relatório que possui mais de 500 páginas, com informações das diversas comissões e submissões, que compunham a CMP: comissão administrativa, de propaganda; angariadora de donativos; enfermagem; de assistência aos militares mobilizados; de assistência às mulheres dos soldados mobilizados, assistência aos filhos dos soldados mobilizados e hospitalização. Registra também as ações desenvolvidas por essas comissões; os registros contábeis, e uma secção com matérias sobre a CMP veiculadas nos principais jornais portugueses da época. Ressalta-se que o Relatório Geral engloba os relatórios anuais da CMP, referentes aos anos de 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1933 (o último relatório corresponde ao triênio 1930-1933).

**Novos Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas** (18/02/1921). Neste documento, pode-se verificar a forma de organização administrativa da CMP, detalha as comissões e suas funções; como se dava a adesão de sócios, os pagamentos de mensalidade, as doações; como se faria a contabilidade e a prestação de contas dos valores recebidos e como seriam aplicados.

**Boletins Mensais da Cruzada das Mulheres Portuguesas** apresentam as ações realizadas pelas comissões e subcomissões da CMP, seus balanços contábeis, algumas fotografias e artigos sobre propaganda patriótica, tendo como finalidade a divulgação do movimento. Consultaram-se os boletins n. 2 – julho de 1921; n. 3 – agosto de 1921; n. 4 – setembro de 1921; n. 5 – outubro de 1921; n. 6 – novembro de 1921; n. 7 – dezembro de 1921 e n. 8 – janeiro de 1922.

Estes materiais encontram-se digitalizados em formato PDF, e podem ser consultados através do repositório *Europeana Collections* e *site* da Biblioteca Nacional de

Portugal.<sup>5</sup> Com a análise destes documentos, pode-se verificar a atuação de Ana de Castro Osório como uma das líderes da CMP, seus discursos e suas posições em relação ao feminismo e à política. Segundo Silva, Almeida e Guindani,

o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o atendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e cultural. [...] outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo a compreensão do social. (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2).

Com o intuito de “apropriar-se” das ideias de Osório, foi realizado levantamento de algumas de suas obras, que se encontram disponíveis no repositório *Europeana Collections* e *site* da Biblioteca Nacional de Portugal. Esse levantamento foi organizado em forma de quadro, o qual encontra-se no Apêndice B.

Como já posto anteriormente, selecionaram-se três obras de Ana de Castro Osório, as quais foram analisadas para a escrita deste trabalho: *Mulheres portuguesas* (1905), *Em tempo de guerra* (1918), *A grande aliança* (1924). Visando a compreender a repercussão do movimento da CMP no Brasil, realizou-se uma busca no *site* Hemeroteca da Biblioteca Nacional,<sup>6</sup> onde encontram-se digitalizados diversos jornais que circularam no Brasil.

Ressalta-se que, ao se trabalhar com periódicos, não se pode interpretá-los como retrato fiel da realidade, pois como todos os documentos, jornais e revistas são produtos sociais e, como tal, trazem visões de mundo, ideologias e valores diversos, etc. Assim, ao utilizar os periódicos com fonte e objeto de pesquisa, o historiador deve levar em consideração que

a imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

Para a pesquisa na Hemeroteca, usaram-se os seguintes descritores: Cruzadas das Mulheres Portuguesas, mulheres portuguesas e Ana de Castro Osório. A partir desse levantamento, compilaram-se os dados no quadro que se encontra no Apêndice C.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.europeana.eu/portal/es>. Acesso em: 10 out. 2016.  
<http://www.bnportugal.pt/>. Acesso em: 15 set. 2016.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 ago. 2017.

Como proposta de produto, foi realizado o curso de Extensão intitulado **A obra de Ana de Castro Osório, como uma ferramenta para o estudo do feminismo, gênero e ensino de História**. A construção do produto e os relatos da experiência são apresentados no final da dissertação.

A estrutura da dissertação consiste de cinco capítulos, sendo o primeiro de Considerações Iniciais /Introdução. No segundo capítulo, é apresentado o contexto histórico que o país vivenciava em finais do século XIX e começo do XX, e que culminou com a queda da Monarquia portuguesa e a implantação do regime republicano em Portugal. Contextualizar esse período é importante para se entender a atuação de Ana de Castro Osório nos movimentos dos quais participou em prol do feminismo, suas redes de sociabilidade e sua atuação como intelectual. Procurou-se ainda descrever sua atuação nos vários movimentos em prol do feminismo nos quais atuou; e, com base nos conceitos de intelectual, mediação cultural e de redes de sociabilidade desenvolvidos por Sirinelli (1996) e Gomes (2016), buscou-se refletir como a intelectual constituiu suas redes de sociabilidade, como influenciou e foi influenciada nos vários espaços que transitou e nas relações humanas que desenvolveu. Finalizando o capítulo, abordou-se como as ideias e os pensamentos da intelectual ultrapassaram as fronteiras portuguesas, chegando a diversos países, entre eles o Brasil.

No terceiro capítulo, intentou-se discutir como a CMP, através de suas várias comissões e subcomissões, promoveu o trabalho e incentivou a educação das mulheres com a criação das casas de trabalho e as escolas agrícolas femininas; criou cursos de enfermagem laica; fundou hospitais e o Instituto de Reeducação para soldados mutilados, contribuindo assim, significativamente, para a emancipação e cidadania da mulher portuguesa. O Relatório Geral da Cruzada das Mulheres Portuguesas (RGCMP), os Novos Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas e os Boletins Mensais da Cruzada das Mulheres foram as fontes utilizadas para as análises. Abordou-se a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, visando a compreender como o movimento da CMP repercutiu na sociedade e na colônia portuguesa do Brasil; analisaram-se alguns jornais que se encontram digitalizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e circularam no Brasil, naquele período; com a análise procurou-se problematizar quais ações foram desenvolvidas em prol do movimento, a divulgação dada nos jornais e como a mulher do Brasil e a imigrante participaram em ações em prol da CMP.

No quarto capítulo analisou-se como a obra da escritora, jornalista, feminista e intelectual portuguesa, Ana de Castro Osório, pode ser uma possível ferramenta para trabalhar com o feminismo e as questões de gênero no ensino de História. As obras da intelectual, As

*mulheres portuguesas* (1905), *Em tempo de guerra* (1918) e *A grande aliança* (1924) foram as selecionadas para constituírem a análise, pois apresentam fases distintas da trajetória intelectual de Ana de Castro Osório. Com a análise intentou-se verificar como Ana de Castro Osório aborda e problematiza, nas respectivas obras, o feminismo, a educação, o trabalho, patriotismo/ nacionalismo, a condição da mulher portuguesa no final do século XIX e início do XX e como homens e mulheres são “construídos”, nas leis, na cultura, sociedade, etc. Finalizando o capítulo é apresentado como constituiu-se o curso de Extensão “A obra de Ana de Castro Osório, como uma ferramenta para o estudo do feminismo, gênero e ensino de História, apresentado como proposta de produto, bem como o relato das experiências e os resultados obtidos com a aplicação do curso.

Pensa-se que, desta maneira, este trabalho atende aos objetivos propostos, e construiu-se para divulgar a obra e o pensamento desta mulher fascinante que foi Ana de Castro Osório.

## 2 PORTUGAL, DA MONARQUIA À REPÚBLICA

Neste capítulo é abordado o contexto histórico que culminou com a queda da Monarquia portuguesa e a implantação do regime republicano em Portugal. Esse contexto é muito importante para se entender a atuação de Ana de Castro Osório, nos movimentos dos quais participou, em prol do feminismo, suas redes de sociabilidades e a atuação como intelectual.

Salienta-se que muitas mulheres viam na política e, principalmente, no movimento republicano, a possibilidade de reivindicar e conquistar direitos políticos, civis e sociais. Reivindicavam, coletiva ou individualmente, o sufrágio e a cidadania, o direito à instrução, à igualdade de direitos e a revisão do Código Civil português, que colocava em condições de subalternidade principalmente as mulheres casadas, já que dependiam da autorização do marido para diversos atos, como administrar, vender e/ou alienar bens. Com o advento da República, as mulheres conseguiram algumas conquistas como, por exemplo, a lei do divórcio e da família, introduzida ainda em 1910, em que a igualdade entre os cônjuges foi estabelecida. Todavia, os bens ainda seguiriam sendo administrados pelo marido. Quanto ao sufrágio, muito ainda teriam as feministas que esperar para exercê-lo.

Entre as agremiações feministas em prol da República, destaca-se a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), fundada em 1908 por médicas, escritoras, professoras, etc., entre elas Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda. A política, nas palavras da Ana de Castro Osório, seria uma arma de libertação: “Eis o motivo porque eu, como mulher e como feminista, aceito a política como arma de libertação e desejo que a mulher, ao entrar nela, não vá para o campo mesquinho dos interesses pessoais, mas para o largo horizonte das reformas sociais”.<sup>7</sup>

A Monarquia Constitucional em Portugal há muito já vinha apresentando sinais de desgaste. Conforme Marques:

A monarquia constitucional, estabelecida depois da Revolução Liberal de 1820 e estabilizada a partir de meados do século, seguiu os padrões comuns à maioria dos Estados europeus da época. “O rei reinava, mas não governava”, ainda que suas funções em Portugal estivessem acrescidas do poder “moderador” que lhe dava certos direitos intervinientes como dissolver as câmaras quando necessário. Durante a Monarquia, a representação parlamentar era em grande parte uma farsa. (MARQUES, 2001, p. 370-371).

---

<sup>7</sup> Trecho do discurso de Ana de Castro Osório, na sessão de fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, citado por João Esteves, na obra *Mulheres e republicanismo: 1908-1928*. (2008, p. 68).

Havia ainda um rotativismo partidário que em nada contribuía para a melhoria do país, era uma simples alternância de poderes entre Regeneradores e Progressistas, partidos sem um programa político definido, fortemente conservadores, provenientes dos mesmos extratos sociais e com muitos interesses em comum.

Desta forma, o Poder Político ainda se restringia a uma pequena minoria, a população em geral muito pouco participava das decisões, mostrando claramente a falência do sistema parlamentar liberal. “O povo votava em quem era mandado ou por quem mais lhe pagasse os votos. Os partidos não passavam de agrupamentos heterogêneos em torno de chefes.” (MARQUES, 2001, p. 371). A tributação dos sucessivos governos regeneradores era altíssima e quem novamente sofreu com os pesados impostos foram os contribuintes de menores rendimentos. “Ficou para a história o Juízo emitido por Fontes Pereira de Melo, quando o confrontaram com as reclamações dos setores sociais mais fragilizados pelo agravamento tributário: o povo pode e deve pagar mais.” (HOMEM, 2001, p. 347).

A indústria ainda continuava rudimentar, com poucas máquinas e qualidade inferior, se comparada à indústria francesa ou inglesa, por exemplo. A produção portuguesa era praticamente local, com circulação somente no mercado interno. O sistema bancário estava ainda muito atrelado ao sistema de crédito para empreendimentos à construção civil, agricultura, entre outros.

A situação agravou-se ainda mais quando, em 11 de janeiro de 1890, a Inglaterra lança um *Ultimatum*, exigindo a retirada do Exército português dos territórios ocupados entre Angola e Moçambique. Temendo sofrer sanções bélicas do poderoso Exército inglês, os portugueses cedem e retiram-se da zona de litígio.

Atribui-se ao rei a culpa de não reagir às ameaças inglesas, o que para muitos foi considerada uma verdadeira humilhação nacional. Os planos colonialistas portugueses vêm de encontro aos da Inglaterra “com efeito, a ambição portuguesa de criar na África um novo Brasil<sup>8</sup> colidia com o plano da estrada de ferro transafricana que os ingleses almejavam construir entre o Cabo e o Cairo”. (HOMEM, 2001, p. 352).

Desta forma o *Ultimatum* serviu como uma espécie de discussão sobre a falência do regime monárquico em Portugal, que há muito apresentava sérios problemas, seja no campo econômico, seja no social. Conforme Medina:

---

<sup>8</sup> Uma boa leitura sobre a tentativa portuguesa de criar um Império ou um novo Brasil em terras africanas está na obra *História concisa de Portugal*, de José Hermano Saraiva (2001, p. 337- 344).

O endividamento externo, a imigração crescente, a estagnação econômica interna, o predomínio da burguesia mercantil e financeira, bancária, a dependência externa em vários setores, desde o tecnológico aos demais, o erro de uma opção livre-cambista num país onde a produção fabril era frustrada, o defeituoso funcionamento do sistema Liberal parlamentar, todos estes problemas se agravaram de modo dramático no começo da década de 1890, sobretudo na gravíssima crise de 1891-1892, gerada pelas flutuações cambiais na América do Sul, como o nefasto reflexo das poupanças dos emigrantes, sem esquecer a trepidação interna trazida pelo Ultimatum inglês de janeiro de 1890, momento de verdadeira humilhação coletiva nacional que havia de despertar a ação de um incipiente partido Republicano, surgido naquele período de angústia e cólera, como uma espécie de Sebastianismo vermelho que transformava a República num mito tipo messiânico. (MEDINA, 2001, p. 377).

No campo social, Portugal apresentava um índice de analfabetismo altíssimo, quase 80% da população era analfabeta, um número crescente de emigrantes que ano após ano deixavam o país em busca de novas oportunidades. Protestos populares contra as altas taxas tributárias e movimentos grevistas eram constantes. Soma-se a isto, a forte influência da religião católica, que se fazia sentir nas mais diversas esferas do cotidiano português, como nos códigos, nas leis e no sistema educacional, etc., o que certamente corroborava uma sociedade desigual e elitizada. Nos relata Catroga,

por outro lado, o começo dos anos 80 [século XIX] trouxeram uma carga tributária e um decréscimo do nível da vida das populações (voltam a ser frequentes os protestos a favor do pão barato). A continuação do escândalo da salamancada (construções dos caminhos de ferro), os protestos contra o imposto de rendimentos, as discussões à volta da exagerada dotação régia e sobretudo, a fraqueza revelada em relação à influência crescente do elemento clerical (jesuítico) – recorde-se a questão do Padroado da Índia – foram motivos que os republicanos aproveitaram para intensificar a sua propaganda (CATROGA, 2010, p. 34).

Desta forma, a desgastada monarquia portuguesa via, dia a após dia, as ideias republicanas crescerem no país; o republicanismo era apresentado como a “tábua” de salvação para as graves mazelas de Portugal. Para Marques:

A estabilidade das décadas de 1870 e 1880 foi seguida por uma profunda crise, de caráter político, econômico e financeiro. As contradições da Monarquia constitucional começavam a ser patentes para todos. A sua ideologia deixara de exercer qualquer apelo sobre as gerações mais jovens. Em vez dela, eram o socialismo e o republicanismo que lhes apontavam a rota a seguir. (MARQUES, 1998, p. 54).

Cabe ainda mencionar que, no período, diversos jornais começam a circular no país reforçando e divulgando o ideário Republicano. Porém, é partir de 1870, que o movimento se solidifica com a fundação do Partido Republicano.

A monarquia vivia seus últimos anos, a proclamação da República era inevitável.

## 2.1 AS IDEIAS REPUBLICANAS EM PORTUGAL

O republicanismo em Portugal dá seus primeiros sinais em 1848 (século XIX), com forte influência da revolução ocorrida na França, naquele mesmo ano. Porém, é em 1870 que o sistema republicano é tido como uma possível solução para o conturbado sistema político. Segundo Catroga:

Reconhecemos, contudo, que foi na década de 70 que o movimento lançou as suas bases. Com efeito, a conjugação de condições internas e externas de forte incidência social e política criou uma conjuntura que, acentuando muitas contradições que minavam a ordem regeneradora, foi propícia ao crescimento do republicanismo. (CATROGA, 2010, p. 13).

O Partido Republicano apresentava-se, em um primeiro momento, diferente de tudo o que vinha sendo realizado; em suas propostas de governo estavam: combate à corrupção política, maior participação popular nas decisões políticas, educação feminina, sufrágio universal, etc. Também fazia parte das propostas republicanas a laicização do Estado, pois defendiam que a Igreja, assim como a nobreza, seria entrave ao desenvolvimento econômico e cultural de Portugal. Sobre isso relata Silva:

Os republicanos portugueses tinham grandes planos para o país. E há já umas décadas que se esforçavam, embora de forma errática, por divulgá-los. Para além da questão do regime, a promessa republicana concentrava-se sobretudo na proposta de construção de uma sociedade igualitária, liberta de instâncias de privilégio (como a Igreja ou a Nobreza), composta por cidadãos conscientes e patriotas empenhados na conquista do bem comum. Por isso a laicização do Estado e a democratização política por via da descentralização administrativa e do sufrágio universal eram duas das suas principais bandeiras reivindicativas. (SILVA, 2013, p. 21-22).

De fato, conforme Catroga (2010), o republicanismo em Portugal, além de uma forma de governo, pretendia ser um projeto para a mudança da ordem cultural. Os republicanos propunham uma revolução cultural que fosse capaz de alterar a consciência de nacionalidade do povo português, até então extremamente ligada a uma Igreja ultraconservadora e com tradições seculares. Ressalta Natário:

Embora todas as movimentações sociais, políticas e culturais que na Europa se desencadeavam tivessem importância para o que então em Portugal se ia verificando, é verdade também que a específica idiosincrasia portuguesa, de certa forma hesitante entre um certo tradicionalismo e o avançar para rasgar novos horizontes, constitui uma peculiar característica de identidade da forma de ser e estar dos portugueses. (NATÁRIO, 2008, p. 118).

Em finais do século XIX, Portugal ainda se apresentava como um país agrário, com uma indústria pouco desenvolvida. A ciência, o progresso, a literatura e as artes em geral, que



encontravam enorme divulgação e repercussão em finais dos XIX e início do século XX, em muitos países do continente Europeu, pouco eco tiveram em Portugal. Foi com a chamada Geração de 70<sup>9</sup> que o País adentra no que então se considerava “mundo civilizado”, com um significativo desenvolvimento nas comunicações, na literatura, nas artes, etc. Para Natário,

foi a Geração de 70 que inicialmente numa espécie de reconhecimento do trauma de tal atraso em relação à Europa pretendeu fazer acordar o País que, meio estremunhado e atónito, deixa os políticos, mais do que os intelectuais, em sobressalto, tentando aqueles acalmar os ânimos destes. [...] Em Portugal tardavam as mudanças desejadas. Alguns intelectuais frustrados, desconfiados, renitentes e com grande vontade de mudar os rumos do panorama cultural, político e social tentam pelo seu magistério e sobretudo através da educação, no mais amplo sentido, iniciar um caminho com o claro objetivo de alterar, renovando, a realidade portuguesa. (NATÁRIO, 2008, p. 119).

Desta feita, os Republicanos apresentavam-se como vanguarda, e a sociedade por eles idealizada seria regida pela razão e pela ciência, liberta de dogmas e atavismos.

Influenciados pelos ideais republicanos e ainda inconformados pela inércia do rei frente ao *Ultimatum* inglês, eclode na cidade do Porto, em 31 de janeiro de 1891, um levante militar, que pretendia instalar um governo provisório, e chegaram a proclamar a República; porém, o levante é reprimido com intensa força dos militares fiéis ao rei.

Apesar da efervescência das ideias republicanas, o cenário político se mantém sem grandes alterações. Regeneradores e Progressistas continuam alternando-se no poder, quase alheios à grave situação econômica e cultural em Portugal. A monarquia estava minada por intrigas políticas, denúncias de corrupção e incapacidade governativa.

Em 1907, ocorreu o auge da crise do rotativismo partidário em Portugal. O Rei intervém e, na tentativa de reformar e dar “vida nova” ao já moribundo regime monárquico, nomeia João Franco como chefe desse novo governo. Franco então conduz este novo governo de forma ditatorial e gera revolta entre os republicanos e alguns membros do Partido Progressista, que se aliaram com o propósito de derrubar o governo. Entretanto, o movimento não tem o resultado esperado; vários membros são punidos, e mal sabia o rei que, ao nomear João Franco, estava assinando sua sentença de morte.

---

<sup>9</sup> A chamada Geração de 70, foi um grupo de jovens intelectuais portugueses, a maioria destes intelectuais estudou na Universidade de Coimbra, considerados expoentes na luta para fazer de Portugal um país liberal e moderno, lutando para arrancá-lo do subdesenvolvimento industrial, comercial, político e cultural em que se encontrava. Com forte influência da maçonaria, declaravam-se anticlericais, racionalistas, positivistas, em geral antimonárquicos. A Geração 70 teve como principais representantes Eça de Queirós, Antero de Quental, Teófilo Braga (que mais tarde chegou a ocupar o cargo de presidente da República), Oliveira Martins e Guerra Junqueiro, entre outros.

Em 1º de fevereiro de 1908, um grupo chefiado por membros da Carbonária portuguesa<sup>10</sup> atira e fere mortalmente o Rei D. Carlos e o Príncipe herdeiro Luís Felipe. A responsabilidade pelo regicídio<sup>11</sup> nunca foi totalmente esclarecida; D. Manuel, com apenas 18 anos, assume o trono português e acusa João Franco de ser o causador dos assassinatos. Para Medina,

com esse crime caía a infeliz experiência ditatorial de João Franco e acelerava-se nos setores republicanos mais intrépidos a ideia de confiar a uma associação secreta conspirativa, de inspiração e modelo maçônico, a Carbonária portuguesa – Criada em fins de oitocentos e liderada então por um triunvirato a que pertenciam Machado Santos, Luz de Almeida e Antônio Maria da Silva, um oficial da marinha, um bibliotecário e um engenheiro civil respectivamente – a tarefa de “pôr a revolução na rua”, derrubando pelas armas a realza, o que se decidiu pôr fim no congresso de Setúbal (abril de 1909) do PRP (Partido Republicano Português), abrindo assim a via a revolta armada, já que as eleições nunca seriam método viável para ascender ao poder. (MEDINA, 2001, p. 379).

---

<sup>10</sup> Segundo Catroga (2010), a Carbonária Portuguesa era um movimento político conspirativo de tendência revolucionária, que, diferentemente da maçonaria, que pretendia ser uma agremiação filantrópica, filosófica, mutualista e apartidária e com tendências elitistas e burguesas, objetivava ser uma sociedade organizada, de modo a poder admitir elementos de todas as classes sociais. Ressurgiu em Portugal, na década de 1890, mais especificamente na cidade de Coimbra. Encontrou forte adesão no Exército, principalmente entre soldados e oficiais de baixa patente e trabalhadores urbanos. Ainda segundo Catroga, há poucas fontes e testemunhos acerca do ritualismo e da atmosfera secreta e revolucionária, que rodeavam as iniciações na Carbonária Portuguesa.

<sup>11</sup> O Regicídio de D. Carlos e do Príncipe Luís Filipe deu origem a um dos mais importantes eventos da História contemporânea de Portugal, deixando o país dividido e quase à beira de uma revolução. De um lado os republicanos cada vez mais fortes, mas havia também os que preferiam a monarquia, temendo, ou desconhecendo o que seria um Estado Republicano. O assassinato do rei apresenta-se como o desfecho de um clima de crescente tensão no cenário político português, que vinha desde 1850, quando se instaurou o chamado rotativismo partidário, ou seja, Regeneradores e Progressistas monopolizavam o poder político no País. Porém novos partidos foram surgindo, muitos deles formados por membros dissidentes dos anteriormente citados, entre eles o Partido Republicano, reivindicando participação na cena política. Portugal era uma monarquia constitucional, e cabia ao Rei D. Carlos arbitrar esses conflitos, porém o monarca nada fez, e para piorar nomeou o Regenerador João Franco para presidente do Conselho de Ministros. João Franco solicita ao rei o encerramento do Parlamento alegando que, assim, conseguiriam implementar as medidas necessárias para a moralização da política e dar um novo fôlego à desacreditada monarquia lusa, que dia a dia vinha perdendo prestígio e a confiança perante seus súditos face aos sucessivos escândalos envolvendo a figura real, como dívidas e empréstimos que cada vez mais endividavam o País. As medidas propostas em nada melhoraram a situação vigente, somente acirraram as rivalidades entre os partidos políticos, e Franco foi acusado de governar de forma ditatorial. Em janeiro de 1908, o rei assina um decreto autorizando a expulsão sumária para as Colônias dos envolvidos em uma intentona republicana ocorrida em 28.01.1908. Há aqueles que dizem que assinado este decreto o rei estava assinando sua própria sentença de morte. Como era de costume naquela época do ano, a família real viajava para Vila Viçosa, no Alentejo, onde passavam temporadas para descanso e atividades de caça. A comitiva real retorna a Lisboa no final da tarde, por volta das 17h do dia 1º.2.1908 e mesmo sabendo do clima de tensão, o rei opta por seguir para o palácio em carruagem aberta; porém, ao aproximar-se do Terreiro do Paço (nome dado à praça do palácio) onde encontrava-se uma pequena multidão, a carruagem foi alvejada por diversos disparos, um dos tiros atinge e fere mortalmente D. Carlos, o Príncipe Luís Felipe tenta revidar, mas também é atingido, vindo a falecer minutos depois. Dois dos regicidas, Manuel Buíça, professor primário expulso do Exército e Alfredo Costa, empregado do comércio, são mortos no local, outros fogem; no entanto, o crime nunca foi investigado a fundo. O regicídio abre caminho para a implantação da República em outubro de 1910, pondo fim a quase 800 anos de monarquia em Portugal. Fonte: <http://ensina.rtp.pt/artigo/regicidio-em-lisboa-1908/>. Acesso em: 15 ago. 218.

Era preciso tentar manter a normalidade e, para tanto, foi adotada uma linha de governo, que ficaria conhecida como acalmação; segundo Marques,

dominado pela ideia de acalmação, o novo governo caracterizou-se pela transigência e pela brandura com que tratou as oposições, em contraste com a ferocidade da ditadura anterior. Os Republicanos obtiveram mais liberdade do que nunca, conseguindo ganhar para sua causa milhares de adeptos, até então indiferentes e desconfiados. Entre as massas populares urbanas, a sua influência aumentou consideravelmente. (MARQUES, 1998, p. 65-66).

Mesmo com a cooperação e a reconciliação de Regeneradores e Progressistas, a ideia a linha de governo não surtiu o efeito desejado, e a agitação logo retornou à cena política. “D. Manuel, durante os dois anos que reinou, teve de mudar sete vezes o ministério.” (SARAIVA, 2001, p. 349).

### **2.1.2 Eis que chega a República**

Na noite de 4 de outubro, começa a ser preparado o desfecho para os 800 anos de Monarquia em Portugal. Os atores eram militares da Marinha, do Exército e um expressivo número de civis, muitos deles ligados ao movimento carbonário de Portugal. Todos os atos estavam preparados; entretanto, alguns dos militares comprometidos com a sublevação não comparecem, e aos que se encontravam prontos tudo parecia perdido. Para agravar ainda mais o quadro, um dos líderes da ação, o Almirante Cândido dos Reis, mediante notícias falsas do fracasso do movimento, comete suicídio.

Na manhã de 5 de outubro, muitos soldados, por consideraram que a batalha estava perdida, abandonam a luta, restando somente o Almirante Machado Santos, que assume a liderança do movimento juntamente com militares-membros da Carbonária Portuguesa e inúmeros civis. Ressalta-se que Machado Santos era membro da alta venda da Carbonária. “Sabia que, ao contrário do que os oficiais julgaram, não estava sozinho: a cidade estava nas mãos de grupos de civis que impediam as tropas de sair dos quartéis.” (SARAIVA, 2001, p. 350).

A simples chegada dos navios que traziam soldados republicanos fez com que as tropas do governo se rendessem, sem maiores esforços; muitos destes soldados, pertencentes às tropas reais, não estavam dispostos a lutar por uma Monarquia fracassada e sem perspectivas de melhora. Sem maiores dificuldades, contestações ou confrontos violentos, às 9 horas do dia 5 de outubro de 1910, no palácio da Câmara Municipal de Lisboa, é anunciado por José Relvas que o Regime Republicano estava instalado em Portugal.

O Rei D. Manuel e o restante da família recebem a notícia quando se deslocavam de Mafra para Lisboa; ainda tentam uma contrarrevolução na cidade do Porto, mas, sem qualquer adesão, partem para o exílio na Inglaterra.

Segundo Medina, o sucesso do levante pró-República muito se deve à participação dos *primos*, como eram conhecidos os membros da Carbonária Portuguesa.

Graças a um formidável trabalho de sapa e proselitismo por todo o país, treino no manejo de armas e, sobretudo bombas, infiltrando os seus “bons primos” nas forças armadas, mormente a Marinha, com seus bastiões conspirativos solidamente implantados em bairros operários ribeirinhos de Lisboa, a Carbonária ou “maçonaria florestal”, preparou a revolução republicana sem nunca ver os seus manejos subversores abortados pela vigilância policial, antes logrando mobilizar alguns milhares de homens e, sobretudo heroísmos bastantes para, no meio duma confusão e a todos os pontos de vista caótica revolta civil e militar, após dois dias de luta, do 04 ao 05 de outubro de 1910, deixam abaixo uma monarquia multissecular, forçando o jovem D. Manuel II [...], a fugir para a Inglaterra, onde aliás viveria assistido pela galante colaboração dos homens do novo regime, que tinham previamente solicitado ao foreign office a autorização para mudar de regime e as condições em que o fariam, como esperado respeito pela pessoa e pelos bens do próprio rei . (MEDINA, 2001, p. 379-380).

Logo após a proclamação da República, é constituído um governo provisório presidido por Teófilo Braga, que teria a tarefa de gerir o País até que fosse elaborada uma nova Constituição. A assembleia que iria redigir a Constituição<sup>12</sup> se reúne, em julho de 1911, e, em agosto do mesmo ano, conclui os trabalhos, mas curiosamente os mentores da revolução, como Machado Santos, não fizeram parte deste governo provisório. Segundo Silva:

A primeira constituição republicana, aprovada em agosto de 1911, acabou por ficar muito aquém das ambições do tempo da propaganda: não só o sufrágio universal e o federalismo foram esquecidos, como se forjou uma fórmula de organização política que, no fundo, não marcava uma verdadeira ruptura com o parlamentarismo da Monarquia constitucional. (SILVA, 2013, p. 22).

Como primeiros atos governamentais, os republicanos decretam a lei da família, do divórcio, a laicização do Estado e a criação das Universidades de Lisboa e do Porto.

---

<sup>12</sup> No *site* da Biblioteca Nacional de Portugal, pode-se acessar a obra *As constituintes de 1911 e os seus deputados*, que foi compilada e organizada por antigo oficial do Parlamento. Disponível em: [http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=534%3Arepública-digital&Itemid=523](http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=534%3Arepública-digital&Itemid=523). Acesso em: 8 maio 2018.

**Figura 1** – Postal comemorativo do 1º Aniversário da Implantação da República, em Portugal



Fonte: Europeana Collections.

O postal acima circulou em Portugal em 1911, por ocasião da comemoração do aniversário do primeiro ano da implantação da República; nele se pode observar os principais acontecimentos do dia 5 de out. 1910: **1.** Bombardeamento do Palácio das Necessidades; **2.** Embarque da família real na Praia da Ericeira, a bordo do iate Amélia; **3.** Condução de Jesuítas para o forte Caxias; **4.** Proclamação da República na Câmara Municipal; **5.** Desembarque da Marinha no Terreiro do Paço; **6.** Revolucionários na Rotunda; **7.** Visita do governo provisório ao acampamento dos Revolucionários; e **8.** Entrincheiramento na Rotunda.

Os primeiros anos da República foram marcados por lutas internas entre as diversas correntes, pelos quais se dividiu o Partido Republicano, quando assumiu o governo. Para Marques,

variedade e instabilidade caracterizam também, naturalmente, as estruturas políticas e as ideologias políticas. Multiplicam-se os partidos políticos e os grupos de pressão, acentuando-se a diversificação ideológica. Na organização de cada grupo, também se esteve longe de um modelo único. Partidos de massas e partidos de quadro disputaram entre si poder e influência. (MARQUES, 2001, p. 362).

Nos primeiros dezesseis anos de implantação da República em Portugal, oito presidentes governaram o País e houve 50 mudanças de governo. As estruturas sociais e

econômicas tiveram poucas modificações; permaneciam ainda arcaicas, e isto se refletia desde a organização das propriedades até a forma de produção e comercialização de produtos.

“Na economia, por seu turno, continuava a insistir-se nos produtos tradicionais – os cereais, o vinho, o azeite, a cortiça – com técnicas ultrapassadas e com formas de comercialização já de há muito exploradas.” (MARQUES, 2001, p. 362). Também não eram fáceis as relações com o mercado externo, pois tinham a interferência da Inglaterra.

A questão religiosa também agitava os primeiros anos da República, pois, dentre as primeiras medidas tomadas, quando da implantação do sistema republicano, foi a laicização do Estado, ou seja, separação do Estado da Igreja, o que causou muitos transtornos, pois sabe-se que, em Portugal, tanto a vida cotidiana como as leis à época da monarquia, tinham grande influência da Igreja católica. Como explica Silva:

A agenda laicizante do novo regime foi talvez aquela que melhor espelhou o revolucionarismo dos republicanos portugueses, que sonhavam com uma sociedade regida pela razão, liberta de dogmas e de atavismos. A República precisava forçosamente de um povo republicano, mas Portugal era constituído, na sua maioria, por uma população rural, pobre e analfabeta. Por isso, os republicanos propunham-se levar a cabo uma revolução cultural que alterasse profundamente a consciência da nacionalidade portuguesa e que desse forma a um homem novo: o cidadão republicano, educado e devotado a um único amor, o da pátria. Libertar o povo da religião e instruí-lo foram, por conseguinte, os grandes desígnios da revolução cultural do republicanismo português. (SILVA, 2013, p. 23).

A tão sonhada República vai pouco a pouco decepcionando e mostrando suas fragilidades frente aos graves e velhos problemas do País. Relata Medina:

A fragilidade da ordem pública, o desencantamento permanente dos principais líderes políticos do novo regime [...], a instabilidade política traduzida em governos efêmeros cuja duração não excedia os três meses, a geral incapacidade de preparar e executar reformas de fundo decepcionaram assim os que tinham esperado da República uma grande barreira, e que agora, muitas vezes dolorosamente magoados [...], ora se abstinham de participar do novo estado de coisas, ora se afastavam enojados, até mudavam de campo; as cizânias permanentes, a incapacidade de unir em torno de um núcleo central e fundamental de reformas, os esforços dos novos dirigentes e das novas forças partidárias, a constante instabilidade governamental, o agravar dos velhos problemas de sempre, no campo econômico e financeiro, as querelas da sociedade civil e, agora, novos conflitos que se aguçariam de modo exasperante com a Igreja Católica – fragilizaram a República, tornaram-na anêmica, incapaz, paralisada por indecisões, revoltas, bernadas castrenses, sobressaltos – era a “balburdia sanguinolenta” prevista uma vez por Eça de Queiroz –, e erros funestos. (MEDINA, 2001, p. 383-384).

O quadro agrava-se ainda mais com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial em 1916, pois havia uma forte divisão quanto à participação ou não do País no

conflito. No final de 1917, em meio à atribulada situação, as forças que faziam oposição à participação, se uniram a Sidónio Pais,<sup>13</sup> militar, membro do Partido Republicano mais conservador. Deputado e ex-embaixador em Berlim, lidera a Revolução que iria estabelecer um período ditatorial, “um decreto ditatorial modificou a forma de eleição do chefe do Estado e Sidónio foi eleito presidente da República por sufrágio universal e direto”. (SARAIVA, 2001, p. 353).

Como presidente, a prioridade do programa de governo era a retirada de Portugal da guerra e a reaproximação do Estado com a Igreja católica. Porém, seu governo dura somente um ano, pois em 1918, Sidónio é assassinado.

Sidonistas e monarquistas lutam pelo poder, e no Porto houve uma tentativa de novamente ser estabelecido o regime monárquico, tentativa frustrada pelos Republicanos. Para Pinto,

o breve consulado de Sidónio, com a sua presença carismática, com a sua mobilização da província, com o seu discurso populista, representou a primeira tentativa conseguida de mobilização popular da direita portuguesa, desde a revolução de 1910. Mas a ditadura de Sidónio, que poderia ter constituído o cimento sociológico para um fascismo mobilizador nos anos 20, foi abalada pela reabertura da clivagem monarquia-república, com a instauração da chamada Monarquia do Norte, abrindo uma chaga fatal na unidade de direita antidemocrática. (PINTO, 2014, s/p).

No final da Primeira Guerra Mundial em 1918, Portugal encontrava-se mergulhado em problemas econômicos e sociais. A inflação crescia em ritmo assustador, houve a deflagração de vários movimentos grevistas por melhoria de salário, mas na política a inércia governativa impedia a melhoria da situação.

A República que surgiu e triunfou em Portugal, apresentando-se de forma messiânica como a solução para todas as mazelas do País, foi incapaz de tornar concretos seus ideias e programas de governo. A ordem pública era frágil, houve desentendimentos dos principais líderes, instabilidade política e governos efêmeros foram uma constante. Para Medina,

os 16 anos que medeiam entre a revolução de 1910 e o golpe Castrense de Braga em 1926 são a crônica monótona, frenética quase sempre sanguinolenta de desilusões constantes e desvarios infundáveis, em ritmo cada vez maior, crônica de uma progressiva degradação do ideal, da fé e da esperança num regime que fora, contudo proclamado, saudado e apoiado como uma unanimidade entusiástica e quase

---

<sup>13</sup> No *site* Museu da Presidência da República de Portugal, pode-se encontrar a biografia de vários presidentes em diversas fases da história republicana portuguesa (1ª República, Estado Novo, Democracia). Dentre as biografias destaca-se a de Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, líder do golpe militar que inaugura a chamada “República Nova”. Disponível em: [http://www.museu.presidencia.pt/presidentes\\_rep.php?id=28](http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_rep.php?id=28). Acesso em: 18 out. 2017.

messiânica, que raramente se terá conhecido noutras épocas da nossa história de oito séculos. (MEDINA, 2001, p. 307).

Vários setores da sociedade cada vez mais iam perdendo as esperanças de sucesso e prosperidade do sistema republicano, o operariado desiludido e descontente com as severas repressões às greves, as perseguições aos sindicatos e as deportações de sindicalistas e leis antissociais. A ruptura entre operariado e República nunca mais seria sanada. Para Souza:

Diga-se, no entanto, que a conjuntura portuguesa, se já era má em 1916, começou a degradar-se acentuadamente a partir de 1917. Notícias esporádicas sobre greves e revoltas violentas em Portugal, embora nunca associadas discursivamente à deterioração da conjuntura portuguesa provocada pela guerra, mostravam, efetivamente, que na “frente interna” “muitas coisas iam mal. As forças da ordem tinham mesmo de agir violentamente para controlar a gente enfurecida. (SOUZA, 2013, p. 178).

Outro fator que corroborou para a derrocada da República foram os confiscos dos bens da Igreja e as perseguições às ordens religiosas. Cabe salientar que a hostilidade entre o novo regime e a Igreja manifestou-se logo nos dias subsequentes à revolução, que instaurou o republicanismo, quando diversos decretos e diplomas lançados tinham por objetivo expulsar e banir ordens religiosas e laicizar a vida no País; para a maioria dos republicanos a Igreja seria uma das causas do “atraso” em que se encontrava Portugal.

Porém, em um País em que a religião estava tão profundamente enraizada no cotidiano, nos costumes e nas tradições do povo; as perseguições e proibições à Igreja só fizeram aumentar o abismo entre católicos e republicanos. Ainda neste atribulado contexto, no ano de 1917; ocorreram as primeiras “Aparições de Fátima”,<sup>14</sup> reforçando ainda mais a crença na religião, nos milagres e no culto mariano em todo o País.

---

<sup>14</sup> Três crianças rurais e pobres, Jacinta Marto, Francisco Marto e Lúcia Santos, que viviam na aldeia de Aljustrel, que pertencia à freguesia de Fátima, afirmavam terem presenciado aparições da Virgem Maria em 13 de maio de 1917; alegavam ainda que Nossa Senhora os havia orientado para acontecimentos vindouros e lhes fez alguns pedidos, entre eles para que rezassem o terço todos os dias, a fim de alcançarem a paz no mundo e o fim da guerra. Relataram também que Nossa Senhora havia lhes prometido uma nova aparição para 13 de outubro daquele mesmo ano. Conforme relato de muitas testemunhas e notícias vinculadas em diversos jornais da época, no dia 13.10.1917 cerca de 100 mil pessoas encontravam-se reunidas na Cova da Iria em Fátima quando logo após uma chuva torrencial as nuvens se dissiparam no céu e o sol apareceu como um enorme disco opaco, fazendo uma dança em ziguezague, acompanhada de luzes multicores; segundo relatos, o fenômeno durou certa de 12 minutos. A multidão ali reunida assustou-se, acreditando tratar-se do fim dos tempos. Os Pastorinhos, como ficaram conhecidas as três crianças, afirmaram terem visto a sagrada família e Nossa Senhora que do firmamento abençoava a multidão. Várias explicações foram dadas para o fenômeno, mas a que prevaleceu foi a de milagre. Em 13 de maio de 1930 a Igreja católica oficializou o evento como sendo um milagre, o Milagre do Sol. Fonte: <https://pt.aleteia.org->. Acesso em: 17 nov. 2018.



Outro setor descontente com o governo republicano era o Exército, face à falta de investimento e atenção à instituição, pois, em vez de modernizar e democratizar o Exército, os republicanos preferiram criar a Guarda Republicana. Era latente o descontentamento entre os militares do Exército em relação à participação do País, na Primeira Guerra Mundial, participação com inúmeras baixas e prisioneiros de guerra. Segundo Medina,

a entrada na guerra em 1916 – mas desde 1914 que combatíamos em Angola contra as tropas alemãs – um dos erros mais obstinadamente levados adiante pela República com a defesa das colônias – cuja partilha a Alemanha e Inglaterra tinham projetado em 1898 e depois em 1913 – acarretou dramas suplementares para as forças armadas, mandadas morrer sem glória e Flandres ou nas “epopeias malditas” dos sertões africanos, primeiro em Angola depois Moçambique. Destes traumas derivaria um constante mal-estar nas fileiras entre as quais crescia aliás a idéia que delas devia precisamente a derrubada do regime nascido das armas e com elas deveria de perecer. (MEDINA, 2001, p. 309).

No campo econômico e financeiro, o regime também se apresenta deficitário com altos índices inflacionários, em parte agravado com a entrada do País no conflito bélico. O governo aumentou a circulação de dinheiro, o que provocou a desvalorização da moeda (Escudo) e perda do poder de compra. Desta forma, a classe média urbana e a população em geral, que tão entusiasticamente haviam depositado a mais alta confiança e esperança no Regime Republicano iam gradativamente se decepcionando com os rumos por ele trilhados.

Segundo Saraiva (2001), a obra da Primeira República foi julgada de formas diferentes: para uns foi um período negativo, em que a demagogia governativa imperava, o que conseqüentemente desorganizou o aparelho estatal, tornando-o incapaz de resolver os problemas do País, empobrecendo-o e retardando seu desenvolvimento. Para outros, foi uma época prolífera para a democracia, o povo participou mais do processo político e dos avanços e das inovações na legislação, principalmente no que tange à família e ao ensino.

No que tange a mulheres, é preciso lembrar que, mesmo não atendendo plenamente às suas reivindicações, a Primeira República proporcionaram-lhes maior visibilidade e participação na vida cotidiana. “Se a República não concretizou as aspirações de muitas daquelas mulheres que tinham ousado lutar por seu triunfo, proporcionou-lhes, no entanto, outra visibilidade, contribuindo para a afirmação das suas reivindicações, consideradas legítimas ainda que inoportunas”. (ESTEVES; MONTEIRO, 2014, p. 16).

Dentre as muitas conquistas feministas durante a Primeira República, podemos destacar: Lei do Divórcio, revogação de artigos do Código Civil, que estipulavam que a mulher deveria prestar obediência ao marido; contrato de casamento civil; investigação de

paternidade; acesso a profissões que eram vedadas às mulheres, valorização da instrução feminina, etc.

Mesmo assim, os desentendimentos no campo político só aumentavam; o povo perecia; o exército era visto por muitos como a única força possível, capaz de colocar ordem no “caos” em que havia se transformado a República. Conforme Silva:

Foi perante este cenário que o exército, engrandecido e reorganizado em consequência da participação portuguesa na Guerra, surgiu como uma alternativa viável para se sair do impasse entrópico. No dia de 28 de maio de 1926, o golpe militar encabeçado pelo general Gomes da Costa, veterano da Grande Guerra, fez cair uma república que nunca havia chegado a encontrar condições para verdadeiramente se erguer. (SILVA, 2013, p. 25).

Assim, em 1926 o Exército chega ao poder e abre caminho para um longo e dramático período da história portuguesa, a ditadura de Antônio Salazar, ou Estado Novo, que perdurou de 1933 a 1974, ou seja, 41 anos ininterruptos. Somente com a Revolta de Abril de 1974, mais conhecida como a Revolução dos Cravos, é que Portugal teve novamente um regime democrático.

A Primeira República Portuguesa, que nasce sob a égide do povo, com promessas de renovação, progresso, justiça e desenvolvimento, foi incapaz de concretizar a maioria dos projetos a que se propôs, foi mais uma utopia do que propriamente uma realidade.

## 2.2 ANA DE CASTRO OSÓRIO, INTELLECTUAL E FEMINISTA PORTUGUESA

Nascida Ana Osório de Castro (1872-1935), que mais tarde passou a utilizar Ana de Castro Osório, foi uma intelectual, jornalista, escritora, conferencista feminista e republicana de destaque. Nasceu em Mangualde (Portugal), em uma família de posses. Seu pai, o juiz João Baptista de Castro,<sup>15</sup> foi grande incentivador da carreira literária da filha, chegando mesmo a patrociná-la financeiramente.

Não possuía uma educação formal e foi por influência do pai, ávido leitor, que Osório interessou-se pela literatura. Segundo Esteves:

---

<sup>15</sup> João Baptista de Castro foi o juiz que proferiu a sentença que, em 1911, autorizou a médica e feminista portuguesa Carolina Beatriz Ângelo a votar nas eleições para Assembleia Constituinte da I República. A decisão foi inédita e revolucionária, pois Carolina foi a primeira mulher a exercer o direito ao sufrágio na Europa Central. O link abaixo é sobre a reportagem veiculada no jornal português *Expresso* (8.3.2017), sobre o voto de Carolina Beatriz Ângelo. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-03-08-Carolina-votou-em-1911.-Foi-a-primeira-e-a-Republica-mudou-a-lei-para-impedir-o-voto-feminino#gs.2g9Hdmo>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Sem estudos formais, como a maioria das contemporâneas, o prolongado convívio com o pai, com quem manteve comprovada cumplicidade intelectual, e o acesso à vasta e atualizada biblioteca, incluindo assinaturas de revistas e jornais estrangeiros, deram-lhe uma formação abrangente e influíram na decisão de ser escritora. (ESTEVEES, 2014, p. 29-30).

Osório, que muito jovem se aventurou como escritora infantil, pode ser considerada uma das pioneiras neste segmento, reunindo e compilando contos e histórias do folclore português. Como refere Gomes,

a coleção para crianças concentrou grande parte dos esforços de Ana, particularmente nas décadas de 1890 e 1900. Para se avaliar o tamanho do empreendimento, vale assinalar que foram lançados nada menos que 18 volumes, merecendo destaque o volume de 1903, Contos tradicionais portugueses, uma coletânea organizada inteiramente a partir de histórias da tradição oral portuguesa, recolhidas e adaptadas pela própria autora e editora. (GOMES, 2016, p. 99).

Em suas obras infantis, havia uma clara preocupação com a educação: “No início de 1910, Ana era uma escritora com crescente reconhecimento no campo literário, muito conectado ao político e ao educacional”. (GOMES, 2016, p. 101). Conforme a autora, Ana defendia o uso do lúdico como forma de tornar mais interessante os ensinamentos morais e cívicos e, assim, despertar nas crianças o gosto pela leitura.

Com 26 anos, casa-se com o jornalista, poeta e escritor Paulino de Oliveira, com quem escreve e edita várias obras literárias. Em Setúbal, onde ela já residia desde 1893, o casal reúne, em sua residência, para saraus literários, vários nomes ligados à cultura e ao republicanismo em Portugal. Em 1908, em consequência do regicídio, Paulino refugia-se no Brasil de onde só retornou quando a República é proclamada em Portugal. Com a ausência do marido, passa a gerir a fábrica de móveis da família.

Em 1911, quando Paulino é nomeado Cônsul pelo governo republicano português, o casal muda-se para o Brasil, residindo em São Paulo até 1914. A experiência de residir por três anos no Brasil fez aumentar sua vontade de construir uma aliança cultural e econômica entre os dois países, a qual denominou de A Grande Aliança.

Na tentativa de construção dessa Aliança, Ana de Castro Osório tentou corresponder-se com Monteiro Lobato. Argumentou ao brasileiro que, sendo ambos escritores e proprietários de editoras, a troca cultural entre Brasil e Portugal certamente iria beneficiá-los. Lobato se mostra desinteressado, como se pode observar em sua carta-resposta, transcrita no artigo “Correspondência entre Ana de Castro Osório e Monteiro Lobato”, de Marisa Lajolo.

[...] creio que não podemos fazer nenhum dos negócios que a Sra. propõe, sendo que alguns deles não estão na alçada de nossa empresa que é apenas editora. [...] acresce ainda que por sistema não imprimimos nem editamos livros portugueses, visto que a ridícula reforma ortográfica que a república inventou é visceralmente repelida pelo nosso público. [...]. (LAJOLO, 2000, p. 10).

O projeto nunca chegou a se concretizar; porém, em 1922, ela retorna ao Brasil e profere uma série de conferências em diversas cidades e estados. Posteriormente, em 1924, essas conferências são reunidas e publicadas no livro *A grande aliança*, que está analisado no Capítulo 4.

Participou de diversas redes de sociabilidade, a maçonaria foi uma delas, como nos relata Gomes:

Em 1907, foi iniciada na seção feminina da Loja Humanidade, tornando-se, posteriormente, sua presidente. Tudo leva a crer que sua ligação com a Maçonaria não se desfez durante o tempo que passou no Brasil. Quando retornou, em 1915, o que é um tanto surpreendente, fundou uma loja feminina – A Carolina Ângelo –, da qual foi venerável, com o nome de Leonor da Fonseca Pimentel. (GOMES, 2016, p. 98).

Ana de Castro Osório é uma intelectual conhecida em Portugal; existem várias pesquisas e trabalhos sobre sua vida e obra,<sup>16</sup> com destaque para suas obras literárias destinadas ao público infantil. Neste trabalho, nossa abordagem dá ênfase à feminista e intelectual e como suas ideias e obras, relacionadas ao feminismo e à condição da mulher, podem ser ferramenta para se discutir questões de gênero no ensino de História.

### 2.2.1 Ana de Castro Osório e o feminismo

No final do século XIX e começo do XX, a mulher portuguesa ainda era submetida à tutela masculina; o Código Civil português de 1867<sup>17</sup> colocava a mulher em condição de inferioridade e subalternidade, em relação ao homem. Ao pai e ao marido deviam obediência, não podiam dispor, vender e/ou alienar seus bens, sem a permissão dos mesmos, os filhos pertenciam legalmente ao pai, a mãe não poderia ser sua tutora, etc.

---

<sup>16</sup> Inês Neto, em sua dissertação, **Ana de Castro Osório: escritora e editora para crianças**, Mestrado em Edição de Texto da Universidade Nova de Lisboa (2008), analisa o papel de Ana de Castro Osório, no contexto da edição da literatura infantil em Portugal, no final do séc. XIX e início do séc. XX (até 1935) e, ao longo de todo o trabalho, destaca obras literárias e trabalhos acadêmicos (teses e dissertações), em que a obra e trajetória intelectual de Ana de Castro Osório são objeto de estudo e análise. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/14133/1/Ines%20Neto%20Projecto%20Fev2008.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

<sup>17</sup> O Código Civil português de 1867 pode ser acessado no *site*: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

O sexo feminino “enfrentava [...] uma elevada taxa de analfabetismo, 85,4%, em 1890; 85%, em 1900; 81,2%, em 1911”, que o condicionava as já escassas escolhas profissionais. (ESTEVES, 2001, p. 87).

Assim, na tentativa de reverter esse quadro, uma pequena parcela pertencente à elite, em sua maioria médicas, escritoras e professoras, começava a questionar o porquê dessa situação de inferioridade a que eram submetidas as mulheres em Portugal, e como poderiam agir para modificar essa situação. Destaca Esteves:

Num primeiro momento, expuseram-se os principais males que as afetavam e só progressivamente, com o despertar da consciência feminina, é que as suas reivindicações ganharam forma, tornaram-se mais explícitas e inevitáveis, até que fizeram sentir junto dos poderes políticos. No acirrar da intervenção combativa das mulheres, não se pode ignorar a divulgação das ideias feministas, em crescendo no mundo, e a pronta adesão de intelectuais, de ambos os sexos, que passaram a refletir em amíúde sobre eles, dando-lhes credibilidade e projeção. (ESTEVES, 2001, p. 87).

Ressalta-se que o movimento feminista, à época vinha crescendo em diferentes partes do mundo e em Portugal não foi diferente. Em 1905, Ana de Castro Osório publica o livro **As mulheres portuguesas**, obra analisada no capítulo 4, considerado por muitos estudiosos do tema um marco para o movimento feminista português.<sup>18</sup> “Feminismo: é ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e de que a maioria das próprias mulheres coram.” (OSÓRIO, 1905, p. 11).

O livro ultrapassa fronteiras e chega a ser traduzido em língua francesa, mas para Ana de Castro Osório era preciso sair do campo teórico, das grandes discussões sobre feminismo; era urgente realizar ações concretas; vislumbrou no associativismo uma forma de luta. No Anexo A, pode-se conhecer brevemente os temas abordados pela escritora, na obra **As mulheres portuguesas**.

No ano de 1907, conjuntamente com outras feministas, funda o Grupo Português de Estudos Feministas, que tinha como principais objetivos instruir a mulher para que, assim, fosse um ser autônomo e racional. “Nós queremos a mulher ser racionante e autónomo, queremos a mulher indivíduo, senhora do seu corpo, como da sua vontade e do seu dinheiro. ”

---

<sup>18</sup> Segundo Esteves (2001), o livro **As mulheres portuguesas** é considerado por Regina Tavares da Silva o manifesto do movimento feminista português, por abordar, de forma muito clara e radical questões relacionadas, por um lado, à situação da mulher, seu estatuto legal e os condicionamentos culturais inerentes e, por outro lado, questões de índole mais teórica, sobre o feminismo, a igualdade dos sexos, o direito à educação e ao trabalho, o direito a salário igual.

Esse trecho faz parte do folheto de apresentação do Grupo Português de Estudos Feministas, o qual está disponível para leitura no Anexo B.

Em abril de 1908, participa do Congresso Nacional de Livre Pensamento, realizado em Portugal, onde apresenta uma tese sobre feminismo, na qual reivindica a educação intelectual, moral e física da mulher; a igualdade dos sexos perante o Código Civil, e direitos políticos para o sexo feminino.

Em agosto do mesmo ano, constitui a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, que tinha como principal objetivo propagandear as ideias republicanas e combater o feminismo pacifista, ao qual mostrava-se totalmente contrária, por acreditar que o movimento não teria forças ou influência para findar com as guerras. No cenário político da época, Ana de Castro Osório pode ser considerada um símbolo das mulheres republicanas em Portugal. Conforme nos relata Esteves,

no entanto, foi o invólucro republicano da Liga que proporcionou a Ana de Castro Osório outra visibilidade ao intervir no debate sobre a natureza do regime, tendo sido transformada em símbolo das mulheres republicanas ao ser a única a merecer figurar, em primeiro plano, na aquarela *Pela República*, pintada por Alfredo Roque Gameiro em 1911 e na qual constam 161 dirigentes republicanos. Apesar de dirigir a principal agremiação de republicanas, não estava a par da revolução em marcha, encontrando-se, nesse exato dia, em Eucísia, terra de onde o pai era natural, de onde escreveu uma carta à mãe e onde se encontraria já há algum tempo para tratar de negócios da família. (ESTEVES, 2014, p. 49).

Logo após a proclamação da República (26.10.1910), apresenta em Assembleia da LRMP, as principais reivindicações feministas que pretendiam ver atendidas pelos dirigentes republicanos, ou seja: revisão do Código Civil de 1867, aprovação da lei do divórcio, igualdade de direitos entre os sexos, instrução para as mulheres, etc.; considerava que as leis portuguesas subjugavam e infantilizavam a mulher, tornando-a eterna tutelada por pais, marido e irmãos. Segundo Ana de Castro Osório,

a independência da mulher não pode importar o não reconhecimento da autoridade do marido (um dos grandes receios de V. Ex.<sup>a</sup>), porque essa autoridade existe, senão de fato. Pelo menos de direito, enquanto existirem as leis que a mulher deveria conhecer quando vai se casar, leis tornam um menor sob a tutela direta do homem. O que será o futuro não podemos prever de tal maneira a educação da mulher modificará a sociedade. (OSÓRIO, 1905, p. 36).

Em 1911, juntamente com a médica Carolina Beatriz Ângelo, funda a Associação de Propaganda Feminina, cujo principal objetivo era a luta pelo sufrágio feminino, que Osório entendia que deveria ser restrito às mulheres com instrução, e a justificativa era que, com pouca instrução, ou mesmo analfabetas, as mulheres seriam facilmente influenciadas e

manipuladas pelos pais, pelo marido e por clérigos. Essa posição não era algo exclusivo de Ana de Castro Osório, muitas feministas defendiam essa causa. Segundo Arão e Samyn,

Ana de Castro Osório participaria intensamente desse debate, defendendo uma posição nada infrequente entre as feministas da época: a defesa do sufrágio restrito. Feministas que assumiam essa posição acreditavam que o elevado nível de analfabetismo e a falta de instrução entre as mulheres faziam com que muitas delas permanecessem sujeitas à influência clerical, mas isso não deveria servir como justificativa para a exclusão política de todas as representantes do gênero; assim, a melhor estratégia seria conceder o sufrágio às mulheres instruídas, de modo a não colocar em risco os ganhos do movimento republicano. (ARÃO; SAMYN, 2014, p. 8).

Dentro das suas reivindicações como feminista, a educação da mulher era uma de suas principais lutas, pois acreditava que, somente através da instrução e do trabalho, a mulher poderia emancipar-se, ser livre e prover seu próprio sustento. Ana de Castro Osório entende que

educar a mãe, para ser educadora dos filhos; educar a mulher em geral para viver de si mesma, e para si, quando pertença à enorme legião das que ficam solteiras e portanto, sem filhos a educar nem casa a governar, deve ser um dos nossos mais porfiados empenho. É este o verdadeiro feminismo. (OSÓRIO, 1905, p. 54).

O seu feminismo era moderado<sup>19</sup>, a mulher através da educação e do trabalho deveria tornar-se um ser útil à família, à pátria e a si mesma; nas palavras dela própria, a mulher deveria ser um “ente de razão e luz”. Para a autora, ser feminista

[...] não é querer as mulheres umas insexuais (sic), umas masculinas de caricaturas, como algumas cuidam; mas sim desejá-las criaturas de inteligência e de razão, educadas útil e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependência, sempre amarfanhante para a dignidade humana. (OSÓRIO, 1905, p. 24).

Na sequência desde capítulo, são abordadas as redes de sociabilidade de Ana de Castro Osório, a atuação como intelectual e mediadora cultural, e como suas ideias transpassam o continente europeu, chegando às colônias portuguesas na África e no Brasil.

### **2.2.2 As redes de sociabilidade de Ana de Castro Osório**

---

<sup>19</sup> - O feminismo de finais do século XIX e primeiras décadas do XX, tinha como principais bandeiras o direito ao sufrágio, educação, trabalho e igualdade de direitos. Em Portugal essas também foram algumas das principais reivindicações de Ana e das demais feministas, portanto um feminismo em busca de efetivação de direitos. Importante ressaltar que com a implantação do sistema republicano muitos deles foram efetivados.

Através das redes de sociabilidades os intelectuais se organizavam em torno de suas sensibilidades, ideologias, afinidades e valores. Essas redes podem constituir-se das mais variadas formas, desde a redação de uma revista, grupo de discussões, associações culturais, partidos políticos, etc. Segundo Gomes

a sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas –, para atuar no interior de uma sociedade mais ampla. Nessas redes e lugares dominam tanto dinâmicas organizacionais que conferem estrutura ao grupo e posições ao que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição. (GOMES, 2016, p. 24).

Este subtítulo tem como objetivo refletir como Ana de Castro Osório constituiu suas redes de sociabilidade, como influenciou e foi influenciada nos múltiplos e variados espaços de sociabilidade (maçonaria, associações feministas, jornais, etc.) em que transitou, e nas relações humanas desenvolvidas (trocas de correspondências, círculo de amigades, relações de negócios, etc.) Porém, é necessário salientar, mais uma vez, que o presente trabalho não objetiva realizar uma pesquisa biográfica de Ana de Castro Osório, pretende-se com a abordagem de suas redes de sociabilidade demonstrar que as mesmas foram de suma importância no desenvolvimento, na articulação e divulgação de suas ideias. Nos relata Esteves:

Vivendo para a escrita, mas não da escrita, conjugou esse labor com a edição e a divulgação. A necessidade de ser lida, comentada e apreciada, levou-a a estabelecer alargada de rede de sociabilidades, desde os pequenos leitores, para quem criou O Jornal dos Pequeninos, aos adultos – amigos, personalidades, críticos –, a quem fazia chegar metodicamente os livros com dedicatórias, cartões ou missivas. Alimentou fecunda correspondência com centenas públicas de quadrantes políticos e ideológicos antagônicos, antes e depois da República, e privilegiou o contato direto, aguardando reações. Quando não as havia, não desistia: insistia e indagava da razão da omissão ou silêncio. (ESTEVES, 2014, p. 26-27).

No quadro abaixo, procurou-se ilustrar quão variadas foram as redes de sociabilidade da intelectual. Para Esteves (2014), um dos seus biógrafos, Ana de Castro Osório trinfou pela fortíssima personalidade, pela perseverança e pelo desejo de deixar uma obra que marcasse seu tempo. Nas leituras e pesquisas realizadas sobre cada uma dessas redes, pode-se perceber a marca de Ana, mulher multifacetada, determinada em seus objetivos, muitas vezes polêmica em suas decisões, porém firme nas convicções e ideias defendidas. Nos relata Sirinelli que

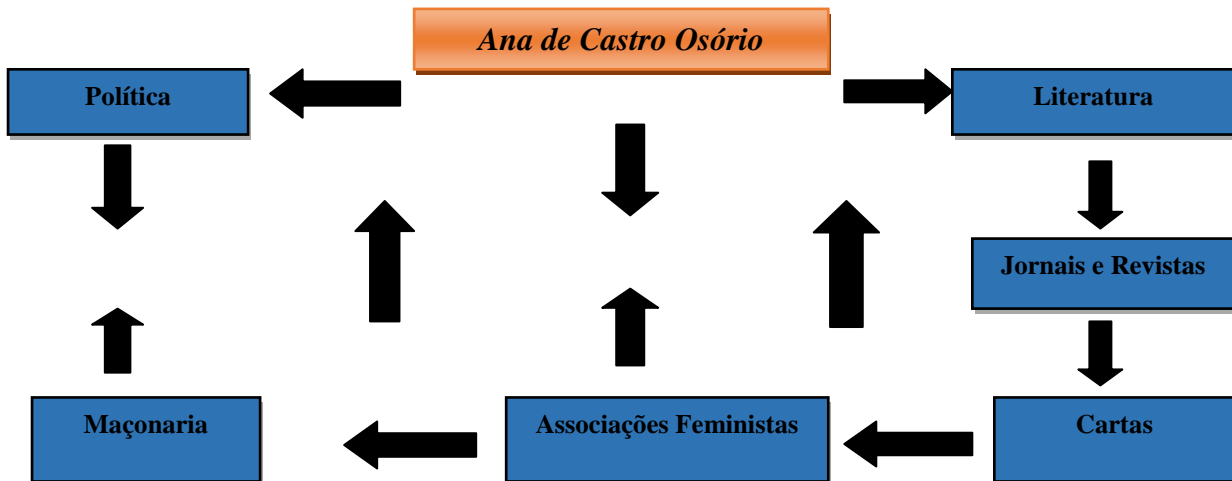
a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpretam o efetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais as atividades e o comportamento dos intelectuais envolvidos apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade revestiu-se, portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo redes que estruturam e



“microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular. (SIRINELLI, 1996, p. 252).

Pode-se perceber, na figura a seguir, que as redes de sociabilidade de Ana de Castro Osório se entrecruzam e complementam-se embasando ideias e ações da intelectual, formando o que Sirinelli aponta como microcosmo intelectual.

Figura 2 – Redes de sociabilidade



Fonte: Organização da autora.

O campo literário talvez seja a rede que mais possibilitou à Ana de Castro Osório trocar experiências, influenciar e absorver ideias. Como já posto, muito jovem já demonstrava o gosto pela literatura, certamente influenciada pelo pai que era ávido leitor e possuía uma vasta biblioteca. Em 1897, montou a Editora para Crianças, na cidade de Setúbal, dedicando-se a reunir contos, fábulas e histórias do folclore português, os quais foram compilados e publicados na Coleção para as Crianças, sendo 18 volumes no total. Segundo Esteves:

Aos 24 anos e solteira, lançou-se no empreendimento que a tornou nacionalmente conhecida e pô-la em contato com crianças, jovens, educadores, homens de letras, jornalistas e políticos: a Coleção *Para as Crianças*, a primeira tentativa sistemática de criar uma Biblioteca Infantil Ilustrada de inspiração portuguesa destinada aos mais novos, mediante a publicação regular, às suas custas, de fascículos de histórias assentes, essencialmente, em contos tradicionais, histórias maravilhosas e fábulas, muitas das vezes adaptados, recriados ou traduzidos pela sua pena. (ESTEVES, 2014, p. 37).

Além dos contos e das histórias portuguesas, através de parcerias com outros autores, como a alemã Luise Ey, Ana de Castro Osório adaptou e traduziu contos mundialmente conhecidos como os dos Irmãos Grimm e Andersen. Comenta Gomes:

Um feito que merece observação, uma vez que aponta para o fato de ela estar envolvida diretamente, mesmo que com todas as limitações que se possa reconhecer aos procedimentos da época, em um trabalho de recolha de contos da tradição oral popular portuguesa, além de realizar a “adaptação” de alguns deles, e de traduzir outros pertencentes ao folclore de diversos países, que circulavam em toda a Europa. (GOMES, 2013, p. 4).

É importante salientar que Ana de Castro Osório tem a obra *A Minha Pátria*, aprovada como prêmio no concurso escolar promovido pelo Ministério do Reino e publicada em 1906. Segundo Gomes (2013), a obra rendeu muitos comentários e elogios, foi considerada uma lição de patriotismo. Posteriormente, em 1908, vence outro concurso com o livro *A boa mãe*, feito esse, que a projeta para um seleto grupo de autores em Portugal.

O marido, o poeta Paulino de Oliveira, foi um dos seus parceiros literários; juntos escreveram e editaram artigos e livros, entre eles: *Uma missão do Padre Grainha* (1902) e *Garret no Pantheon* (1903). Além de parceiro literário, o marido foi uma das influências políticas da intelectual; vale lembrar que Paulino foi um ferrenho propagandista e defensor da República, chegando mesmo a fundar diversos jornais para divulgar o ideário republicano.

A obra da intelectual é vasta, escreveu romances, novelas e livros de cunho mais político e social, como, por exemplo: *As mulheres portuguesas* (1905), *A mulher no casamento e no divórcio* (1911) e *Em tempo de guerra: aos soldados do meu país* (1918), etc. como pode ser constatado no Apêndice B.

Em 1911, quando se estabelece no Brasil, na cidade de São Paulo, acompanhando o marido recém-nomeado Cônsul de Portugal, ela rapidamente estabelece diversos contatos nos meios políticos e cultural, tinha como objetivos a divulgação de suas obras e ideias.

Dessa forma, é evidente e impressionante, a rapidez e eficiência com que essa mulher se insere nos circuitos políticos e culturais brasileiros, mesmo se considerarmos que era esposa de um cônsul e alguém que tinha outras redes de apoio, como é o caso da Maçonaria, cujo valor é difícil de ser avaliado no Brasil, daquele momento. (GOMES, 2011, p. 293).

Mesmo antes de vir residir no Brasil, a intelectual já mantinha contatos com brasileiros e portugueses aqui residentes, muitos deles influentes no meio editorial, como pode-se verificar em sua extensa correspondência,<sup>20</sup> o que certamente foi muito benéfico para a divulgação de suas obras, pois a autora tem os livros, *Uma lição de história*, *As boas*

---

<sup>20</sup> Na Biblioteca Nacional de Portugal, é possível ter acesso à correspondência (cartas, bilhetes e postais, entre outros ) de Ana de Castro Osório, e outros membros da família Castro Osório. Alguns dos itens acima mencionados podem ser consultados no site da BNP: <http://www.bnportugal.gov.pt>.

*crianças*, *Os nossos amigos* e *Lendo e aprendendo*, aprovados pelos governos dos estados de Minas Gerais e de São Paulo para uso em estabelecimentos escolares.

Ainda por meio da literatura, a intelectual estabelece relações de amizade que lhe proporcionaram divulgar seus escritos e ideias em diversos países, entre essas relações destaca-se a desenvolvida com a escritora espanhola Carmem de Burgos y Seguí,<sup>21</sup> diretora da revista espanhola *Raza*, na qual por diversas vezes Ana de Castro Osório publicou artigos sobre feminismo, educação, política, etc. Nos relata Gil:

Protagonistas de un mismo tiempo histórico, los viajes, la pertenencia común a algunas asociaciones y los lazos de amistad personal, acabarían abriendo una grieta en esa frontera entre dos países colindantes pero a menudo ignorantes uno del otro. Como ya señalé en un trabajo anterior, creo que Carmen de Burgos y Ana de Castro, al igual que otras contemporáneas suyas, fueron capaces de superar las barreras políticas y económicas para establecer una suerte de comunidade espiritual que permitió la comunicación en un ambiente de ignorancia común bastante considerable. (GIL, 2013, p. 103).

Com a escritora brasileira Julia Lopes Almeida, Ana de Castro Osório estreitou laços de amizade e cooperação literária logo que chega ao País. Segundo Cruz (2018), procurando ampliar suas redes de sociabilidade e divulgar sua literatura, encaminhou o livro *Infelizes* a Julia, com uma carta de apresentação, de modo a mostrar que também possuía outros títulos além dos infantis.

Intelectualmente ambas já se conheciam, pois em 1907 Julia Lopes Almeida publicou no Jornal *O Paiz* uma matéria sobre vida e obra de Castro Osório. Relata Cruz que o contato pessoal travado no Brasil só fez aumentar a amizade e admiração entre as escritoras.

O contato pessoal no Brasil possibilitou estreitamento dos laços. Na década de 1930, Júlia respondia de Paris uma carta da amiga. As relações estabelecidas entre Ana de Castro Osório e Júlia Lopes de Almeida são exemplo do tipo de ação empreendido pela escritora portuguesa no Brasil na divulgação de seus livros. Ao comentar obras alheias na imprensa dos dois lados do Atlântico ou servindo de intermediária, em Portugal, para a divulgação de obras brasileiras, ela estabelece alianças que a favorecem enquanto intelectual. (CRUZ, 2018, p. 8).

---

<sup>21</sup> Carmen de Burgos Y Seguí (10.12.1867 – 9.10.1932) foi professora, escritora e a primeira mulher a ser redatora de jornal na Espanha. Utilizava o pseudônimo Colombine para assinar seus artigos, e assim como Ana de Castro Osório militava em favor dos direitos da mulher. Fez intensa campanha nos jornais espanhóis em favor da aprovação da Lei do Divórcio, militou pelo sufrágio feminino, foi presidente da Liga Internacional das Mulheres Ibéricas e Ibero-Americanas, e uma das fundadoras da Cruzada das Mulheres Espanholas. Apesar da extensa obra e militância, Burgos ainda é figura pouco conhecida e estudada na Espanha. No *site* da Fundação Carmen de Burgos, há maiores informações sobre sua biografia, projetos da Fundação e acesso a algumas de suas obras, que estão disponíveis para *download*. Ver em: <http://fundacioncarmendeburgos.com/carmen-de-burgos/>.

Assim como a literatura, os jornais e as revistas foram outro meio de sociabilidade importante de Ana de Castro Osório, que editou e escreveu para vários deles em Portugal e em outros países, como, por exemplo, Brasil e Espanha. Suas pautas giravam sempre em torno do feminismo, direitos das mulheres, emancipação e educação para mulheres e crianças, política, etc. Relata Esteves:

Da disponibilidade para escrever, também resultou uma Ana de Castro Osório periodista, embora não remunerada como tanto desejara, desmultiplicando-se por dezenas de periódicos – femininos, feministas e republicanos, literários, locais, regionais ou nacionais, de educação e instrução– e assinando, por vezes, com o pseudônimo de Ann Moore, inspirado do nome da avó materna. Dirigiu, a partir de Setúbal, a *Sociedade Futura* (1902), *O Jornal dos Pequeninos* (1907-1908) e *A Mulher e a Criança* (1909-1910); colaborou no jornal local *O Radical* (1910-1911), propriedade do marido. (ESTEVES, 2014, p. 33).

Ainda segundo Esteves (2001), os textos feministas se propagaram na imprensa em finais do século XIX e começo do XX; assim como Ana, muitas eram as mulheres que escreviam e refletiam sobre a condição feminina, não tardando para que surgissem apelos por partes dessas autoras, para que as mulheres que partilhassem dos seus pontos de vista e ideias se unissem em torno da causa feminina, dando origem a diversos jornais, revistas e associações feministas.

No Brasil, Ana colaborou em diversos jornais, no *Portugal Moderno* um dos jornais mais conhecidos entre a Colônia Portuguesa no Brasil, os textos da escritora ocupam lugar de destaque e a quantidade é bem expressiva. “Entre 16 de setembro de 1911, data da primeira participação por contrato, e a última em 14 de dezembro de 1913, Ana de Castro Osório publica no *Portugal Moderno* 52 artigos”. (CRUZ, 2018, p. 208).

A presença constante de seus artigos abriu caminhos para que outras mulheres também publicassem no jornal, para Cruz (2018), o destaque que se deu às produções de Ana, e a crescente colaboração de mulheres fez com que o jornal se tornasse também um órgão feminista, sendo os temas sobre feminismo discutidos inclusive pelos homens da redação.

O pioneirismo de Ana e sua capacidade de persuasão influenciaram outras mulheres a se aventurarem pelo jornalismo, como nos relata Louzada.

Ana de Castro Osório, na qualidade de jornalista pioneira, e os quadros da condição social das mulheres por si feitos a serem amplamente divulgados na imprensa. Dotada de uma escrita simultaneamente arguta e bela, Ana de Castro Osório abriu caminho às jovens que lhe sucederam, que como ela se iniciaram nas lides jornalísticas e vocacionadas para tal, a elegeram como profissão. Ab initio designadas por publicistas, foram fazendo o caminho como jornalistas e mesmo repórteres em Portugal e no estrangeiro. (LOUZADA, 2012, p. 66).

Como escritora, jornalista, feminista e figura pública conhecida, Ana manteve uma intensa troca de correspondências (cartas, postais, etc.) o que constituiu mais uma forma de sociabilidade. Foram muitas as cartas, bilhetes, telegramas, postais, etc. recebidos e enviados às variadas personalidades, seja da política ou do meio cultural e literário, dentro e fora de Portugal.

A francesa Madeleine Pelletier,<sup>22</sup> médica, maçon, jornalista e feminista, foi uma das personalidades com a qual Ana de Castro Osório manteve contato através de cartas e pessoalmente quando a francesa esteve em Portugal em novembro de 1910, logo após a proclamação da República. Na estadia em Portugal, Pelletier travou importantes contatos com as feministas portuguesas. Relata Esteves:

Correspondeu-se com Ana de Castro Osório e na qualidade de maçon, respondeu ao questionário da escritora, em 1913, sobre o papel da mulher na Maçonaria Portuguesa. Os seus trabalhos pareciam chegar cá mal eram editados na França, influenciando a formação ideológica das responsáveis nacionais. (ESTEVES, 2011, p. 40).

Outra sua importante interlocutora foi a brasileira Bertha Lutz; segundo Cruz e Castro (2018) foi em 1922, quando a intelectual portuguesa regressou ao Brasil, que as duas estabelecem uma amizade, e a partir da propaganda que as unia permaneceram por um longo período trocando informações e auxiliando-se nos dois lados do Atlântico.

Ambas se influenciaram, Ana de Castro Osório já experiente nos movimentos em prol do feminismo como referência a Bertha Lutz. Relata-nos Cruz e Castro:

Para organizar o grande primeiro evento da Federação, conforme a primeira carta analisada nos leva a crer, Bertha se valeu da experiência e da rede de relacionamentos da escritora portuguesa, Ana de Castro Osório. As duas estavam preparando em conjunto a programação da Conferência pelo Progresso Feminino no Rio de Janeiro, que contou também com a participação das estadunidenses Charrie Chapman Catt, presidente da Liga Pan-Americana da Mulher, e Anita Van Lennep, e da líder feminista holandesa, Rosette Susana Manus. Ana indicava uma sequência de conferências que seriam proferidas por ela antes que Bertha fizesse “a de *luxo*”, que deveria ser sobre “A mulher em Portugal e no Brasil”. (CRUZ; CASTRO, 2018, p. 114).

---

<sup>22</sup> Madeleine Pelletier (1874-1939), tornou-se em 1906 a primeira médica psiquiatra francesa. Ficou conhecida por seu engajamento político em prol dos direitos das mulheres, sendo uma das mais conhecidas feministas francesas do século XX. Pelletier escreveu extensivamente sobre os direitos das mulheres; dentre suas obras mais conhecidas estão: *La femme en lutte despeje ses droits* (Mulher lutando por seus direitos) (1908), *Ideologie d’hier: Dieu, la morale, la patrie* (A ideologia de ontem: Deus, a moral, a Pátria) (1910), *L’émancipation sexuelle de la femme* (Emancipação sexual da mulher), etc.

Maria Lacerda de Moura, destacada figura do movimento feminista brasileiro, também se correspondeu com Ana de Castro Osório; nas missivas enviadas, trocavam informações sobre livros e assuntos em comum, como, por exemplo, os direitos das mulheres, educação, desenvolvimento intelectual, entre outros. Ana ainda colaborou com artigos para a revista *Renascença*, fundada e dirigida por Moura.

Assim, em fevereiro de 1923, o primeiro número da revista *Renascença*, editada e fundada por Maria Lacerda, publica o artigo “A Mulher e seus Direitos no Futuro”, de Ana de Castro Osório. A revista divulgava artigos relacionados com a luta pela emancipação feminina, versando ainda a educação, as artes plásticas, a música e a poesia. No seu terceiro número foi criada uma secção sobre o movimento operário. *Renascença* trouxe à luz cinco edições e o seu encerramento é por Maria Lacerda comentado na carta, ora apresentada: “minha revista, era uma vez, por dificuldades económicas”. (LOUZADA; LAGURADIA, 2013, p. 101).

Assim, pode-se inferir que as ideias da feminista portuguesa de alguma forma fizeram eco no movimento brasileiro, seja pela troca de correspondência, com destacadas figuras do feminismo brasileiro; seja pelos artigos publicados em jornais, revistas e periódicos destinados à temática ou mesmo pela circulação de suas obras no Brasil.

Vários foram os movimentos em prol do feminismo dos quais Ana de Castro Osório participou; acredita-se que juntamente com a literatura, constituem-se como as mais destacadas redes de sociabilidade da intelectual. Ana foi a responsável pela fundação e organização de várias associações feministas, dentre elas destaca-se o Grupo Português de Estudos Feministas (GPEF) fundado em 1907, e que tinha, como principal finalidade, a difusão do feminismo. Esteves informa que o GPEF,

liderado por si com a finalidade de difundir o feminismo e doutrinar as portuguesas através de uma biblioteca. Surgiu no auge da reflexão feminista e o nome terá sido influenciado por uma congénere francesa, o Groupe Français d’Études Féministes, dirigido por Jeanne Oddo-Deflou, com quem a escritora se correspondeu naquele ano. Procurava, de novo, implementar a edição de uma biblioteca, desta vez para as mulheres, tendo a ambição ficado pela publicação da conferência *A Educação Cívica da Mulher*. Embora o GPEF tenha aglutinado escassas ativistas, marcou uma ruptura ao indiciar a preponderância de republicanas e maçónicas no âmbito feminista. (ESTEVES, 2014, p. 46-47).

O GPEF, tem curta duração, e em 1908 findam suas atividades. No mesmo ano (1908), Ana participação da fundação da LRMP. A liga tinha como principais bandeiras realizar a propaganda republicana, campanhas pela lei do divórcio, a revisão do Código Civil; a LRMP vai manter suas atividades até 1919, constituindo-se como uma das mais importantes associações femininas de Portugal.

Em maio de 1911, juntamente com a médica Carolina Beatriz Ângelo funda a Associação de Propaganda Feminista (APF); o objetivo da associação era a luta pelo sufrágio feminino, restrito, ou seja, conceder direito ao voto a mulheres economicamente independentes e instruídas. Ressaltam Arão e Samyn:

Feministas que assumiam essa posição acreditavam que o elevado nível de analfabetismo e a falta de instrução entre as mulheres faziam com que muitas delas permanecessem sujeitas à influência clerical, mas isso não deveria servir como justificativa para a exclusão política de todas as representantes do gênero; assim, a melhor estratégia seria conceder o sufrágio às mulheres instruídas, de modo a não colocar em risco os ganhos do movimento republicano. (ARÃO; SAMIYN, 2014, p. 8).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, organiza em fins de 1914 a Comissão Feminina “Pela Pátria”, cujo objetivo era realizar a propaganda patriótica e ajudar nos esforços de guerra, prestando auxílio material aos soldados portugueses. Com a entrada de Portugal no conflito em 1916, Ana, em conjunto com outras mulheres pertencentes “a elite portuguesa, funda a Cruzada das Mulheres Portuguesas. Para Esteves, a partir dessas associações (Comissão Feminina Pela Pátria e CMP) pode-se verificar que o feminismo protagonizado por Ana de Castro Osório torna-se um feminismo nacionalista.

O desencadear da Guerra fez emergir a sua última fase feminista, a de feminista nacionalista, cuja prioridade era a defesa da intervenção do país ao lado dos Aliados e o apoio aos soldados mobilizados, o que será feito através da APF, da criação, em finais de 1914, da Comissão Feminina “Pela Pátria” e, a partir de março de 1916, da Cruzada das Mulheres Portuguesas, criada com Elzira Dantas Machado. (ESTEVES, 2014, p. 57).

Este feminismo de viés nacionalista, de certa forma contribuiu para valorizar social e economicamente a mulher durante o período da guerra; porém, Esteves (2014) alerta que ele também contribuiu para minorizar o papel das feministas, esvaziando-as num contexto de unidade nacional, onde o bem da pátria deveria se sobrepor a toda e qualquer reivindicação. Fechava-se de certa forma o ciclo de feminismos de Ana, que passa a se dedicar quase que exclusivamente à escrita.

A política, como rede de sociabilidade, foi explorada por Ana como uma forma de ver atendidas suas reivindicações em prol dos direitos das mulheres. Republicana ferrenha como já foi mencionado, acreditava que o regime republicano, mesmo não sendo uma forma nova nem perfeita de governo, poderia oferecer mais garantias de progresso que a retrógrada monarquia portuguesa.

Com a implantação da República, acreditava que as mulheres poderiam ter atendidas algumas de suas reivindicações, entre elas: lei do divórcio, revisão do Código Civil de 1867, direito ao voto, instrução dos filhos, etc. “Eu [...] quero a república como libertação e felicidade para as mulheres, visto que a humanidade é composta dum só grupo de animais, indiferentemente masculinos ou femininos”. (OSÓRIO, 1910, p. 6). Algumas dessas reivindicações foram atendidas pelos republicanos como a lei do divórcio, a revisão do Código Civil, etc. Outras foram postergadas, como é o caso do sufrágio.

Ana lutou por uma república a serviço das mulheres, na qual suas demandas por direitos fossem atendidas. Mas alertava que, antes de serem políticas, as mulheres deveriam ser feministas, não deixando que os interesses da política se sobrepusessem às suas exigências por direitos e igualdade entre os sexos.

Sabe-se que a maçonaria, juntamente com a Carbonária Portuguesa, foram importantíssimas para a articulação da Revolução que implantou a República em Portugal, em 1910. “Eis o motivo, porque podemos dizer, sem receio, que a maçonaria foi o fator mais importante da Revolução que transformou politicamente o nosso país e lhe abriu portas para a entrada definitiva e triunfante no progresso da civilização mundial”. (OSÓRIO, 1914, p. 4).

Em maio de 1907, Ana de Castro Osório é iniciada na maçonaria na seção feminina da Loja Humanidade, constituindo-se desta feita mais uma rede de sociabilidade na qual a intelectual atuou. Ressalta Gomes:

Paralelamente, investia em outra rede de sociabilidade poderosa, politicamente muito ativa na promoção do ideário republicano: a Maçonaria. Em 1907, ela foi iniciada na seção feminina da Loja Humanidade, vinda, posteriormente, a se tornar sua presidente. Sua ligação com a Maçonaria não se desfez durante o tempo em que passou no Brasil, já que quando retornou, fundou, em 1915, uma loja feminina – a Carolina Ângelo –, da qual foi venerável, com o nome Leonor da Fonseca Pimentel. Esse vínculo poderia ter sido outro trunfo em sua estada no Brasil, mas foi impossível tentar mapeá-lo, ficando aqui apenas o registro. (GOMES, 2013, p. 6).

Como membro da maçonaria, Ana de Castro Osório empenhou-se mais uma vez na defesa dos direitos para as mulheres, pela educação e igualdade entre os sexos. Para a intelectual, “o espírito maçônico não deve estar sujeito ao critério sexual, mas ser a imagem duma futura sociedade profundamente justa e humanitária, sem recuar perante as questões de interesse comum, pondo de parte ideias mesquinhas e velharias sem significação”. (OSÓRIO, 1914, p. 10).

Como se pode perceber, as redes de sociabilidade de Ana de Castro Osório foram inúmeras e variadas. No entanto, neste trabalho, procurou-se abordá-las de forma mais



sinéctica, elencando aspectos pontuais de sua atuação, pois a riqueza e complexidade destas redes poderiam ser exploradas exaustivamente, o que não constitui objetivo neste trabalho.

### 2.2.3 Ana de Castro Osório e as ideias que viajaram continentes

Por isso, tanto ou mais que o homem, necessita a mulher ser educada e ilustrada, e é, a meu ver, por onde deve principiar a remodelação duma sociedade que seja progressiva. (OSÓRIO, 1905, p. 45).

No subtítulo anterior, foram abordadas as redes de sociabilidade de Ana de Castro Osório, na qual se pôde verificar a variedade e riqueza das mesmas, e como a intelectual se articulava para divulgar suas obras e ideias.

Desta feita, não é difícil inferir que as ideias e os pensamentos de Ana de Castro Osório ultrapassaram as fronteiras do pequeno Portugal, pois foram inúmeras as trocas de correspondências com interlocutores de diversos países (Brasil, Espanha, França, etc.), obras literárias, colaboração em jornais e revistas internacionais, participação em movimentos e agremiações feministas.

A autora intencionava divulgar sua obra ao maior número de pessoas possível. Em seu projeto “Para Crianças”, conjunto de livros voltados ao público infantil, fica explícita essa intenção. Segundo Gomes:

“Para Crianças”, coleção e editora, queria ser tudo isso e ainda mais, uma vez que esse projeto se articulava ao de criação de uma “verdadeira” literatura infantil portuguesa. Por isso, ou seja, pela explícita dimensão política de seu empreendimento, Ana edita seus livros às suas custas e aos milhares, e os distribui gratuitamente nas escolas e instituições, em uma explícita ação de propaganda e divulgação de suas ideias. Eles eram fascículos pequenos, escritos em linguagem clara e simples e com apresentação gráfica bem cuidada, onde se destacava o trabalho de ilustradores competentes, entre os quais o maior de todos é Leal Câmara. (GOMES, 2011, p. 286).

A divulgação de suas obras e ideias não ficou restrita ao público infantil, sua produção é diversificada e contempla várias temáticas como feminismo, educação, política, etc. Relata Remédios, que,

não se limitando a difundir as ideias feministas através da imprensa, ela publicou um conjunto de obras significativo, restringindo-se numas mais à divulgação do ideário feminista, enquadrando-o, não raras as vezes, no Progresso da Humanidade, em geral, e na Regeneração do Povo Luso, e noutras expressando com maior força as reivindicações do feminismo. Além do ensaio, é, também, por ela utilizada para propagandear os seus ideais, escrevendo não só para adultos como para crianças, e recuperando, algumas vezes, ao dirigir-se a estas últimas, histórias populares. (REMEDIOS, 2004, p. 2).

Na Espanha, as ideias de Ana de Castro Osório também se fizeram presentes, a intelectual era responsável pela Seção Portuguesa da Revista *La Raza*, dirigida por Carmen de Burgos y. Seguí, com quem manteve uma profícua relação de amizade. Ressalta Gil:

Los textos de Ana de Castro que ahora se recuperan recogen las preocupaciones fundamentales de la escritora: la atención a la infancia mediante la edición de colecciones de cuentos infantiles, el ideal lusista de fusión entre Portugal y Brasil (también en algún sentido el ibérico de unión entre Portugal y España) y su interés por la causa de la mujer; en todas estas cuestiones la visión de Castro es profundamente integradora y marcadamente nacionalista. (GIL, 2013, p. 101).

No Brasil, suas ideias e obras foram propagadas de diversas maneiras, seja pela circulação de seus livros infantis, artigos em jornais ou mesmo por contatos políticos. Segundo Maia:

A extensa correspondência trocada com lideranças feministas, jornalistas, editores, representantes de livrarias e pessoas ligadas aos governos de diferentes estados brasileiros demonstra o enorme empenho e interesse de Ana Osório em difundir sua obra e propagar suas ideias no Brasil. Como resultado, teve dois dos seus livros de literatura infantil adotados pela instrução pública no país: *Uma Lição de História*, de 1909, em Minas Gerais; e *Lendo e Aprendendo*, de 1913, em São Paulo. (MAIA, 2017, p. 1058).

*Uma lição de história* (1909) e *Lendo e aprendendo* (1913), aprovados pela Instrução Pública dos Estados de Minas e São Paulo, para serem utilizados como manuais de leitura nas escolas, podem ser classificados, segundo Gomes (2013), como manuais cívico-patrióticos, um tipo de literatura muito apreciada à época e utilizado em escolas de diversos países. Na tentativa de divulgar suas obras no meio escolar, Ana e o marido participam em 1912 do Congresso de Educação realizado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Relata Gomes:

Ana e seu marido de fato comparecem ao II Congresso Brasileiro de Instrução Pública Primária e Secundária, sediado em Belo Horizonte (o primeiro ocorrera em São Paulo e o terceiro seria na Bahia, em 1918), sendo os únicos convidados estrangeiros e, por isso, recebendo um tratamento todo especial. O Congresso foi um evento da maior importância, desenvolvendo-se entre 28 de setembro e 5 de outubro de 1912, contando com representantes de outros estados, como São Paulo, Bahia e Pará, além do Distrito Federal, e de muitos professores e diretores da rede escolar mineira. (GOMES, 2013, p. 9).

A inserção no mercado editorial brasileiro era um objetivo antigo de Ana de Castro Osório, que para alcançá-lo manteve intensa correspondência com diversos interlocutores brasileiros. “No espólio de sua família há correspondência com representantes comerciais e amigos indicados a fazer divulgação de sua obra “Para crianças” Os resultados nem sempre foram positivos, mas ela continuava tentando com outros contatos”. (CRUZ, 2018, p. 7).

Os jornais brasileiros também divulgaram os escritos da intelectual; em diversos deles, colaborou com artigos e como colunista. No jornal *Portugal Moderno*, com ampla divulgação entre a Colônia Portuguesa do Rio de Janeiro, ela estreia em 1910 com o artigo intitulado “O problema feminista”. Relata Cruz,

Ana não é recebida pelo redator como uma simples colaboradora ou como uma escritora menor, mas como intelectual do nível dos maiores de sua época. [...]. Seu artigo traz claramente os temas da luta feminista como algo necessário para o progresso da humanidade. É justamente ressaltando a importância da mulher na sociedade que Ana de Castro Osório abre seu texto. (CRUZ, 2018, p. 2-3).

Em 1911, quando vem residir no Brasil acompanhando o marido recém-nomeado Cônsul de Portugal, “estabelece vínculos com as intelectuais de vários estados e elo com o movimento feminista brasileiro”. (GAUTERIO, 2015, p. 267). Neste mesmo período, já residindo em São Paulo, torna-se correspondente do jornal *A Madrugada*,<sup>23</sup> passando a escrever para a seção do jornal intitulada “Correio do Brasil”.

Segundo Gautério (2015), o jornal *A Madrugada* representou o trânsito entre o Atlântico, quando destaca em Portugal matérias veiculadas em jornais brasileiros, indicando o vínculo e a articulação de grupos intelectuais, que procuram atuar além-fronteiras. Ana de Castro Osório certamente fez parte desse grupo de intelectuais.

No movimento feminista brasileiro, teve sua parcela de contribuição, influenciando e sendo influenciada por figuras ilustres do movimento, como Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, com quem manteve laços intelectuais e de amizade. Para Cruz e Castro,

Ana de Castro Osório e Bertha Lutz são dois nomes incontornáveis na história do feminismo em português. A primeira foi criadora, dirigente ou membro de uma série de associações de mulheres em Portugal. A segunda teve papel semelhante no Brasil, inclusive como fundadora e presidente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Ambas estabeleceram relações com movimentos, grupos e líderes feministas de vários países. Por isso, não é de se estranhar que as duas tivessem se comunicado. (CRUZ; CASTRO, 2018, p. 112).

Segundo Abrantes (2010), Ana dirigia-se às mulheres de Portugal, mas também às mulheres latinas em geral, incentivando-as ao estudo e ao trabalho, formas de libertação e emancipação segundo a intelectual. Deste modo, conclui-se que as ideias de Ana de Castro Osório foram transnacionais, sendo “semeadas” de diversas maneiras, seja pelas obras infantis, pelos artigos jornalísticos, escritos e pela participação nos movimentos feministas, na

---

<sup>23</sup> *A Madrugada* era um jornal ligado ao órgão oficial da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), tinha como bandeiras a defesa sufrágio feminino, e a luta pela igualdade de direitos entre os sexos. Circulou em Portugal entre os anos de 1911 a 1918.

política, etc. De personalidade forte e arrojada, a portuguesa não mediu esforços que estas ideias “viajassem” e fossem divulgadas e assimiladas para além de Portugal.

Ao finalizar o capítulo, é importante retomar alguns pontos abordados, entre eles a questão da implantação do regime republicano em Portugal, que, conforme mencionado anteriormente, é de suma importância para o entendimento do contexto político e cultural, no qual desenvolve suas ideias e obras.

O ideal republicano era apresentado como a forma certa de governo, o único capaz de “salvar” Portugal do atraso econômico, social e cultural em que se encontrava, durante o regime monárquico. A República foi implantada em outubro de 1910, porém a utopia republicana foi efêmera, os governos instáveis; fragilidade econômica, insatisfação popular, etc. marcaram os primeiros anos do novo regime.

A entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial desestabiliza ainda mais já frágil estrutura governativa. O País adentrou no conflito como forma de legitimar o regime republicano recém-implantado e manter a posse de suas Colônias africanas; no entanto, o saldo dessa empreitada não se mostrou muito favorável.

Se a República “sonhada” não foi a mesma vivenciada, é importante salientar que ela proporcionou às mulheres importantes conquistas, entre elas: a lei do divórcio, revisão do Código Civil que ganha maior autonomia, incentivo à instrução e ao feminino, etc. Outro ponto a ser destacado são os movimentos, as associações e as agremiações feministas, das quais participou; em todas elas, suas principais reivindicações giravam em torno da emancipação feminina e da educação para mulheres e crianças. Suas redes de sociabilidades, inúmeras e variadas, lhe proporcionaram diversos câmbios intelectuais, divulgando e assimilando ideias, o que certamente corroborou suas obras e ideias, para que não ficassem restritas a Portugal, tornando-a uma intelectual transnacional.

### **3 A CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PARA AS MULHERES**

O objetivo deste capítulo é discutir como a CMP contribuiu para a emancipação e construção da cidadania da mulher portuguesa; como a CMP, movimento feminino, constituiu-se, tendo como principal objetivo “ajudar” moral e materialmente os soldados portugueses que partiam para os campos de batalha da Primeira Guerra Mundial. Propiciou mais que simples auxílio aos soldados, promoveu o trabalho e incentivou a educação das mulheres com a criação das casas de trabalho e as escolas agrícolas femininas. Criou cursos de enfermagem laica que há muito estava na pauta de reivindicação dos movimentos feministas portugueses; fundou hospitais e o Instituto de Reeducação dos Mutilados na Guerra de Arroios, responsável pela reabilitação dos soldados feridos em guerra. Louzada entende que

a obra da Cruzada foi diversificada e mesmo notável aos mais diversos títulos e a imagem que dela foi legada às gerações futuras faz jus ao transcender a barreira da caritativa simples para um enquadramento mais complexo, em que o próprio nome “Cruzada” simultaneamente se cola e dissocia da peregrinação e acompanhamento que a história consignara para esta expressão. Assim, parece-nos de realçar uma clara tentativa de apropriação do termo “Cruzada”, desta feita, a reconfigurar, aquilatando-a ainda que acompanhando a beligerância revestindo-a do carácter secular e laica. (LOUZADA, 2011, p. 671).

A CMP iniciou em 20.3.1916 e teve seus trabalhos finalizados no ano de 1938, ou seja, 22 anos ininterruptos. Mesmo com o fim da guerra, a CMP continuou a promover assistência médica aos soldados, por meio do Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios e das Escolas Agrícolas Femininas, a Casa do Trabalho, etc. “A obra da CMP perdurou durante a paz, continuando a prestar assistência aos antigos afilhados de guerra. A sua extinção ocorreu em 1938, tendo seu patrimônio sido transferido para a Liga dos Combatentes da Grande Guerra”. (CORREIA, 2010, p. 100).

O presente capítulo começa abordando a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial; na sequência, contextualiza o que foi a CMP, suas linhas de atuação e sua repercussão em Portugal e em outros países. Salienta-se que, aqui no Brasil, a CMP teve várias subcomissões (Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), e por diversas vezes donativos foram enviados à sede da CMP. “Como sempre é das colônias portuguesas e do Brasil principalmente, que tem vindo as mais valiosas ofertas”. (RGCMP, 1917, p. 155).

### 3.1 PORTUGAL NA PRIMEIRA GERRA MUNDIAL (1914-1918)

Neste momento de sobressalto e de dúvida para a humanidade, do qual resultará uma profunda modificação nas ideias nos costumes das sociedades de amanhã, aconteça o que acontecer, o problema da mulher há de apresentar-se com uma nitidez e uma justiça que não será possível arredá-lo sem solução. (OSÓRIO, 1918, p. 9).

Portugal historicamente esteve no cenário europeu, como periférico e com pouco interesse pelo político e diplomático do velho continente; diziam que sua vocação estava além-mar, nas suas colônias (na África e Ásia). Portanto, se não existia interesse político, tampouco uma preparação militar. A pergunta que fica é: Por que Portugal participou da Primeira Guerra Mundial?<sup>24</sup> Dois acontecimentos explicariam essa participação no conflito.

Internamente, o país vivia um período de instabilidade face à implantação do regime republicano, em outubro de 1910. A instabilidade governamental era tão grande (e isso se pode concluir pela efemeridade dos governos), de 1910 (ano de implantação da República) até 1914 (eclosão do conflito mundial), que a média de duração era de, no máximo, um ano e meio; além disso, a República portuguesa não tinha o reconhecimento das grandes potências europeias. Para Teixeira,

a partir de setembro de 1911 o regime republicano português passa a ser reconhecido formalmente, mas não é aceito política e diplomaticamente, pelas outras potências europeias. Portugal atravessou, então, um longo período de marginalidade internacional que afetou penosamente a credibilidade da República Portuguesa, que, ao mesmo tempo se viu ameaçada, por duas vezes, na Península Ibérica, por incursões monárquicas, vindas de Espanha e com a tolerância da monarquia espanhola, em 1911 e 1912. (TEIXEIRA, 2014, s/p).

No plano externo, o receio de perder as colônias africanas era imenso, pois Alemanha e Inglaterra há muito vinham tramando a partilha de territórios africanos, e os portugueses tinham consciência de que a soberania de suas colônias corria risco. “Apesar da aliança secular que mantinha com Portugal, a Grã-Bretanha por duas vezes, em 1898 e em 1912/13, tinha discutido secretamente com a Alemanha a partilha das colônias portuguesas em África”. (PIRES, 2017, p. 4).

---

<sup>24</sup> Cabe salientar que a Primeira Guerra Mundial não é tema principal desta pesquisa; assim, não haverá aprofundamento da temática. As obras **A grande guerra** (1914-1918), de Marc Ferro; **A Primeira Guerra Mundial** e **Declínio da Europa**, de Paulo Fagundes Visentini; **A Primeira Guerra Mundial**, de Margaret MacMillan, bem como a coletânea **História da Primeira Guerra Mundial**, de David Stevenson, são algumas obras que apresentam bom aprofundamento do tema.

Quando o conflito eclode em 1914, Portugal já sente as dificuldades, pois os territórios de Angola e Moçambique faziam fronteiras com as Colônias alemãs. A situação levou o governo português a enviar expedições militares ao continente africano, as quais partiram de Lisboa no mês de setembro. Segundo Afonso,

o primeiro incidente de guerra ocorreu em Moçambique, quando a pequena guarnição portuguesa de Maziúá, foi atacada por uma força alemã, ainda em agosto de 1914. Em Angola, o primeiro ato de guerra ocorreu em Naulila, onde em 19 de outubro um incidente mal explicado conduziu à morte de alguns militares alemães, seguido pela ação alemã contra Cuangar a 30 do mesmo mês. Reforçada a primeira expedição a Angola, e repetida uma ação inimiga sobre Naulila em 18 de dezembro, a circunstância da rendição das tropas alemãs perante o avanço das tropas sul-africanas levou ao fim do conflito do exército português em Angola, embora persistisse a revolta dos povos locais. (AFONSO, 2014, s/p.).

Em Moçambique, a situação agravou-se um pouco mais e uma nova expedição militar foi enviada, a fim de conter os revoltosos. Porém, os expedicionários portugueses enfrentavam várias dificuldades, entre elas: a má instrução, os equipamentos e os armamentos inadequados, e um comando fraco e incipiente. Segundo Pires,

no total foram mobilizados 1525 homens para Angola e 1477 para Moçambique, por esta altura o exército português tinha pouco mais de trinta e um mil efetivos. Devido à posição ambígua em que Portugal se encontrava, desde o início do conflito, não se podendo declarar nem beligerante nem neutral, ambas as expedições foram organizadas pelo Ministério das Colónias, e não pelo Ministério da Guerra, porque desta ação não tinha resultado qualquer declaração de guerra à Alemanha ou aos seus aliados, as medidas tomadas por Portugal, com a aprovação da Grã-Bretanha, eram meras disposições preventivas de defesa colonial. (PIRES, 2017, p.14).

No teatro de guerra europeu, Portugal mantinha-se em posição dúbia, ou seja, nem neutro nem beligerante; porém, desde o início do conflito, declarou apoio às forças aliadas, face ao Tratado secular firmado com a Grã-Bretanha em 1373.<sup>25</sup> Nos relata Afonso:

Depois do início das hostilidades na Europa, nos primeiros dias de agosto de 1914, o Governo inglês solicitou ao Governo português que se abstinhasse “por agora de publicar qualquer declaração de neutralidade”, tornando-se esta a posição oficial de Portugal – nem neutral, nem beligerante (AFONSO, 2014, s/p).

---

<sup>25</sup> O Tratado Anglo-Português de 1373 foi assinado entre o Rei Eduardo III da Inglaterra e o Rei Dom Fernando I e Dona Leonor de Portugal. Estabeleceu um tratado de “*perpétua amizade, sindicato [e] aliança*” entre as duas nações marítimas. É o mais antigo tratado ativo no mundo. O tratado foi reforçado ao longo da História, inclusive em 1386, 1643, 1654, 1660, 1661, 1703, 1815 e por uma declaração secreta em 1899. Apesar do facto de que o tratado esteja, tecnicamente, em vigor há quase 650 anos, não quer dizer que tenha sido sempre posto em prática. Disponível em: [marinhadeguerraportuguesa.blogspot.com/2013/10/os-tratados-de-portugal-sec-xiii-xix.html](http://marinhadeguerraportuguesa.blogspot.com/2013/10/os-tratados-de-portugal-sec-xiii-xix.html). Acesso em: 5 nov. 2018.

A recomendação inglesa para que o governo luso não declarasse a neutralidade, revelava o interesse de manter o livre acesso dos portos portugueses no Atlântico e na África, podendo os mesmos serem utilizados pela Marinha inglesa, bem como a passagem pelos territórios das colônias portuguesas na África, que faziam fronteira com os pertencentes à Alemanha.

Em 1915, em pleno desenvolvimento da guerra submarina, a Inglaterra vinha sofrendo pesadas derrotas. Praticamente todas as mercadorias e equipamentos que adentravam no País vinham por via marítima; com a interceptação e destruição dos navios pelos alemães, havia carência de tudo, e a população civil era a que mais sofria.

Os gêneros alimentícios não estavam chegando e, na tentativa de amenizar a situação, a Inglaterra solicita a Portugal que requisitasse os navios alemães que se encontravam nos portos lusos. O governo inglês era sabedor das sérias consequências que esse pedido traria; porém, como nos relata Villalobos, essa requisição tinha “importância fundamental”:

A requisição dos navios poderia “envolver a Grã-Bretanha em pesadas responsabilidades militares”, e proporcionar a Portugal a justificação para pedir empréstimos de grande dimensão. “Se os navios em questão são tão essenciais para o esforço de guerra de modo a justificar o preço que poderá ter de ser pago é uma questão para ser decidida pelo governo de sua majestade.” A Espanha acabou por se manter neutral, aliviando assim o nível de risco. A falta de navios de transporte era encarada como um grave problema pelo lado inglês. Um outro documento do gabinete de guerra, este classificado de “muito secreto” e datado de 11 de fevereiro, alertava para o facto de o Almirantado ter informado que havia sérios atrasos no programa de construção naval, devido, nomeadamente, à falta de pessoal qualificado. “Tendo em conta a atual insuficiência de tonelagem disponível e a probabilidade de maior atividade por parte dos submarinos inimigos no curto prazo”, o gabinete de guerra defende que a resolução deste problema é de “importância primordial”. (VILLALOBOS, 2014, s/p).

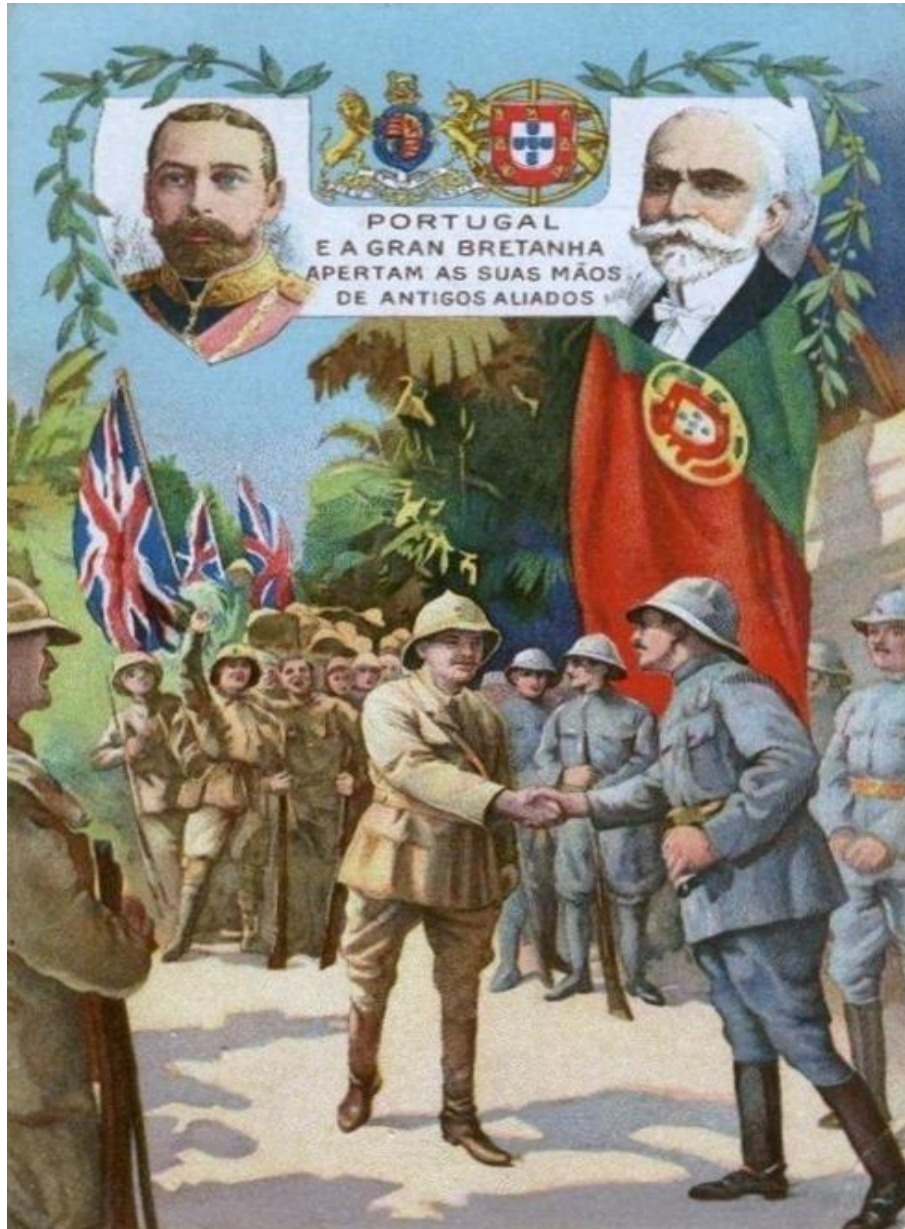
O pedido inglês, era a oportunidade que Portugal estava esperando, para adentrar ao conflito, pois, se entrasse na guerra ao lado dos aliados, reforçaria a aliança luso-britânica que já vinha de longa data, pois “o governo republicano português afirmava desde o verão de 1914 a sua lealdade com os britânicos [...] invertendo por completo, a posição que tinham assumido aquando do Ultimatum Britânico de 1890”. (SOUZA, 2013, p.11). Neutralizaria as pretensões alemãs de tomar posse de suas colônias africanas e conseguiria legitimação internacional para sua jovem República.

No cartaz a seguir, amplamente divulgado em Portugal em 1916, lemos a seguinte frase: “Portugal e a Grã-Bretanha apertam as suas mãos de antigos aliados”. Percebe-se que a intenção deste cartaz era reforçar que Portugal e Inglaterra eram países que mantinham por



acordos anteriormente firmados laços de cooperação e amizade; o aperto de mãos sinalizava que lutariam lado a lado, mantendo absoluta confiança em seus governantes e soldados, que não mediarão esforços pela “honra e glória da pátria”.

Figura 3 – Cartaz de 1916 representando a cooperação entre Portugal e Grã-Bretanha



Fonte: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Em 23 de fevereiro de 1916, o governo português emite um decreto autorizando a apreensão dos navios alemães ancorados em seus portos e, naquele mesmo dia, sem qualquer tentativa de negociação, os navios alemães são ocupados por militares portugueses e a tripulação teve que sair de bordo.

O governo alemão protestou contra a flagrante violação de seus direitos e solicitou a devolução dos navios e o retorno de suas tripulações; no entanto, Portugal não atendeu e argumentou ter feito o ato baseado em considerações jurídicas, pois os “navios imobilizados por motivo da guerra nos portos portugueses, em consequência da imobilização, não estão sujeitos ao artigo 2.º do Tratado de Comércio e Navegação Luso-Alemão, mas sim à ilimitada soberania de Portugal, e portanto ao ilimitado direito de apropriação do Governo Português, da mesma forma que qualquer outra propriedade existente no País”.<sup>26</sup> A comunidade alemã residente em Portugal agitava-se, levantava suas economias e preparava-se para partir para a Espanha que se mantinha neutra.

No dia 9 de março de 1916, os principais jornais do País já especulavam a declaração de guerra baseando-se no êxodo da comunidade teuta e em notícias que vinham do estrangeiro. Naquele mesmo dia, o ministro alemão em Portugal, Rousen, reuniu-se com o ministro Augusto Soares e lhe entrega a carta alemã,<sup>27</sup> em que contava os motivos que levaram o Império Alemão a declarar guerra a Portugal. No dia seguinte (10/3/1916), o Congresso português é convocado, foi uma sessão agitada e tensa; discursos acalorados pró e contra a entrada na guerra são proferidos. Populares aglomeram-se em torno do edifício da assembleia, Lisboa fervilhava!

O Partido Democrático, que liderava os instáveis governos republicanos, era a favor da participação portuguesa no conflito; convence os republicanos evolucionistas sobre a importância daquela participação, mas encontra oposição nos republicanos unionistas, União Operária Nacional, nos sindicatos operários, na Federação da Construção Civil e metalúrgicos, etc. “Se havia uma corrente de opinião ‘guerrista’ favorável a participação de Portugal na Grande Guerra, havia também uma forte corrente de opinião ‘antiguerrista’.” (SOUZA, 2013, p. 20). Todavia, a corrente favorável à participação no conflito consegue triunfar, e os partidos Democrático, Evolucionista, Unionista e Socialista uniram-se formando o que ficou conhecido como a “União Sagrada”, ou seja, um governo de coesão que via a participação na guerra como uma forma de resolver os graves problemas do País.

A ideia da guerra como solução para os males da sociedade era partilhada não somente no meio político, a elite intelectual europeia também acreditava que a guerra era sinônimo de modernidade, de força, solução diplomática, etc. Ana de Castro Osório foi uma

---

<sup>26</sup> Trecho do Diário do Congresso Português, sessão n. 9, em 10 de março de 1916.

<sup>27</sup> A carta entregue pelo ministro alemão, Rousen, declarando guerra a Portugal, está disponível no link: [ensina.rtp.pt/artigo/a-alemanha-declara-guerra-a-portugal/](http://ensina.rtp.pt/artigo/a-alemanha-declara-guerra-a-portugal/). Acesso em: 5 nov. 2018.

das intelectuais portuguesas que defendeu a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. Conforme Lopes,

Ana de Castro Osório foi um dos elementos mais ativos da sociedade civil para a propaganda a favor da intervenção no teatro de guerra europeu e representou a liderança da intervenção das mulheres na sociedade portuguesa no início do século XX. Com uma visão esclarecida sobre o movimento feminino fez vários alertas ao Governo da União Sagrada para o perigo que incorriam em não combater a contrapropaganda monárquica e católica. (LOPES, 2012, p. 7).

Logo após a declaração de guerra, o governo português intensifica a vigilância nos rios Tejo e Douro, com alguns navios e vapores armados de peças de artilharia. Também ficou proibida a entrada no porto de Lisboa depois do anoitecer, o que obrigava a todos os navios apresentarem-se na Capitania de Cascais para requererem a autorização de entrada.

Sabe-se que a participação em um conflito bélico requer muito mais que as medidas acima mencionadas, requer a formação de oficiais, de soldados, equipamentos e armamentos, para assim adentrar ao front de batalhas. E isso era justamente mais um dos entraves a serem superados pela República Portuguesa.

Quando iniciou a guerra, os Exércitos portugueses “apresentavam um efetivo de 30.700 homens no continente, incluindo 12.000 em instrução, e 900 homens distribuídos pelas Ilhas”. (LOPES, 2012, p. 26), o recrutamento e a mobilização davam-se dentro da respectiva divisão ou do comando militar; cada unidade deveria suprir as suas faltas de soldados ou oficiais. Em março de 1911, o governo republicano publicou um decreto que trouxe profundas modificações na forma de recrutamento militar, entre elas a redução do tempo de serviço militar obrigatório, alterações na reserva, etc., o “que certamente contribui para o desaparecimento da noção de exército profissional para dar lugar a de exército miliciano”. (AFONSO, 2014, s/p).

Desta forma, o Exército estava mais voltado para a defesa do território nacional e a atuação interna do que para a defesa além-fronteiras ou mesmo das colônias portuguesas. Dentro do próprio Exército não havia um consenso ou mesmo motivação para a participação no conflito. Para Menezes,

não era segredo para ninguém que grande parte do exército era contra o envio de tropas portuguesas para a Frente ocidental. O sentimento de revolta que foi apoderando de muitos oficiais ao longo de 1916 foi explorado pelo “herói da Rotunda”, Machado Santos, que tinha velhas contas a ajustar com os partidos políticos. Eram os partidos, segundo o oficial da Armada, os responsáveis pelo caos político no qual o regime que ajudara a fundar se encontrava mergulhado. (MENEZES, 2014, s/ p).

Nos relata Lopes (2012) que um dos fatores que dificultavam a mobilização de civis e militares era a dependência que os governos tinham em relação aos meios de comunicação escritos e da Igreja, para transmitirem a mensagem de mobilização para a guerra. Isso se explica pelo fato de quase 80% da população à época ser analfabeta, tendo a República cortado laços com a Igreja, que era em muitos casos a responsável por transmitir e divulgar as notícias no interior do País; essa comunicação se tornava ainda mais difícil.

Porém, a propaganda em favor da guerra e o apelo patriótico foram intensos, como podemos constatar no folheto abaixo. Apelo que não ocorreu somente em Portugal, mas em todos os países beligerantes.

Por mais estranho que possa parecer nos dias de hoje, à época a guerra era tida libertadora, como uma forma de redenção e de solução para muitos problemas. Acreditava-se que ela seria curta e que, antes do Natal de 1914, os soldados voltariam para junto de seus familiares; ledo engano. MacMillan relata:

A Europa era um continente ao mesmo tempo poderoso e atormentado antes da guerra. Todas as grandes potências enfrentavam longas e graves crises políticas antes da guerra, como a questão irlandesa na Inglaterra, como o caso Dreyfus na França, o impasse entre Coroa e o Parlamento na Alemanha, os conflitos nacionalistas na Áustria-Hungria ou a quase Revolução Russa. Às vezes a guerra era vista como forma de superar divisões e antagonismos, e talvez fosse. Em 1914, em todas as nações beligerantes se falava de nação em armas, União Sagrada, Santa União, em que divisões de classe, regionais, étnicas e religiosas eram esquecidas e a nação se aglutinava movida pelo espírito de união e sacrifício. (MACMILLAN, 2014, p. 250).

O nacionalismo exacerbado conclamava os cidadãos para que defendessem os interesses de sua pátria, seu sacrifício era justo e digno. “Os convocados não fizeram perguntas e quando desfilavam, os rostos deixavam transparecer o estado de espírito: estavam radiantes”. (FERRO, 2014, p. 13).

Ainda segundo Marc Ferro os soldados acreditavam que seu País estava sendo vítima de agressões e que fazendo a guerra seriam obreiros de uma paz eterna



Figura 4 – Folheto do Grêmio Patriótico Montanha da Cidade de Setúbal

# PORTUGUÊSES!!

A Alemanha declarou-nos guerra com a certeza antecipada, de que a valente marinha dos aliados e os seus formidáveis exercitos, não consentiriam que ela chegasse até nós. Chegou pois a hora de mostrar que não somos cobardes, indo, se preciso fôr, procura-la aos campos de batalha, e mostrar-lhe que se engana aquilatando a nossa grandeza d'alma pela nossa pequenez territorial.

Saberá que os portugueses supriram sempre a insuficiencia do numero, pela decisão e bravura heroica dos seus feitos.

Portugal, com 3 milhões de almas, dominou o mundo, mantendo em respeito os desejos alheios: saberemos provar-lhe que somos bem os descendentes daqueles indômitos guerreiros que nunca recuaram perante o perigo.

**Portuguêses!! na hora do perigo, esquecei as vossas mais ternas afeições e mostrai a serenidade e a decisão dos bravos.**

Se a vossa alma se enternecer perante as lagrimas dos que ficam, invocai os feitos das praças de Africa, de Diu e de Cambalão.

Estancai as lagrimas de vossas mãis, esposas e irmãs, com a atitude heroica de Deusadeus Martins, Filipa de Vilhena e outras extraordinarias mulheres de Portugal.

Mostrai aos barbaros de Alem-Rheno, que rasgaram os tratados e aproveitaram os aperfeiçoamentos da sciencia, para perpetuarem os crimes mais repugnantes e hediondos, que ha uma nação pequena, capaz de todos os sacrificios, para o cumprimento dos seus deveres de aliado secular.

**Portuguêses! o desprezo duma nação de bandidos dignifica-nos; a sua amizade aviltar-nos-ia.**

Lembrai-vos da heroica Belgica martirisada, do Montenegro e Servia aniquilados, e ficareis sabendo o que sucederia a Portugal, se porventura os aliados os deixassem chegar até nós.

A Alemanha despreza as nações pequenas; não lhes reconhece o direito de viver independentes, e nós necessitamos provar-lhe que lhe somos muito superiores pelo caracter, pela grandeza moral e pela honestidade.

Quando ela, falha de qualquer moralidade, desencadeou a mais nefanda guerra, para satisfazer mal contidas ambições, nós iremos para o combate em defesa do direito e das pequenas nações.

**Cidadãos! sêde soldados briosos.  
Soldados! Sêde cidadãos dignos da vossa Patria.  
Viva Portugal! Viva o direito e a Liberdade dos Povos.**

Grêmio Montanha (Edição dum grupo de patriotas de Setúbal) (Para afixar em local bem visível)

Fonte: [www.portugal1914.org/portal/pt/](http://www.portugal1914.org/portal/pt/).

Diante dos apelos de Norton de Matos, ministro da Guerra aos soldados e da propaganda patriótica à população civil, através de comícios e evocando o passado histórico de Portugal, houve maior motivação e engajamento de civis e militares em prol da participação na guerra.

A cidade de Tancos foi a escolhida para o treinamento militar do que viria a ser chamado de o Corpo Expedicionário Português (CEP), o local era estratégico, estava próxima

ao porto do rio Tejo e de entroncamentos ferroviários, além de já sediar escolas de engenharia do Exército. Ente os meses de abril e junho de 1916, a cidade abrigou cerca de 20 mil homens de todas as partes do País, ficando à época conhecida como “cidade de paus e lonas”, devido as centenas de tendas que serviam de alojamentos aos soldados.

Os esforços de guerra eram imensos, as lonas que serviam para a construção das tendas foram importadas da Espanha, os cavalos da Argentina, caminhões dos Estados Unidos, da Inglaterra vinham as armas, munições e o transporte marítimo e da França vinha a artilharia mais pesada. Esse enorme empreendimento visava a mostrar aos aliados que, mesmo sendo um país pequeno, Portugal seria “útil” no combate ao inimigo alemão. Porém, todo este esforço não disfarçava as deficiências e debilidades do CEP, a maioria dos soldados era de camponeses que nunca tinham saído de suas aldeias. Ressalta Lopes:

Acrescente-se que a própria instrução militar era dificultada por causa do analfabetismo das praças, uma vez que 48% dos mobilizados eram analfabetos e apenas 0,6% tinha instrução secundária. [...] O treino militar básico e o treino efetuado em Tancos revelou-se posteriormente insuficiente em termos de formação psicológica, ou pelo menos em doutrinação militar, como se pôde verificar pelas insubordinações que se verificaram logo na fase de embarque para França. (LOPES, 2012, p. 31-32).

As primeiras tropas da CEP começaram a partir para a França em 30 de janeiro de 1917, transportadas em navios britânicos. Na França, depois de uma breve instrução e estágio, os expedicionários portugueses ficaram responsáveis por guarnecer a cidade de Lille, na região de Flandres, considerado pelos ingleses um setor calmo, onde provavelmente não haveria grandes embates. “O efetivo total do CEP nesta primeira mobilização foi de 1551 oficiais e 38.034 sargentos e praças. Estes números viriam a subir para mais de 50.000 embarcados, quando se constituiu a 2ª Divisão, que permitiu completar o Corpo de Exército”. (AFONSO, 2014, s/p).

Em julho daquele mesmo ano, os portugueses assumem a total responsabilidade por este setor, iniciando-se um longo período de lutas nas trincheiras, com intensos bombardeios e diversos ataques, revelando o quanto sacrificante e mortífera é uma guerra. Descreve Souza:

Os soldados portugueses, que como seus camaradas de armas de outros países eram tratados como “carne para Canhão”, revoltaram-se contra os políticos, os filhos dos líderes republicanos e os oficiais do estado-maior, que se divertiam bem longe da frente. Os reforços prometidos não chegavam a frente de batalha, que por que os navios ingleses que poderiam transportar reforços portugueses se encontravam ocupados a transportar americanos e canadenses que afluíam a França, que porque se sucediam as insubordinações militares em Portugal contra a mobilização para a frente de batalha, quer ainda por uma epidemia de tifo que grassou o país e dificultou o recrutamento. (SOUZA, 2013, p. 24).

Os longos períodos entrincheirados, a improvisação dos uniformes, os problemas de rendição das tropas, o não retorno dos oficiais quando liberados para licença aparecem nas estatísticas: dos 1.912 oficiais com licença de campanha concedidas, 822 não regressaram a França e os 25 oficiais chamados a Portugal não regressaram (LOPES, 2012, p. 66). Entre os soldados, os retornos das licenças aconteciam normalmente, o que contribuiu para que houvesse problemas de insubordinações nas tropas.

Em 9 de abril de 1918, o Exército alemão ataca o setor português em Flandres; foi um embate mortal, cerca de 8 mil baixas no lado luso, os portugueses encontravam-se exaustos física e psicologicamente, desmoralizados e com enormes falhas de efetivo, tanto de soldados como de oficiais. Nos relata Afonso:

Mas o pior estava para vir. As visitas a 6 e 7 de abril do comandante do XI Corpo, general Hacking, ao comando da 2ª Divisão coincidiram com as notícias dos preparativos alemães e a constatação do nível moral e do estado físico das tropas portuguesas, o que levou o comando britânico à decisão lógica, que uma prudente análise de situação já deveria ter aconselhado há bastante tempo. A 8 de Abril foi dada ordem para a substituição da 2ª Divisão por uma divisão inglesa, movimento que deveria iniciar-se a 9 de abril. Era tarde e a decisão tardia desmoronou o moral das primeiras linhas portuguesas. Se a vontade de lutar e a disposição anímica era já extremamente baixa, a perspectiva de sair da frente anulou toda a capacidade de resistência e de comando. A situação só poderia conduzir a um desastre, se o ataque se realizasse nesse dia. Foi o que aconteceu. (AFONSO, 2014, s/p.).

Com a derrota portuguesa na batalha que ficou conhecida com a “Batalha de La Lys”, (abril de 1918), encerra-se a participação direta do CEP no conflito. “Estimativas apontam que, em termos de saldo humano, entre mortos, feridos e desaparecidos, Portugal tenha sofrido 15 mil baixas, quer na frente europeia, quer nas colônias”. (SOUZA, 2013, p. 31). O que restou do CEP foi distribuído entre as tropas inglesas, e aos mobilizados portugueses restariam tarefas secundárias como, por exemplo, cavar trincheiras. Para Menezes:

A vida do CEP é assim a história de um sacrifício feito por oficiais e soldados por razões de cariz político, oficiais e soldados esses que se sentiram desprezados e abandonados à sua sorte. Ainda antes do golpe sidonista o Governo sentia as maiores dificuldades em preencher os quadros do CEP e garantir seu abastecimento; a partir do golpe, a situação agravou-se, mercê do não regresso a França de oficiais em licença em Portugal e do fim do envio de reforços. A batalha do Lys, a 9 de abril de 1918, é travada por um exército desfalcado, desnorteado e votado pelo comando britânico à saída das trincheiras nesse mesmo dia, de forma a repor alguma ordem nas suas fileiras. (MENEZES, 2014, s/p.).

Além dos problemas militares, a população sofria com uma pesada inflação, desvalorização da moeda, carestia de alimentos, combustíveis e matérias-primas, e uma

epidemia de tifo. Cresciam assim os protestos civis que eram reprimidos com intensa violência. Curado aponta:

Ao longo de 1917, com o agravar da crise econômica, social e política, vai-se ampliando a base social de oposição ao governo, ao mesmo tempo que se estreita a sua base política, com divisões entre os próprios democráticos. Com radicalização dos protestos, vão se multiplicar as greves e os assaltos a lojas e armazéns, face a carestia da vida e os problemas da escassez de gêneros de primeira necessidade e do mercado negro. O executivo afonsista entra em conflito aberto com o movimento operário, com o mundo rural e com sua base de apoio, como o pequeno comércio, que contestava agora a política de tabelamento dos preços e a falta de respostas governamentais para travar a onda de assaltos. Acossado por todos os lados, Afonso Costa inviabiliza qualquer via legal de mudança. Sobrava a força para lhe retirar as rédeas de um país que clamava por estabilidade e ordem. (CURADO, 2014, s/p.).

Os esforços de guerra não estavam valendo o sacrifício do povo, os descontentamentos, e as constantes greves, agravados pela violenta repressão por parte do governo, abriram caminho para mais um golpe na já desgasta República Portuguesa, o Golpe de Sidónio Pais.

Sidónio Pais, deputado e ex-embaixador de Portugal em Berlim, lidera o movimento em dezembro de 1917, instaurando um governo autoritário que ficaria conhecido como Nova República, seu programa de governo basicamente consistia em retirar Portugal da Guerra. O período em que esteve no poder foi marcado por um presidencialismo populista, reaproximação com a Igreja e uma forte repressão aos sindicatos.

Sidónio Pais foi assassinado em dezembro de 1918, colocando Portugal à beira de uma guerra civil e abrindo caminho para uma revolta monárquica no Norte, que foi prontamente controlada. Segundo Curado,

o Sidonismo constituiu no pós-guerra uma referência para o fascismo português, sobretudo para os jovens oficiais, intelectuais e estudantes republicanos de direita, que criaram diversos partidos onde o exemplo do partido de Mussolini era crescentemente referido, mas que foram sempre marginais. O outro polo, mais importante veio do Integralismo Lusitano, este movimento de intelectuais e ativistas monárquicos tradicionalistas que foram os pais ideológicos de quase tudo à direita nos primórdios do Século XX. As primeiras tentativas golpistas dos anos 20 foram acompanhadas por um segmento civil onde pontificavam intelectuais nacionalistas. Muitos destes intelectuais eram ativos participantes no movimento modernista português, caso de António Ferro, que mais tarde moderou os seus ímpetos fascistas como chefe da propaganda do regime de Salazar. (CURADO, 2014, s/p.).

Com a participação no conflito, Portugal consegue manter a soberania dos territórios coloniais; já seu objetivo de reconhecimento no cenário europeu não conseguiu êxito, “o reconhecimento no concerto das nações, significava na política internacional do pós-guerra



um lugar no Conselho Executivo da Liga das Nações que Portugal beligerante jamais conseguiu, quando, ao contrário, o conseguiu a Espanha neutra”. (TEIXEIRA, 2014, s/p.).

Mas a pior derrota foi internamente, pois o regime republicano <sup>28</sup> não se consolidou, e não sobreviveu aos percalços provocados pela guerra; as crises econômicas, a desagregação política e os conflitos sociais abriram caminho para um regime autoritário que duraria 48 longos e negros anos <sup>29</sup>.

### 3.2 A CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS (1916-1938)

Ao eclodir a guerra, diversos movimentos femininos de apoio aos soldados e feridos de guerra foram criados, bem como para o auxílio às famílias dos combatentes. Em Portugal não foi diferente, pois, mesmo antes de sua entrada oficial no conflito (10/03/1916), já havia a preocupação com os soldados mobilizados na frente africana. <sup>30</sup> A Comissão Feminina “Pela Pátria” foi uma delas, encabeçada por Ana de Castro Osório e outras mulheres da elite

---

<sup>28</sup> A crise econômica, política e social enfrentada pelo regime republicano em Portugal agrava-se com a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, e abre caminho para a implantação de um regime ditatorial. Assim, em 28 de março de 1926, o Marechal Gomes da Costa e o Almirante Mendes Cabeçadas lideram as forças revolucionárias que instauraram a ditadura militar. Para “ajudar” na recuperação financeira do País, foi chamado a fazer parte do governo Antônio de Oliveira Salazar, professor de finanças da Universidade de Coimbra. Salazar consegue equilibrar o orçamento e disciplinar a economia, o que lhe rendeu enorme prestígio, sendo considerado já em 1929 como o homem forte do governo. Em 1932 foi nomeado presidente do Conselho de Ministros, escolhendo para seu ministério civis e professores universitários que gradativamente foram substituindo os generais e demais militares. Em seu discurso de posse em 1926, Salazar disse: “Sei muito bem o que quero e para onde vou”. Estas palavras soam como uma profecia dos sombrios 48 anos em que governou o pequeno Portugal. Cansado das imposições de um governo ditatorial, um grupo de militares, os chamados “capitães de abril”, começam a planejar a deposição do regime, houve uma primeira tentativa em março de 1974, porém sem muito êxito. Quase um mês depois, em 25 de abril de 1974, Lisboa torna-se o palco da Revolução dos Cravos que poria fim ao salazarismo.

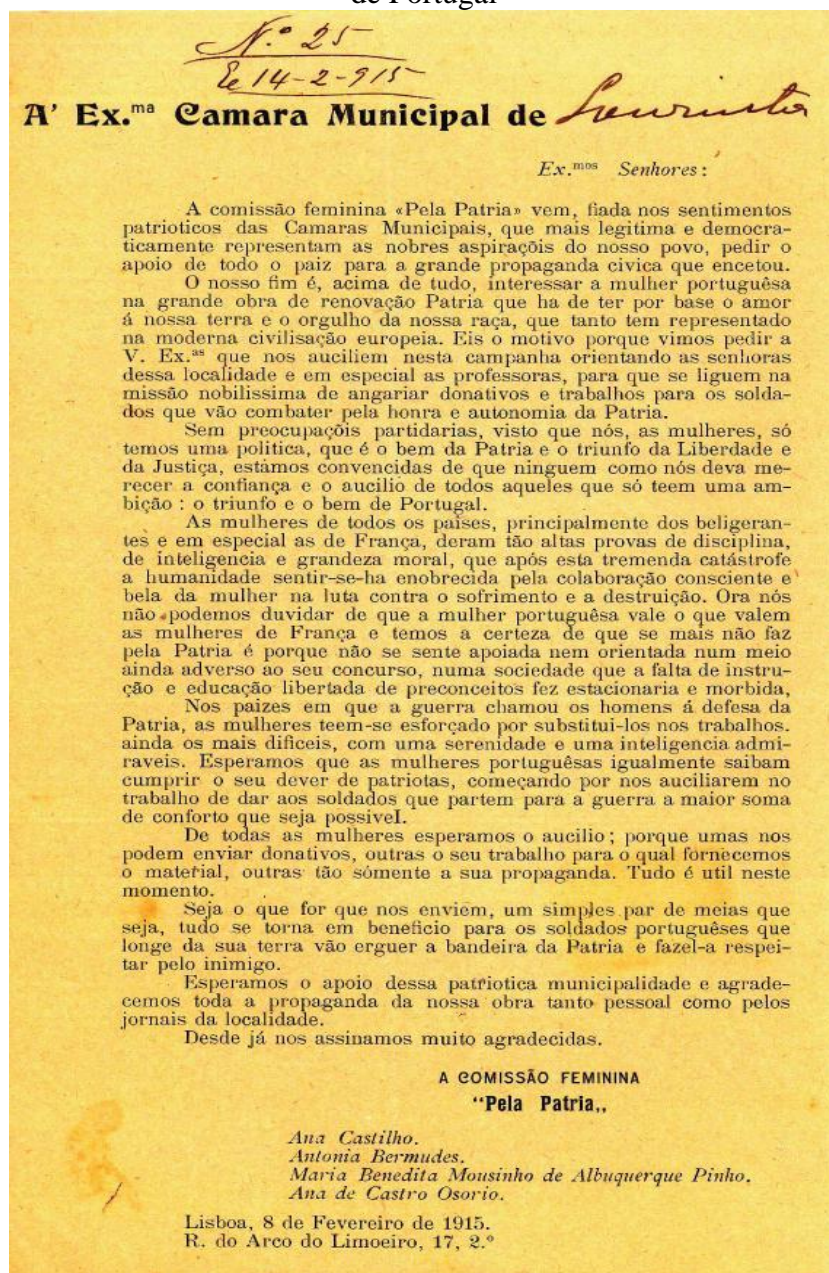
<sup>29</sup> A Revolução dos Cravos acontece quase sem violência, a vitória foi rápida e sem maiores incidentes, apenas quatro mortos. Conta-se que a Revolução dos Cravos foi assim denominada devido à florista que oferecia cravos aos soldados que os colocavam nos canos de suas armas; os cidadãos que saíam às ruas para comemorar o fim da ditadura pregavam a flor em suas roupas. Neste trabalho não aprofundaremos essa temática, face não se encaixar no marco temporal proposto. Porém, há diversos trabalhos que versam sobre o tema. Dentre eles podemos citar o livro História concisa de Portugal de José Hermano Saraiva, mais especificamente o capítulo “A ditadura e o Estado Novo”, o capítulo intitulado “O Estado Novo: Fascismo, Salazarismo e Europa “de autoria de Luiz Reis Torgal e o capítulo “Após 25 de abril” escrito por José Medeiros Ferreira, ambos integrantes do livro História de Portugal, organizado por José Tengarrinha. Além desses, destacamos: Salazar e o poder: a arte de saber durar, de Fernando Rosas e Salazar anos de tensão: a guerra da Espanha, a repressão e a concentração de poderes, de autoria de Arnaldo Madureira.

<sup>30</sup> Destaca-se que, além da Comissão Feminina pela Pátria e da Cruzada das Mulheres Portuguesas, houve outros movimentos femininos de assistência aos soldados em Portugal, dentre eles destacam-se o movimento Assistências as Vítimas da Guerra, formado por senhoras católicas e monarquistas, cujo principal objetivo era a organização de cursos de enfermagem e, e logo após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, voltou a oferecer cursos de enfermagem entre abril de julho de 1916, quando se inscreveram mais de 100 candidatas, na sua maioria pertencentes à aristocracia portuguesa.

republicana portuguesa tinham como objetivo realizar a propaganda patriótica e orientar o trabalho feminino em prol do esforço de guerra.

Em uma carta encaminhada a todas as Câmaras Municipais Portuguesas, escreviam: “Sem preocupações partidárias, visto que nós, as mulheres, só temos uma política, que é o bem da pátria e triunfo da liberdade e da justiça, estamos convencidas que ninguém como nós deva merecer o auxílio e a confiança de todos aqueles que só tem uma ambição: o triunfo e o bem de Portugal”.

Figura 5 – Carta da Comissão Feminina “Pela Pátria” enviada a todas as Câmaras Municipais de Portugal



A carta traz um apelo nacionalista, envolvendo emocionalmente, despertando o sentimento identitário e de pertencimento, pelo qual todos os sacrifícios eram válidos pelo bem da Pátria. Para Visentini:

O nacionalismo, sem sombra de dúvida, se revestiu de variados matizes, mas geralmente foi utilizado como meio de legitimação do Estado e dos governos, como fator de unidade social e como forma de apoio ao imperialismo e ao colonialismo. Isso permitia a união dos trabalhadores com os empresários de seu país, na luta contra as potências rivais. (VISENTINI, 2014, p. 28).

A Comissão Feminina “Pela Pátria” encontrou eco principalmente com as militantes professoras que ensinavam tricô e costura às alunas, que confeccionavam peças de vestuário aos soldados, que já combatiam no continente africano, bem como a realização de campanhas para a arrecadação de donativos. Segundo Esteves,

a Comissão Feminina “Pela Pátria” correspondeu à primeira tentativa de mobilizar as portuguesas para o esforço de guerra. Tinha-se formado com a finalidade de fabricar uma bandeira para os soldados e, como tal não foi possível, passou a dedicar-se à recolha de lã e ao fabrico de agasalhos, tendo atuado junto às Câmaras Municipais, do professorado primário feminino e das associações de mulheres. (ESTEVES, 2011, p. 43).

Além de prestar assistência aos soldados e a seus familiares, essas associações e movimentos femininos surgidos, a partir da Primeira Guerra Mundial, apresentavam às mulheres uma forma de participação e engajamento político, de expor suas ideias, reivindicar direitos e de agirem como cidadãs. Nos ressalta Monteiro:

As organizações femininas que surgiram durante a guerra, partindo embora de diferentes pressupostos e motivações, empenharam-se no apoio material e moral aos combatentes e na assistência aos feridos da guerra, apresentando diferentes vias de participação política e novas formas de cidadania. Feministas, republicanas, monárquicas e católicas afirmaram-se como elementos agregadores da sociedade e trabalharam pelo bem comum, agindo como cidadãs de pleno direito. (MONTEIRO, 2014, s/p.).

Menos de vinte dias após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, surge em Portugal A Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP), movimento que perdurou mesmo com o fim da guerra, promovendo e incentivando trabalho e educação para mulheres.

A CMP foi um movimento feminino de beneficência, criado em 20 de março de 1916, com o objetivo de prestar assistência moral e material aos que dela necessitassem, face à participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial e à mobilização dos soldados que dela participariam. Conforme Relatório Geral da CMP de 1917,

é uma verdadeira mobilização feminina, e apesar de esta palavra mal compreendida já ter assustado alguns espíritos timoratos eu não hesito em repeti-la com orgulho e profunda convicção. Mobilização voluntária, é necessário que se diga orientando a mulher de nossa terra para a grande missão que o futuro lhe entregará de educadora, dirigente das obras de assistência, que em Portugal tanto devem ao nosso sexo. (RGCMP, 1917, p. 153).

A CMP surgiu por iniciativa de Elzira Dantas Machado, esposa de Bernardino Machado, presidente da República Portuguesa à época. Além de Madame Bernardino, como era conhecida Elzira, as outras 80 sócias fundadoras da CMP eram mulheres cultas, pertencentes à elite dirigente portuguesa. Sabiam que seu esforço e dedicação eram fundamentais para amenizar os horrores da guerra; manter uma harmonia social e apoiar o regime republicano implantado em Portugal, em 1910. Segundo Louzada:

A Cruzada integrou um grupo de notáveis mulheres portuguesas que quiseram responder a um repto pela Pátria, num momento particularmente difícil da História. Mulheres – mães, esposas e irmãs souberam mobilizar-se para intervir e auxiliar, aos mais diversos títulos, numa cruzada cuja ação se manteria por mais de duas décadas. (LOUZADA, 2011, p. 667).

Republicanas na maioria, queriam também fazer frente às “senhoras católicas e monarquistas” que, se sentindo afrontadas com o anticlericalismo do regime republicano, lançaram o movimento conhecido como Assistências às Vítimas da Guerra, cujo principal objetivo era a organização de cursos de enfermagem. Para a autora,

[...] se o feminismo, na linha do pacifismo, foi o melting pot., capaz de neutralizar as clivagens existentes, permitindo a coexistência, na militância, de mulheres com diferentes sensibilidades, no dealbar da República, a guerra 1914-1918 seria, aliás, o começo de toda uma outra história. (LOUZADA, 2011, p. 673).

Nas palavras de Ana de Castro Osório, secretária-geral da CMP, o objetivo do movimento era “levantar o espírito nacional e chamar a mulher portuguesa ao lugar que nesta hora nos compete”. (RGCMP, 1917, p. 302).

Ainda utilizando a imprensa como forma de divulgar a CMP, Ana de Castro Osório mencionou em entrevista ao jornal *O Século*,<sup>31</sup> que a causa da CMP é patriótica e não tem qualquer filiação partidária. Esclarece:

Deixe-me dizer-lhe, para prevenir erradas suposições, que na Cruzada das Mulheres Portuguesas não há, nem houve nunca, qualquer intuito ou tendência de política partidária. Dos seus corpos gerentes fazem parte senhoras que tem simpatias ou opiniões diferentes, representando, assim, as diversas correntes encarnadas nos diversos partidos da República e ainda outras que, não abdicando de tradicionalismo

---

<sup>31</sup> No RGCMP, há uma seção intitulada “Opinião da Imprensa”, em que constam as diversas entrevistas que a presidente da CMP, Elzira Dantas Machado, e a secretária-geral, Ana de Castro Osório, concederam aos jornais portugueses da época, explicando e divulgando as ações e finalidades dessa Cruzada.

monárquico, não hesitaram em pôr a sua qualidade de portuguesas acima de tudo e deram o seu trabalho e o seu entusiasmo de nobres mulheres inteligentes a obra que é de todas, a obra que é da Pátria. (RGCMP, 1917, p. 165).

Se aos homens portugueses cabiam as decisões político-administrativas e a partida para os campos de batalhas, as mulheres teriam a não menos difícil missão de organizar a assistência, educar os órfãos de guerra, apoiar as famílias dos soldados mobilizados e cuidar dos soldados feridos, bem como capacitar ao trabalho as mulheres das camadas mais pobres, iniciativas já adotadas por outros países beligerantes como, por exemplo, Inglaterra e França.

A organização interna da CMP se dava através de diferentes comissões: administrativa, de propaganda, angariadora de donativos, enfermagem, de assistência aos militares mobilizados, de assistência às mulheres dos soldados mobilizados e de assistência aos filhos dos soldados mobilizados, e hospitalização. Essas comissões estavam constituídas por uma presidente, uma secretária e uma tesoureira, nomeadas anualmente pela direção, podendo ser reconduzidas.

O Estatuto da CMP, em seu art. 44, preconizava que as comissões tinham liberdade de ação, estando apenas subordinadas, para efeitos administrativos, à direção, devendo assim prestar contas mensalmente e informações à direção, sempre que fosse necessário. Para melhor exemplificar a organização administrativa da CMP, elaborou-se um pequeno quadro.

Figura 6 – Cruzada das Mulheres portuguesa



Fonte: Organização da autora com embasamento no Estatuto da CMP e RGCMP.

A sede da CMP era em Lisboa; porém, existiam subcomissões em todas as cidades portuguesas e em países como Brasil e Angola. “São neste momento 76 as subcomissões oficialmente organizadas cumprindo-lhes a assistência local às vítimas da guerra”. (RGCMP, 1917, p. 160). A Cruzada não se limitou a obras de assistência aos soldados e às suas famílias, mais do que assistir, a CMP queria valorizar, incentivar e profissionalizar o trabalho feminino.

A criação de cursos de enfermagem ilustra este compromisso da CMP; porém, cabe ressaltar que a preocupação com a profissionalização e laicização da enfermagem antecede a fundação da CMP, pois vários movimentos de cunho feministas já defendiam esta ideia. Conforme Pires,

a necessidade da formação de enfermeiros era de há muito sentida pelos médicos, decorrente da crescente complexidade dos cuidados de saúde, mas na transição do século os enfermeiros que trabalhavam nos principais hospitais aprendiam as bases do seu trabalho na prática, informalmente ensinados pelos médicos. [...] O final do século XIX é um momento de grande desenvolvimento da ciência e de importantes descobertas que, no campo da medicina, introduzem novos processos diagnósticos e terapêuticos [...] é neste contexto que decorre a discussão sobre a enfermagem laica versus enfermagem religiosa. Os que defendem a enfermagem laica, e sobretudo a necessidade de uma preparação mais científica das enfermeiras, argumentam com o desinteresse das religiosas pelo trabalho técnico e pela desobediência a regras e ordens necessárias ao bom funcionamento das enfermarias. (PIRES, 2012, p. 175).

A enfermagem e os cuidados médicos foram uma das muitas linhas de atuação da CMP, e a guerra deixa mais evidente essa necessidade de formação de enfermagem de guerra, e a Cruzada como movimento de assistência não poderia ficar inerte frente a esta necessidade. Nos relata Silva:

A 24 de Junho de 1916, Elzira Dantas Machado, pediu ao Ministro da Guerra, Norton de Matos, que fizesse o necessário para que a Cruzada pudesse usufruir das regalias estipuladas na Convenção de Genebra. Em menos de 10 dias era publicado o decreto que reconhecia a Cruzada como uma associação beneficente como a Cruz Vermelha Portuguesa, como auxiliar dos serviços de saúde do exército e autorizando a utilização do distintivo, da bandeira e do braçal da Convenção de Genebra. Assim, a Cruzada como sociedade de socorros voluntários poderia proceder à recolha, transporte e tratamento de doentes e feridos, ficando o seu pessoal sujeito ao regime militar e sob autoridade do Ministro da Guerra. (SILVA, 2017, p. 342).

Norton de Matos, então ministro da Guerra, através da assinatura dos decretos de número 3.306 e 3.307, regulamentou o serviço de enfermagem feminina de guerra; desta feita, cabia a CMP organizar os cursos de Enfermagem o mais breve possível. “Esta urgência é tanto maior quanto a falta dum Corpo de Enfermeiras de Guerra, uma vergonha para as mulheres portuguesas, pois são os nossos soldados os únicos que não têm enfermeiras da sua raça a tratá-los”. (RGMP, 1917, p. 19).

Várias eram as exigências às mulheres que se propunham a participar dos cursos de enfermagem. Abaixo algumas destas exigências e requisitos constantes no manifesto espalhado<sup>32</sup> (Edital), no qual era feito o chamamento às interessadas.

As enfermeiras de guerra que desejassem ficar a serviço da Cruzada tinham que apresentar:

- a) seu diploma autenticado;
- b) dois fiadores idôneos que se responsabilizem pelo procedimento moral das senhoras em serviço e o certificado do registro criminal;
- c) sujeitarem-se a uma inspeção médica rigorosa para averiguar da sua robustez física para um trabalho que será especialmente para aquelas que se prontificam a seguir para o campo de batalha;
- d) inscreverem-se na Cruzada das Mulheres Portuguesas comprometendo-se a usar o seu distintivo ao lado da Cruz Vermelha, que pertence por lei a esta instituição, nas secções de Enfermagem e de Hospitalização, orgulhando-se de pertencer à patriótica agremiação, nobilitando-a pelos seus atos e comportamento irrepreensível, como a defendendo de quaisquer más vontades e acusações de inimigos;
- e) as senhoras, no ato de inscrição, devem declarar suas necessidades de momento. Deverão também declarar se estão prontas a partir para o mais difícil trabalho que lhes vai ser confiado, que é o de servirem nos hospitais militares de França ou se não deseja sair do país, onde muito há que fazer também;
- f) o Corpo de Enfermeiras da Cruzada usará em serviço o uniforme aprovado, sendo-lhe rigorosamente proibida a exibição de outros fatos dentro dos hospitais. Em serviço, na rua, usarão os uniformes aprovados pela Comissão Executiva;
- g) qualquer senhora que, em serviço, não mantenha a mais rigorosa linha de alta moralidade, ou seja, dentro dos hospitais ou na rua, quando uniformizada, será chamada à Comissão que, ouvidas as suas desculpas, resolverá do procedimento a usar.

Assim, em maio de 1917, no Hospital São José, teve início o curso de Enfermagem; o programa do curso ficou a cargo da Comissão de Enfermagem da CMP; no currículo havia lições de anatomia, fisiologia e parte prática como dreno e curativos, etc. A CMP ficava responsável por todas as despesas, também havia por parte do ministério da Guerra o compromisso de ajudar com um subsídio diário as enfermeiras estagiárias.

---

<sup>32</sup> Esse manifesto espalhado é parte integrante do RGCM (julho de 1917-1918), páginas 13-14.

Segundo o RGCMP, em poucos dias as inscrições para o curso de Enfermagem já eram bem expressivas e enchiam de confiança a Comissão de Enfermagem. O relatório ainda traz as seguintes informações:

A inscrição foi contínua, somente suspensa quando o governo caiu, elevando-se a 184 o número de senhoras inscritas até o dia 5 de dezembro; destas 44 foram recusadas por doença, 140 frequentaram os cursos, 22 desistiram e 24 encontravam-se inscritas para novos cursos, que viram com a sua suspensão, justificada, inutilizados os seus bons desejos de servir dessa forma o país. Das senhoras que tinham feito o curso em São José entraram 4 para o primeiro estágio que se começou no Hospital Militar de Estrela, em 9 de outubro de 1917, juntando-se a esse número algumas com seus cursos feitos no estrangeiro e Cruz Vermelha, de harmonia com os decretos. Desse primeiro estágio na Estrela, tendo desistido por doença e por motivos vários, 7 senhoras que se encontravam já estagiadas, tem estado a servir, gratuitamente em Campolide. Logo a seguir ao exame do 1º curso entraram para estágio na Estrela 10 senhoras e 10 para Belém. [...]. No dia 4 de dezembro também fizeram os seus exames as senhoras do curso de especialidades, ficando aprovadas 15. (RGCMP, 1918, p. 5-6).

Apesar dos esforços da CMP em criar cursos de Enfermagem, o número de enfermeiras enviadas ao *front* foi bem reduzido em comparação com outros países beligerantes. Segundo Silva (2017), das 139 senhoras dadas como aptas pela inspeção da Cruzada, apenas 10% chegaram a partir para a França, onde as tropas portuguesas combateram, e vários são as razões que justificam esse número, entre elas o contexto político vivido pelo País, as exigências impostas pela CMP para a obtenção dos diplomas e o curto tempo de formação do corpo de enfermagem. Para Silva,

apesar das fontes transmitirem, sobretudo, os aspectos negativos, é nossa convicção que a Cruzada tudo fez para respeitar as medidas impostas no Decreto n. 3.307. Contudo, acabaram por ser recrutadas como enfermeiras militares senhoras que não tinham o diploma da Cruzada, mas apenas um certificado (Fig. 3). Verificamos, ainda, que a questão do bom comportamento e dignidade moral foi essencial. Assim, o perfil tipo da enfermeira da Cruzada que serviu em França seria uma jovem solteira com cerca de 31 anos, natural de Lisboa, com o curso geral desta instituição um estágio de quatro meses num dos hospitais militares da capital e cerca de cinco meses de serviço como enfermeira naquele país. (SILVA, 2017, p. 362-363).

Como já posto, a enfermagem foi uma das muitas linhas de atuação da CMP, que, juntamente com as escolas agrícolas e profissionalizantes femininas e a Casa do Trabalho, foram instituições que contribuíram para a emancipação da mulher em Portugal.

Com o intuito de promover a educação prática e o trabalho feminino, foram criadas as Escolas Agrícolas e Profissionalizantes. Segundo Relatório Geral da Cruzada, essas obras eram fundamentais para emancipação da mulher e para o futuro da Pátria.

A Comissão de propaganda e organização de trabalho da Cruzada das Mulheres Portuguesas, dentro do rigoroso cumprimento de seu dever, resolveu aplicar parte dos seus recursos para a criação de Escolas Profissionais e Agrícolas, que tão



necessárias se tornam dentro do nosso país, onde a educação prática da mulher é uma verdadeira miséria, ativando por todos os meios, e auxiliando por todas as formas, a propaganda desta obra capital para o futuro da Pátria. (RGCMP, 1918, p. 3).

A primeira Escola Agrícola da CMP foi inaugurada no distrito de Alcobaça, e conforme o Relatório Geral da Cruzada, nesta mesma localidade a CMP conseguiu verba com o governo e adaptou a velha casa que abrigava o Asilo Distrital para atender de início 100 crianças oriundas das famílias dos soldados mobilizados que, também, frequentariam a referida Escola.

No discurso de inauguração da Escola Agrícola, Ana de Castro Osório ressalta, “o benefício desta instituição é bem claro e compreensível, principalmente, para a descentralização das capitais e para a educação da mulher no amor e no carinho da terra, que é a nossa força e uma das nossas razões de existir”. (RGCMP, 1918, p. 6).

Já na Escola Profissional com sede em Lisboa, as mulheres que frequentavam a instituição aprendiam noções de datilografia, corte e costura entre outros ofícios. Visando a colaborar financeiramente e incentivar o trabalho das alunas, foi autorizado que elas trouxessem de casa tudo o que na escola pudessem fazer.

Pensando esta Comissão Executiva, na máxima economia e no auxílio direto às próprias famílias das alunas, resolveu que elas trouxessem de suas casas tudo que na escola pudessem fazer, como emendas, consertos, passagens, roupa branca, e as que se especializam nesta oficina trazerem fazenda para cortarem, visto haver também o ensino de corte geométrico pela professora desta oficina. (RGCMP, 1918, p. 4).

Ainda como forma de ajudar materialmente as mulheres dos soldados mobilizados, a CMP manteve a Casa de Trabalho; o objetivo era promover a aprendizagem de diversos ofícios como, por exemplo, a costura, engomadaria; desta forma aprendendo algum ofício essas mulheres poderiam promover seu próprio sustento, ficando o subsídio pago pela CMP restrito às mulheres que não pudessem trabalhar por motivo de saúde, por possuírem filhos muitos pequenos, que necessitavam dos cuidados da mãe ou por morarem muito distantes da Capital, onde encontrava-se a sede da Casa de Trabalho. Consta no RGCMP a seguinte informação:

A Casa de Trabalho, não sendo por sua natureza um estabelecimento de exploração industrial e para ganância de comerciantes ambiciosos, mas antes uma forma prática e moral de dar assistência às mulheres dos mobilizados, ensinando muitas que nenhum ofício tinham, e que nem sequer coser sabiam, não deu, nem podia ter dado, lucro material algum no seu primeiro período de trabalho. (RGCMP, 1917, p. 5).

Ana de Castro Osório foi uma das idealizadoras das escolas profissionalizantes femininas e Casas de Trabalho mantidas pela Cruzada. Para Osório, o trabalho e a educação eram as bases para a emancipação da mulher, sendo suas principais reivindicações enquanto líder feminista. “Não pretendemos ser orientadoras de opinião, antes, como o título mesmo o indica, queremos semear ideias, espalhar conhecimento, levantar questões e apresentar problemas que a mulher seja forçada a decifrar brevemente e para os quais o nosso está mal preparado”. (OSÓRIO, 1918, p. 8).

Como presidente da comissão de propaganda e secretária-geral da CMP, Ana de Castro Osório foi entre as fundadoras a que mais arduamente lutou para divulgar a obra da Cruzada, escrevendo para jornais, palestrando, etc.; chegou a escrever um livro intitulado *A influência da mãe na raça portuguesa* (1916), no qual conclamava as mulheres portuguesas a participarem da CMP. O Anexo C traz uma entrevista que ela concedeu ao jornal *A Opinião*, em 2 de maio de 1916, explicando quais os objetivos da CMP.

Ana permaneceu como uma das principais líderes da Cruzada até 1933. De certa forma, a CMP representou para a intelectual a concretização de um sonho, conforme relata Esteves:

De certa forma, a Cruzada das Mulheres Portuguesas representou a concretização do sonho de Ana de Castro Osório de liderar uma organização patriótica de implantação nacional, sendo que se este feminismo nacionalista serviu para valorizar a importância social e económica das mulheres em tempos de guerra, também contribuiu para minorizar o papel das feministas como grupo de pressão, esvaziando-as num contexto de unidade nacional em que a “Pátria” se sobrepunha a todas as reivindicações. (ESTEVES, 2014, p. 58).

Na sequência deste capítulo, é abordado como foi a repercussão da CMP no Brasil, como os jornais divulgavam o movimento, de que forma eram feitas as arrecadações de fundos em benefício da CMP e como a mulher brasileira participou deste movimento, etc.

### **3.2.1 A Cruzada das Mulheres Portuguesas e sua repercussão no Brasil**

Para a tessitura deste subtítulo foram analisados alguns dos jornais que se encontram digitalizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; como descritores para a busca utilizaram-se as palavras: Cruzadas das Mulheres Portuguesas, Mulheres Portuguesas e Ana de Castro Osório. O período temporal compreende os anos de 1910 a 1919. Na primeira fase da pesquisa, elaborou-se um quadro onde constam todos os jornais consultados, e que encontra-se disponível para consulta no Apêndice C.

Ao total analisaram-se 35 edições de jornais de diversos estados do Brasil, como Amazonas, Pernambuco, Maranhão, Pará, São Paulo e Rio de Janeiro. Os jornais onde mais vezes os descritores apareceram foram, Gazeta de Notícias-RJ (6 edições), O Paiz-RJ (6 edições), Jornal do Brasil-RJ (3 edições), A Razão-RJ (3 edições), Diário de Pernambuco-PE (2 edições) e A Época- RJ (2 edições); nos demais os descritores aparecem uma única vez. A análise dos jornais objetivou compreender como o movimento da Cruzada das Mulheres Portuguesas repercutiu na sociedade brasileira e na Colônia Portuguesa no Brasil, que tinha nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro os maiores Centros Imigratórios; quais ações foram desenvolvidas em prol do movimento; como os jornais brasileiros divulgavam e apresentavam o movimento e como a mulher brasileira e a imigrante participaram do mesmo.

Para uma melhor compreensão de como a movimento da CMP repercutiu no Brasil, é preciso ressaltar que os dois países (Brasil-Portugal) possuem laços históricos, fomos colônia portuguesa por mais de 300 anos, a cultura, tradições e o pensamento luso de certa forma estão arraigados no modo de ser, pensar e agir do povo brasileiro.<sup>33</sup>

Mesmo após o processo de independência em 1822, permanecemos unidos à nossa antiga metrópole, seja por fatores políticos, pois a Casa Real dos Bragança governava o Brasil (D. Pedro I) e Portugal (D. João VI), ou ainda por fatores afetivos, visto que muitos portugueses, assim como seus descendentes, continuaram a viver no Brasil. Segundo Menezes e Matos (2017) em 1871 o governo imperial emitiu um decreto que ordenava o recenciamento da população, e constatou-se que, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, no conjunto da população livre, 84.279 habitantes eram estrangeiros, sendo que desse total 55.936 eram portugueses, ou seja, 66.36% dos estrangeiros eram de Portugal.

Outro aspecto a ser mencionado é a intensa imigração de portugueses que ocorreu a partir da metade do século XIX e início do XX. Nos relatam Menezes e Matos:

Durante o século XIX e boa parte do XX, os portugueses emigravam por variados motivos: dificuldades econômicas, sociais e familiares; fuga ao recrutamento militar; poucas oportunidades de trabalho e baixos salários na terra natal; estrutura fundiária e exploração da terra; tensões políticas e atraso tecnológico, além do desejo de “fazer a América”. As partidas foram contínuas e frequentes, vinculadas aos descontentamentos e dificuldades apontados, mas, também, como estratégia de sobrevivência e de busca de outras possibilidades. (MENEZES; MATOS, 2017, p. 10).

---

<sup>33</sup> - Na contemporaneidade ainda nos influenciamos seja pela música, livros, programas de TV, novelas e etc.

O Brasil foi o principal destino dos emigrantes portugueses, em especial a cidade do Rio de Janeiro. Ali muitos se estabeleceram em pequenos comércios, ou foram trabalhar em fazendas de café muitas vezes em substituição à mão escrava recém liberta. Em sua maioria eram homens jovens, porém, as mulheres<sup>34</sup> também estiveram presentes neste processo em número bem menor, se comparado ao dos homens.

Distantes da terra natal, e muitas vezes sem um efetivo apoio estatal, quer ele seja português ou brasileiro, os imigrantes vislumbraram no movimento associativo uma das formas de enfrentar as diversas vicissitudes que encontraram no novo continente. Conforme Souza,

a possibilidade de contatos com patrícios era adequada para mobilizar interesses vinculados à cultura, trabalho, saúde, lazer e negócios. Um lugar de encontro com pessoas do mesmo perfil tornava-se importante. O movimento associativo é a consequente resposta a essas demandas. Torna-se estratégico fundar associações com finalidades vinculadas ao atendimento específico do grupo imigrante. (SOUZA, 2007, p. 54-55).

Várias associações portuguesas ou luso-brasileiras foram fundadas; segundo Souza (2007), as associações ofereceram uma diversificada gama de serviços incluindo diferentes finalidades, como, por exemplo, recreativa, beneficente, hospitalar e até mesmo educacional. Dentre essas diversas entidades, podemos mencionar os Hospitais de Beneficência Portuguesa e as Câmeras Portuguesas de Comércio, presentes em diversos estados do Brasil, muitos ainda em plena atividade.

A Câmara Portuguesa de Comércio do Rio de Janeiro, por exemplo, teve fundamental importância para a organização da Grande Comissão Pró-Pátria em março de 1916, que seria a responsável por lançar a primeira subscrição para portugueses residentes no Brasil, com o intuito de ajudar nos esforços de guerra, incluindo-se nesta ajuda doações à Cruzada das Mulheres Portuguesas e à Cruz Vermelha Portuguesa. Segundo Costa,

cabe à Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro a iniciativa de promover a união da colônia, convocando para tal, uma reunião geral para a noite de 16 de março de 1916, com todas as agremiações portuguesas aí existentes e os vultos de maior relevo – facto que acontecia após seis anos de afastamento entre adeptos da monarquia e defensores da república. Desta reunião resulta a Grande Comissão Pró- Pátria, encabeçada pelo visconde de Moraes. Instalada e organizada, lança uma primeira subscrição, entre os portugueses radicados no Brasil, visando obter donativos para a grande obra que se perspectivava: foram realizados 3 festivais e espetáculos públicos e, por todo o Brasil, onde houvesse um núcleo importante de

---

<sup>34</sup> A obra *Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco* (Rio de Janeiro e São Paulo –XIX e XX) escrita por Lená Medeiros de Menezes e Maria Izilda S. de Matos traz dados relevantes sobre a imigração portuguesa, além de abordar pela perspectiva de gênero este processo imigratório.

portugueses, foi aberta uma subscrição subsidiária cujo produto incorporava-se na Grande Comissão. Mantinham-se, deste modo, o espírito patriótico da colônia e os deveres cívicos para com a pátria de origem. (COSTA, 2014, p. 730).

Desta forma, sabendo-se dos vínculos históricos, políticos e afetivos entre brasileiros e portugueses, a leitura e análise dos jornais se tornaram um pouco mais claras. Entendeu-se o quão rápido foi a organização para a arrecadação de donativos aos soldados e o apoio ao governo, quando Portugal adentrava na guerra (março de 1916); a pronta mobilização das associações portuguesas do Brasil e o intenso apelo patriótico e ao sentimento de dever com a “pátria mãe”.

Em um dos períodos consultado, *Portugal na Guerra*, pode-se perceber nitidamente esse sentimento patriótico e nacionalista, quando no primeiro número, que circulou em maio de 1916, lemos no editorial:

Três palavras sintetizarão o nosso pensamento, todo o nosso sentir: Tudo por Portugal! [...]. Não pretendemos ser um órgão de combate nem o devemos ser. Antes de tudo temos que respeitar a neutralidade deste país irmão, desse Brasil grandioso [...] O que pretendemos agora é ver coligada toda essa imensa colônia portuguesa que o Brasil hospeda, de forma que ela seja um único bloco, seja uma força poderosa e invencível. Portugal precisa imenso do nosso apoio, seja moral, seja material. Esse apoio, nós em absoluto não temos o direito de negar, embora mesmo com o sacrifício de nossas vidas [...] A colônia portuguesa no Brasil – monarquistas e republicanos – forma hoje um bloco indestrutível, tendo por único objetivo o futuro de nossa pátria. É a esses nobres patrícios que vimos oferecer a nossa revista, fazendo-a o órgão de pensamento português no Brasil, para que nela se reflitam as pulsações do coração lusitano. (PORTUGAL NA GUERRA, 1916)

Como já mencionado, Portugal adentra oficialmente na Primeira Guerra Mundial em 9 de março de 1916, quando declara guerra à Alemanha, mas, desde o início do conflito em 1914, combatia no continente africano pela defesa de suas colônias. Em 18 de março de 1916 o *Jornal do Comércio-RJ*<sup>35</sup> noticiou sobre uma Assembleia da Colônia Portuguesa, que ocorreu no salão desse jornal, no dia 17.3.1916; nesta assembleia, foi criada a Comissão Portuguesa Pró Pátria. “A criação da Comissão Pró-Pátria [...] estudará e resolverá os meios de prestar auxílio em nome da Colônia Portuguesa, todo auxílio material e moral a Portugal durante a Guerra”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1916).

---

<sup>35</sup> Fundado em 1º de outubro de 1827, o *Jornal do Comercio* é o segundo periódico diário mais antigo do Brasil, e um dos mais antigos de toda a América Latina, perde somente para o *Diário de Pernambuco-PE*. Idealizado pelo tipógrafo Pierre René François Plancher de La Noé, que, fugido de seu país a França, por problemas políticos, muda-se para o Brasil em 1824. Trouxe consigo artesãos gráficos, prelos de ferro, caixas de tipos, livros e outros materiais raros ou inexistentes no Brasil. O *Jornal do Comércio* encerrou suas atividades em 2016. Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 13 maio 2019.

Noticiou também que a Câmara Portuguesa de Comércio telegrafou a Bernardino Machado, presidente de Portugal à época, comunicando sobre a realização desta grande reunião com a participação de todas as agremiações portuguesas do Rio de Janeiro, onde ocorreu a constituição da Comissão Pró-Pátria.

A mobilização no Brasil foi quase imediata, ou seja, menos de dez dias depois da entrada de Portugal no conflito, a colônia portuguesa e diversas associações e agremiação se unem para prestar auxílio à terra natal. Para Costa:

Este pendor filantrópico da colônia portuguesa extravasa as fronteiras do Brasil e toca Portugal. As associações filantrópicas portuguesas pretendem ao mesmo tempo ser o reflexo da união da colônia portuguesa em torno da nacionalidade e da identidade portuguesas, mantidas pelo existir dessas instituições. As associações são o garante da ligação entre a colônia portuguesa e sua terra natal, entre o país de acolhimento e o país de origem. (COSTA, 2014, p. 729).

Dos jornais consultados, alguns possuíam seções específicas para divulgar notícias de Portugal e sua participação na guerra, o jornal *Gazeta de Notícias*,<sup>36</sup> por exemplo, possuía a seção intitulada A Semana Portuguesa; o jornal *O Paiz*,<sup>37</sup> a Seção Portuguesa e *A Época*,<sup>38</sup> a Página Portuguesa.

Na edição de 27.4.1916, o jornal *A Época* traz uma reportagem em sua seção Página Portuguesa cujo título era: “A Cruzada das Mulheres Portuguesas, de Lisboa, pede a Colônia no Brasil, proteção para as famílias dos soldados que foram para a guerra”, na reportagem é transcrita a carta que Humberto Taborda, secretário da Comissão Pró-Pátria, enviou à direção da CMP, onde confirma o recebimento do telegrama enviado por aquela e comunica que o presidente da Comissão Pró-Pátria promete atender, quanto possível, ao pedido de ajuda da muito nobre e patriótica Cruzada das Mulheres Portuguesas.

---

<sup>36</sup> Jornal carioca diário fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo, introduziu na imprensa brasileira o emprego de clichê, das caricaturas e entrevistas. Possuía alto nível de sofisticação de sua aparelhagem técnica. Segundo relatos, a *Gazeta de Notícias* descava-se na época entre os melhor equipados jornais do mundo. Foi um dos mais populares jornais da época; era vendido avulso muitas vezes pelos garotos jornaleiros. Foi um jornal popular ao alcance das massas. Fonte: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>. Acesso em: 27 abr. 2019.

<sup>37</sup> Jornal carioca diário fundado em 1º de outubro de 1884 por João José dos Reis Júnior. Encerrou as atividades em 18 de novembro de 1934. No final do governo monárquico, destacou-se por apoiar as campanhas abolicionista e republicana. Rui Barbosa foi o seu primeiro editor chefe, foi substituído por Quintino Bocaiúva, que dirigiu o jornal até 1901. Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PA%C3%8DS,%20O.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

<sup>38</sup> *A Época* foi um jornal carioca fundado em 31 de julho de 1912, era propriedade da Sociedade Anônima A Época. Teve como diretores, Vicente de Toledo de Ouro Preto, Vicente Ferreira da Costa Piragibe, J. B. Câmara Canto. Circulava diariamente em formato *standard* e tinha apenas oito páginas. Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-epoca/>. Acesso em: 27 abr. 2019.

Informa que a Comissão Pró-Pátria promoveu e está promovendo uma subscrição patriótica, mas que ainda não tem um destino fixado para os recursos arrecadados, pois os mesmos serão empregados conforme a ação definitiva de Portugal no conflito possa determinar. Como já relatado, a CMP foi fundada em 20.3.1916, passado apenas um mês de sua criação, no Brasil já havia conhecimento de sua existência.

O jornal *O Paiz*-RJ de 11.8.1916, traz na Seção Assuntos Portugueses uma reportagem sobre a CMP, classificando como uma agremiação benemerita e patriótica, e que em Portugal a mesma tem obtido unânime aplauso público, não havendo quem não a olhe com respeito e carinho. Na mesma reportagem, é mencionado que a Companhia de Teatro Éden, de Lisboa, viria realizar apresentações no Brasil, e que uma de suas principais atrizes Medina de Souza, que também é uma associada da CMP, realizaria, por meio de palestras, conferências, artigos nos jornais, e em todos os meios que tivesse ao seu alcance, a propaganda da Cruzada das Mulheres Portuguesas para o povo brasileiro, principalmente entre a colônia portuguesa. “A propaganda, que vai ser muito intensa, incidirá principalmente sobre a loteria patriótica, a correr em Lisboa no próximo cinco de outubro, cujos lucros reverterão intactos a CMP e Inscrição Patriótica das Mulheres Portuguesas”. (O PAIZ, 1916).

O *Jornal Pequeno*-PE em sua edição de 22.7.1916, já havia noticiado que a atriz Medina de Souza, viria ao Brasil realizar conferências de propaganda em prol da CMP e divulgar a loteria patriótica. A loteria foi divulgada ainda nos jornais *O Fluminense*-RJ em 13.9.1916 e no jornal *Diário de Pernambuco*-PE que, na edição de 7.10.1916, informa que, devido à pouca venda de bilhetes, a extração foi adiada para 31/12/1916.

O jornal *A Pacotilha*-MA, em sua edição de 28.11.1916, informou que Ana de Castro Osório realizou na cidade do Porto uma conferência cujo tema foi a entrada de Portugal na guerra. Nota-se que a divulgação da obra da Cruzada não ficou restrita a Rio de Janeiro e São Paulo, locais de maior incidência e concentração de imigrantes portugueses, pois, no Nordeste do Brasil os jornais também divulgaram a obra da CMP.

O apelo da CMP por ajuda à colônia portuguesa, ao que tudo indica, não tardou a apresentar resultados, pois, na edição de 18.8.1916 do *Gazeta de Notícias*-RJ, é noticiado que a Grande Comissão Pró-Pátria se reuniu no dia anterior na sede da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, com a finalidade de deliberar sobre a criação de um comitê feminino, com a finalidade de promover festivais e angariar donativos para a Cruzada.

No mesmo periódico, na edição de 17.9.1917, há uma nota informando que a Ester de Barros fez doação a CMP de uma almofada de cetim bordada a seda. Comunica ainda que

a embaixatriz de Portugal foi aclamada presidente da Comissão de Senhoras da CMP, no Rio de Janeiro, e que em breve seriam iniciados os trabalhos da Comissão.

As festas, os eventos e as doações à CMP tiveram ampla divulgação nos jornais pesquisados; na edição do *Jornal do Brasil-RJ* (21.8.1916) foi noticiado que, em Benfica, foi realizada uma animada festa em benefício da CMP, sendo angariados muitos donativos. O jornal *A Rua-RJ* (9.9.1916) anunciou que a Cruzada estava organizando importante festival em benefício de seus cofres e para comemorar o aniversário de implantação da República Portuguesa.

A *Razão-RJ* (20.1.1917) traz uma nota sobre o Serão dançante que ocorreu em Lisboa cujos lucros foram doados à Cruzada; na edição de 24.7.1917 traz uma nota sobre uma festa no Jardim Zoológico de Lisboa, que ocorreu com grande animação, sendo arrecadados muitos donativos à CMP. A doação do Edifício do Colégio de Campolide, feito pelo governo à Comissão Hospitalar da CMP, com a finalidade de prestar assistência médica aos soldados mobilizados, foi noticiada no jornal *Correio Paulistano*, em de 4.10.1916.

A *Revista Fon Fon*, em edição de 1917 trouxe uma fotografia do antigo Convento de Arroios e uma nota comunicando que o mesmo seria transformado em Escola para os mutilados de guerra,<sup>39</sup> já a edição de 23.8.1917 do jornal *A Razão* comunica que foi publicado um decreto pelo governo de Portugal que autoriza a CMP a organizar um corpo de enfermeiras para atuarem nos hospitais do País e para os corpos expedicionários.

No Brasil, a colônia portuguesa cada vez mais se mobilizava para contribuir nos esforços de guerra; a edição de 1º.3.1917, de *O Paiz-RJ*, noticiava doação da Colônia Portuguesa de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, à CMP. Na edição de 20.7.1917 comunicava festa da Mocidade Portuguesa no Teatro Municipal, em favor dos soldados portugueses. “Essa festa será, no seio da colônia portuguesa um verdadeiro acontecimento. A iniciativa é o Orfeão do Clube Ginástico Português e tem o auxílio da Sub-Comissão das Senhoras Portuguesas, que tão incansavelmente tem realizado a sua patriótica tarefa com o mais útil e brilhante sucesso”. (O PAIZ, 1916).

---

<sup>39</sup> O antigo prédio Convento de Arroios foi transformado no Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios. Foi fundado em 11 de abril de 1917 pela Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados, da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Regulamentado no mesmo ano e entregue à direção do capitão-médico Alfredo Tovar de Lemos, o instituto destinava-se a receber, tratar e reeducar profissionalmente os mutilados de guerra, de forma a facilitar a sua reintrodução social e laboral. Idealizado como um órgão temporário, finalizou suas atividades em 1922. Fonte: <https://acervo.publico.pt/culturaipsilon/noticia/instituto-militar-de-arroios-para-a-reeducacao-dos-mutilados-de-guerra-1666469>. Acesso em: 21 maio 2019.



*O Combate-SP*, de 28.10.1918, noticia que a colônia portuguesa da Cidade São Paulo, com a ajuda da Câmara de Comércio Portuguesa e da CMP, resolveu instalar um posto para atendimento à colônia portuguesa e a todas as pessoas que a procurem sem fazer distinção de nacionalidade.

As conferências de Ana de Castro Osório também foram notícia nos jornais brasileiros. *A Gazeta*, de 22.1.1917, destacou que a talentosa escritora portuguesa realizou conferência no Teatro São Carlos, cujo tema foi a participação de Portugal na guerra e a ação da mulher. Abaixo transcrevem-se trechos da conferência publicada no jornal:

Sacrifiquemo-nos com orgulho pela grandeza da pátria e pelo seu progresso [...] na certeza que os vencidos nesta guerra não hão de ser os que depuseram as armas cansados de luta. [...], mas os que não souberam aproveitar as circunstâncias para valorizar seu trabalho e educar sua gente para o futuro [...] cabe ao homem e a mulher erguer a Pátria e honrá-la, dando-lhe o nosso sangue, nossa fé, nosso trabalho, dando-lhe nosso amor. (ANA DE CATRO OSÓRIO- O PAIZ, 1917).

Mesmo após o término do conflito mundial, notícias sobre a Cruzada das Mulheres Portuguesas continuaram a ser veiculadas na imprensa brasileira. *O Jornal-MA*, em sua edição de 21.6.1919, noticia que a CMP reelege como presidente da agremiação Elzira Dantas Machado e Ana de Castro Osório como secretária.

Da análise dos jornais pode-se inferir que a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, bem como a CMP tiveram ampla divulgação na imprensa brasileira. A mobilização da colônia portuguesa foi quase imediata, o patriotismo, nacionalismo e sentimento de pertencimento foram exaustivamente explorados, pois, ajudar Portugal nos esforços de guerra era tido como dever, uma obrigação.

A CMP foi apresentada como uma agremiação patriótica, cujas ações em prol dos soldados portugueses e familiares mereciam todo respeito e apoio da colônia portuguesa e brasileiros (as). Da leitura dos jornais, pode-se constatar que vários eventos foram organizados para arrecadar donativos e doações à Cruzada, quanto à participação da mulher brasileira não se pode afirmar se realmente participou efetivamente das comissões e eventos organizados pela colônia portuguesa, não há menções nos jornais consultados.

Já a participação da mulher imigrante, segundo a análise dos jornais, foi bem expressiva. Porém é necessário ressaltar que essa mulher, da qual o jornal noticia em sua maioria é pertencente à elite da colônia, geralmente esposas de grandes comerciantes, de cônsul, embaixador, etc., não sendo possível identificar se houve envolvimento e participação das mulheres pertencentes aos demais grupos sociais.

Ao finalizar o capítulo, é importante salientar que, quando da eclosão do conflito mundial, a jovem república portuguesa enfrentava uma instabilidade governativa sem precedentes; a média dos governos era de no máximo um ano e meio, além de não possuir um efetivo reconhecimento perante as maiores potências europeias. O temor de perder suas colônias africanas era imenso, pois Inglaterra e Alemanha há muito vinham articulado uma partilha de territórios africanos.

Desta feita, sua participação no conflito visou à legitimação do regime republicano e a defesa de suas colônias na África. Mesmo com um Exército incipiente e mal preparado, a maioria dos soldados era de camponeses que nunca haviam tido uma preparação militar; o país envia à França seu Corpo Expedicionário Português (CEP). Porém, os problemas não tardaram a aparecer, precariedade de equipamentos e uniformes, deserções e insubordinações, etc. A população sofria com as altas taxas inflacionárias, carestia de alimentos, epidemias e os protestos e greves eram reprimidos com violência, corroborando assim, para que Sidónio Pais tomasse o poder e implantasse um governo autoritário de cunho presidencialista e populista. Com a participação no conflito, o país conseguiu manter a soberania de suas colônias na África; porém, mesmo participando do conflito, não obteve o reconhecimento dos grandes países europeus.

A guerra tida por muitos, como soluções para os problemas, provocou a desestabilização do já cambaleante regime republicano, que não sobreviveu à intensa crise social e econômica desencadeada pela participação do país na guerra. Foi neste contexto de guerra que surgiu a CMP, constituída para auxiliar material e moralmente os soldados portugueses, quando da entrada do País no conflito mundial. A Cruzada das Mulheres não se limitou a este empreendimento, contribuiu significativamente para a emancipação, educação e construção da cidadania das mulheres portuguesas, seja através da fundação das Escolas agrícolas femininas, Casa do Trabalho ou cursos de Enfermagem, etc. Mesmo após o fim do conflito, a CMP continuou em plena atividade, encerrando as mesmas em 1938, ou seja, um ano antes do início da Segunda Guerra Mundial.

Ana de Castro Osório foi uma das fundadoras e grande entusiasta da agremiação, nela exercendo diferentes funções (presidente, secretária, etc.). A CMP possuía subcomissões em praticamente todas as cidades e vilarejos portugueses, também em diversas colônias portuguesas na África e no Brasil. A repercussão da CMP no Brasil foi contextualizada através da análise dos jornais onde se pode verificar a expressiva mobilização de portugueses que aqui residiam, em prol dos esforços de guerra. É importante ressaltar que os jornais analisados se constituem como uma rica fonte para novas pesquisas.



#### 4 A OBRA DE ANA DE CASTRO OSÓRIO NO ENSINO DE HISTÓRIA

O objetivo deste capítulo é analisar como a obra da escritora, jornalista, feminista e intelectual portuguesa, Ana de Castro Osório, pode ser uma possível ferramenta para trabalhar com o feminismo e as questões de gênero, no ensino de História. Para tal, como posto anteriormente, foram analisadas as seguintes obras da autora:

- **As mulheres portuguesas**, escrito em 1905, é considerado o primeiro manifesto feminista português; o livro aborda questões sobre o feminismo, a condição da mulher perante as leis e a sociedade, a educação e o trabalho feminino, a participação da mulher na política, etc. O livro possui 251 páginas e está dividido em diversos capítulos, onze no total. Foi publicado pela Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, Lisboa.
- **Em tempo de guerra** (aos soldados e mulheres do meu país), escrito em 1918 contextualiza a participação de Portugal no conflito, fazendo um chamamento patriótico/nacionalista ao povo português, visando à participação de homens e mulheres em prol dos esforços de abordar também questões sobre educação e trabalho feminino, além de elucidar as obras e ações da CMP. O livro possui 142 páginas e está dividido em 13 capítulos e foi publicado por Editores: Ventura e Companhia, Lisboa.
- **A grande aliança** (a minha propaganda no Brasil), escrito em 1924, com forte cunho nacionalista, reúne as palestras e conferências que Ana de Castro Osório proferiu no Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná e Rio de Janeiro), quando aqui retornou em 1923 para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. O ensino agrícola, a influência da mulher na arte e literatura, as obras de assistência feminina, pequenas indústrias regionais foram os temas das referidas palestras. O livro está dividido em sete capítulos, 202 páginas. Foi publicado pelas Edições Lusitânia, Lisboa, editora de propriedade da própria escritora.

O Apêndice C traz um quadro em que é possível consultar as demais obras literárias de Ana de Castro Osório. A escolha das respectivas obras deu-se por apresentarem fases bem distintas da sua trajetória intelectual, ou seja, a primeira obra traz uma autora feminista engajada na divulgação do movimento, a segunda reflete todo o esforço no projeto de auxiliar Portugal nos esforços de guerra e a terceira uma escritora nacionalista, empenhada na efetivação da tão sonhada aliança cultural e econômica entre Brasil e Portugal.

Com a análise, pretende-se verificar como ela aborda e problematiza, nas respectivas obras, a condição da mulher portuguesa no final do século XIX e início do XX; como homens e mulheres são “construídos” (nas leis, na cultura, na família, sociedade); de que forma o feminismo da autora contribuiu para a emancipação da mulher, e de que maneira suas ideias influenciaram as mulheres em Portugal e no Brasil. Ainda dentro do capítulo, é necessário problematizar como essas questões (feminismo, emancipação da mulher, papéis sociais de homens e mulheres, trabalho, educação, etc.), abordadas em obras escritas há 100 anos, ainda permanecem atuais e podem contribuir para se trabalhar o feminismo e as questões de gênero no ensino de História.

#### 4.1 A ANÁLISE DAS OBRAS SELECIONADAS

Na organização da análise, optou-se por trabalhar com categorizações, selecionando os assuntos comuns e recorrentes nos três livros. Educação, Trabalho, Patriotismo/Nacionalismo, Feminismo e as Questões de Gênero são as categorias elencadas. Elaborou-se um quadro para cada categoria e selecionaram-se excertos das obras, os quais serviram de base para as análises.

Quadro 1 – Educação

<b>Educação</b>		
<b>As Mulheres Portuguesas (1905)</b>	<b>Em tempo de guerra (1918)</b>	<b>A grande aliança (1924)</b>
<p>As escolas estão abertas por igual aos dois sexos e não há quem, nesta hora alta da civilização, se atreva a banir delas um indivíduo que os queira frequentar sob o pretexto da diferença do sexo. (p. 19).</p> <p>Uma das nossas maiores vergonhas nacionais é, por certo, o analfabetismo, mas o que agrava essa vergonha é que, no continente, é a maioria das mulheres que eleva pavorosamente a cifra dos analfabetos. E há quem lhes diga que fiquem em casa a educar os filhos, em vez de pretenderem ganhar seu pão honestamente pelo trabalho! Mas ensinar o quê, se elas não sabem o mais elementar, se muitas vezes não sabem ler e escrever! (p. 50).</p> <p>Educar a mãe para ser a educadora dos filhos; educar a mulher em geral, para viver de si mesma, e para si mesma, quando pertença à enorme legião das que ficam solteiras e, portanto, – sem filhos a educar nem casa a governar, deve ser um dos nossos mais porfiados empenhos. Este é o verdadeiro feminismo. (p. 54).</p>	<p>É necessário que a mulher se compenetre do altíssimo dever cívico, que a missão de mãe e educadora lhe faz pensar sobre os homens. O futuro está nas mãos das mulheres. (p. 14).</p> <p>Pena é que esta hora, amargurada e grande, tão numerosa seja a porcentagem de analfabetos entre o povo, durante sete anos de república não se conseguiu ainda lavar dessa mancha, porque assim muitos soldados só indiretamente poderão comunicar com as suas gentis e generosas madrinhas. (p. 22).</p> <p>58- Nós precisamos, antes de qualquer coisa, criar o tipo perfeito da professora rural, que se adapte ao nosso meio e a nossa psicologia e exerça a ação moral que se perdeu por muitas e variadas razões. E' necessário reunir um corpo de professoras, mulheres inteligentes, bem orientadas, bem instruídas e bem convictas do seu alto dever cívico, que se espalhem por esse país afora para erguer do abatimento e da rotina um povo adormecido, que não acredita na riqueza e no progresso senão balouçado nas tábuas movediças dos navios de emigração. (p. 60).</p>	<p>Como tivemos ocasião de dizer a educação da mulher é o primeiro passo a dar para se conseguir um inteligente e perseverante movimento de regresso à terra. (p. 120).</p> <p>Ao cinematógrafo pode dar-se um destino útil aproveitando-o para educar e distrair as populações campesinas que, por meio dele, podem aprender os melhores cultivos, conhecer os maquinismos mais aperfeiçoados e mais novos, as indústrias mais rendosas, mostrando-lhes os lugares onde mais exploradas são. (p. 129).</p> <p>A ciência! Eu creio nela firmemente; e porque nela creio é que desejo a sua vulgarização e aplicação imediata querendo que a mulher a conheça e utilize para seu bem e para felicidade das gerações futuras. A ciência está chamando a mulher de todo o mundo a um alto destino! A mulher, a tradicional amiga da agricultura, deve estar pronta a atender ao apelo, mas estudando e conhecendo bem o seu próprio valor, compreendendo a missão que o destino lhe reserva e o que a sociedade lhe vem pedir! (p. 131).</p> <p>Hoje é assim! Portugal, ou por outra, a nação, o povo, a raça portuguesa, reconheceu-se a si própria, sabe o que vale e o que o inundo lhe deve e sorri com desprezo dos que lhe apontam os seus analfabetos como símbolo de incultura, quando incultura é supor que se é instruído só por saber ler. Saber ler é ter na mão um elemento de cultura e quando o povo português o necessita não lhe custa muito a adquiri-lo, esteja onde estiver, porque é uma das raças mais inteligentes do mundo. p.142).</p>

Fonte: Organização da autora.

A educação sempre figurou como uma das maiores preocupações da intelectual; acreditava que, através da instrução, a mulher conseguiria emancipar-se, educaria melhor seus filhos quando mãe, e se tornaria independente economicamente. Segundo Abrantes, a ideia da educação como um dos fatores da emancipação feminina foi defendida pelas primeiras feministas.

Desde o século XIX que a educação feminina se tornou a bandeira dos que defendiam os direitos da mulher, tanto no Brasil como em Portugal. As primeiras feministas defendiam a elevação da instrução das mulheres para que se tornassem melhores mães e pudessem sobreviver de uma atividade honesta em caso de necessidade, assim como, nos meios sociais mais elevados, os homens ilustrados encontrassem esposas mais cultas para serem suas companheiras no corpo e no espírito. (ABRANTES, 2010, p. n1).

Na obra *As mulheres portuguesas* (1905), Ana de Castro Osório a de reforça o pensamento vigente entre feministas da primeira onda, que vislumbravam na educação uma possibilidade de “libertação” da mulher, ou seja, educadas poderiam exercer profissões, prover seu próprio sustento e assim não se veriam reduzidas somente ao papel de mãe e esposa. “Ana Osório também defendia, em seus escritos, uma educação emancipatória para as mulheres, tanto nos livros destinados ao público adulto quanto ao público infantil”. (MAIA, 2017, p. 1.059).

O analfabetismo, que a intelectual nomeia com uma das maiores “vergonhas nacionais”, era uma das mazelas a serem urgentemente erradicadas. Educada, a mulher contribuiria para a modificação e modernização da sociedade. Relata-nos Esteves:

Enquanto defensora da igualdade dos sexos e da emancipação social e econômica da mulher, Ana de Castro Osório escreve sobre o seu papel na sociedade e a urgente necessidade de modificá-lo e dignificar, realçando sempre a componente educativa. Na sua opinião, o papel feminino não se reduz ao de mãe e de esposa. Para poder romper com as tradicionais dependências e tornar-se economicamente independente, a mulher necessita de uma educação e instrução adequadas e do acesso a todos os estudos em igualdade de circunstâncias com os rapazes. Além disso, a sua educação deve ser cuidada e merecer atenção privilegiada, devido à função da mulher como principal educadora e formadora das crianças. (ESTEVES, 2003, s/p.).

Para a intelectual, a educação, o preparo e a instrução para o trabalho devem ser o dote que coloque as mulheres ao abrigo de qualquer servidão.

Já no livro *Em tempo de guerra* (1918), escrito em pleno desenrolar da guerra, a intelectual conclama as mulheres para colaborarem no esforço de guerra; para ela a mulher tinha o “dever cívico” com seu país, assumindo a missão de mãe e educadora, o futuro na nação dependeria do esforço feminino.

Também nesta obra, denuncia o alto índice de analfabetismo do país, fazendo uma clara crítica ao sistema republicano, que tão fervorosamente ajudou a implantar e que passados quase dez anos de efetivação em muito pouco contribuiu para a melhoria da educação no país. Para Esteves (2003), o conflito mundial 1914-1918 marca uma ruptura no pensamento e na intervenção de Ana de Castro Osório, com seu progressivo afastamento do feminismo mais militante, passando a dedicar-se naquele período à defesa dos valores pátrios.

Imbuída dos valores patrióticos, a intelectual acreditava que, por meio das escolas agrícolas profissionalizantes e de um corpo de professoras rurais bem-orientadas e instruídas, seria possível tirar o povo da inércia em que se encontrava, educando-o e despertando-lhe novamente os sentimentos patrióticos capazes de conter a intensa emigração portuguesa.

Em *A grande aliança* (1924), o pensamento patriótico e nacionalista de Ana de Castro Osório já se encontra bem consolidado. Na obra enfatiza que a educação feminina é o fator propulsor de retorno à terra; para ela a mulher é o elemento fixador da raça, a responsável por manter vivas as tradições e o amor à pátria. “Para a escritora, o importante era a dedicação à Pátria, o orgulho da raça a que os portugueses pertenciam e o papel da mulher na sua defesa”. (ESTEVES, 2003, s/p.).

Segundo ela, a ciência e as tecnologias disponíveis à época deveriam ser utilizadas para a educação, divulgadas e assimiladas para o bem-estar das gerações futuras. Já o analfabetismo combatido e denunciado nas obras anteriores é “amenizado”; o orgulho da raça supera a falta de instrução, a raça lusa na necessidade aprenderá rapidamente, pois figura entre as mais inteligentes.



Quadro 2 – Trabalho

<b>Trabalho</b>		
<b>As mulheres portuguesas (1905)</b>	<b>Em tempo de guerra (1918)</b>	<b>A grande aliança (1924)</b>
<p>Mas esperamos serenamente, porque a mulher portuguesa há de chegar também sua vez de compreender que só no trabalho pode encontrar sua carta de alforria. Não no trabalho esmagador, exercido como castigo, mas no trabalho que enobrece o espírito, que dá o belo orgulho dos que contam consigo e nunca foram um peso para ninguém. (p. 21).</p> <p>E desde que se torne independente pelo seu próprio esforço, desde que saiba agenciar o pão que come, a casa que habita, os vestidos que veste, sem estar à espera do homem, fonte perene de todo dinheiro que hoje a sustenta – seja como pai, como marido ou irmão – a sua alforria está decretada. (p. 21).</p> <p>O homem tem culpa em não querer em não elevar a mulher, em não fazer dela a sua companheira de trabalho, lutas, em temer a ilustração da mãe de seus próprios filhos; o homem faz mal porque, rebaixando a mulher não se lembra de que se rebaixa a si próprio que nasceu dela e dos seus lábios escutou as primeiras lições da vida. Mas a mulher pode reagir, pode, pelo menos, mostrar desejo de progredir, de se igualar ao homem pelo trabalho e pela inteligência cultivada. (p. 44)</p> <p>Por igual trabalho, igual paga, tal deve ser o princípio fundamental do labor feminino. (p. 244).</p>	<p>É necessário produzir, é necessário criar riqueza e força, nos dizemos também; mas para que isso suceda é necessário que as mulheres portuguesas compreendam o momento histórico em que vivem e tenham a consciência de que seu trabalho, a sua inteligência e de sua ação individual depende a felicidade da pátria e sua própria felicidade. (p. 40).</p> <p>Portugal é talvez, o último país da Europa em que as mulheres compreenderam a necessidade absoluta de trabalhar para sua independência econômica, e está para ser o último em que os homens aceitam a colaboração laboriosa da mulher. (p. 42).</p> <p>É absolutamente urgente que a mulher portuguesa se convença de que trabalho individual e produtivo é já uma necessidade a que não podem fugir, seja qual for a sua posição social, porque a Pátria assim o exige, reclamando à sua defesa o sangue de seus filhos. (p. 56).</p> <p>E logo a seguir a resposta que se condensa numa palavra única que é o nosso bordão, que é o nosso credo, que é a nossa firme certeza de um futuro melhor e mais digno para a Pátria portuguesa: — Trabalhar! Trabalhar é, neste momento perturbado de crise mundial, a rigorosa obrigação de todos nós sem exclusão de sexo, sem desculpas de idade, sem privilégios de casta, de posição ou de fortuna. (p. 128-129).</p>	<p>Vou-me referir tão somente às pequenas indústrias regionais artísticas, porque é delas que há anos venho cuidando em missão oficial, e pelo voluntário e pessoal interesse que sempre lhes dediquei, como um dos mais seguros fatores do ressurgimento nacional pela tradição. (p. 138).</p> <p>Do que nós precisamos não é destruir, mas disciplinar e criar conforme tradição a aspiração do nosso povo o exige. Essa missão cabe à mulher da nossa terra, sempre que ela sabe cumprir a missão social que a raça lhe impõe, porque sua função é de enraizamento e continuidade trabalhista. (p. 197).</p> <p>E se o meu trabalho e o meu sacrifício puderam aumentar e satisfazer, pouco que fosse a alma da raça com isso me considero satisfeita. (p. 202).</p>
Fonte: Organização da autora.		

O trabalho, juntamente com a educação, é para Ana de Castro Osório, agente de progresso e emancipação do feminino. Para a intelectual, o trabalho era a “carta de alforria da mulher”, era preciso conscientizar a mulher da importância de viver do próprio labor e esforço.

Em *As mulheres portuguesas*, Ana faz um claro apelo às mulheres para que façam do trabalho e do estudo o meio de obterem liberdade, não fazendo do amor o ideal único de sua vida ou, tampouco, o seu único fim, seu estado civil deveria ser uma escolha não uma imposição.

Porém, em uma sociedade patriarcal como o era a portuguesa do início do século XX, o casamento era quase uma obrigação para as mulheres, uma forma de proteção e sustento mesmo para as mais abastadas. Talvez por isso, a intelectual exortasse as mulheres ao trabalho, a prover seu próprio sustento, libertar-se da dependência econômica de pais, irmãos e maridos. Relata Abrantes:

Ao defender a liberdade feminina de escolher seu estado social sem que isso significasse um fracasso na vida, especialmente no caso daquelas que escolhessem o estado de solteira, a escritora fazia uma crítica à mentalidade vigente de considerar o casamento como única carreira para assegurar o futuro da mulher. Entendia que desenvolver livremente as qualidades afetivas da mulher era deixar-lhe o pleno direito da escolha, o direito “sagrado de amar ou não amar”, de casar ou ficar solteira, sem que isso representasse uma vergonha ou um ridículo. Para isso, era necessário que houvesse a independência feminina pela educação e pelo trabalho, mostrando que a felicidade da mulher e sua utilidade na vida não estavam única e exclusivamente no casamento. (ABRANTES, 2010, p. 3).

Aos homens faz críticas por não incentivarem o trabalho da mulher, de temerem a concorrência. No entanto, descreve que cabe à mulher reagir, pois tem o direito de trabalhar e ser respeita no seu trabalho, de igualar-se ao homem tanto pelo trabalho como pela inteligência. Ainda ressalta que a mulher do povo sempre trabalhou, a necessidade de sobreviver a obriga, não reparando se os serviços são próprios ou apropriados ao seu sexo, no entanto recebiam os menores salários.

Para a autora o grande problema do trabalho feminino em Portugal está na mulher burguesa inclinada para futilidades e desestimulada para o trabalho e estudo. Ressalta Abrantes:

Desde o início do século, a crítica de Ana de Castro Osório era para as mulheres de camadas médias e altas, acusando-as de buscarem sua satisfação nas pequenas vaidades do luxo, não aspirando senão ao casamento, para ele se criando e “engalanando”, nele pondo a única esperança de suas vidas. (ABRANTES, 2010, p. 6).

Na obra *Em tempo de guerra*, Ana de Castro Osório adverte que a mulher deve compreender, naquele momento histórico (a guerra) que do seu trabalho e inteligência dependia a felicidade da pátria. A guerra exigia de todos trabalho, empenho e doação, independentemente de sexo, classe social ou mesmo idade. Segundo Natividade Monteiro,

Ana de Castro Osório, que não acreditava na paz perpétua e defendia o militarismo, via na guerra uma oportunidade para as mulheres mostrarem o valor e capacidades de gestão da vida familiar e social, intervir na economia, trabalhar em todas as atividades e participar nas decisões políticas do país. O exemplo do voluntarismo e empenho das mulheres dos países beligerantes, belgas, francesas, inglesas e russas, que trabalhavam no campo, nas fábricas, nos serviços e no apoio aos exércitos, chegavam a Portugal através da imprensa e serviam de incentivo para a mobilização das portuguesas. Todas acreditavam que trabalhando na frente interna em prol dos interesses da Pátria seriam recompensadas com a concessão de direitos de cidadania. (MONTEIRO, 2014, s/p.).

Durante a Primeira Guerra Mundial, em países como França e Inglaterra, as mulheres assumiram os postos de trabalho deixados pelos homens, quando estes partiram para as frentes de batalha; trabalharam na fabricação de armamentos, conduziram bondes e carros, trabalharam no comércio e aonde mais se fizesse necessário. Em Portugal esse “fenômeno” raramente aconteceu, na obra, Ana de Castro Osório expõe que, em Portugal, devido a costumes e preceitos arcaicos havia preconceitos ao trabalho feminino, pois o trabalho da mulher representa a igualdade de direitos entre os sexos.

Na obra expõe que, mesmo trazendo dores, destruição e morte, a guerra causada e feita pelos homens só a mulher vem beneficiar. A ideia da guerra como sendo uma oportunidade de conquistas de direitos para as mulheres, entre eles o trabalho e o voto, dominou os movimentos feministas nos países beligerantes. Segundo Thébaud:

As feministas pensam-se como uma elite feminina, “semeadoras de coragem” junto das mulheres, elas afirmam e propagam as justificações morais e políticas da guerra, já avançadas em vários lugares – em França, e em menor grau no Reino Unido, uma guerra do Direito contra a barbárie alemã. Por outro lado, elas comprometem-se ativamente em proveito das respectivas pátrias: contra o alcoolismo e a prostituição, pelas obras de guerra e mesmo por um recrutamento feminino. Ávidas de integração – a principal reivindicação antes da guerra era o acesso aos direitos políticos – elas consideram que a guerra lhes permitiu fazer prova das competências das mulheres e a obter a prazo novos direitos. (THÉBAUD, 2014, s/p.).

Ana foi uma das fundadoras da CMP, que, além de auxiliar os soldados portugueses promoveu e incentivou, através de suas comissões e subcomissões, o trabalho feminino, seja na criação dos cursos laicos de enfermagem, na fundação de escolas agrícolas femininas e nas casas de trabalho, onde as mulheres das camadas mais populares aprendiam diversos ofícios entre eles costura, bordado, etc. Relata-nos Monteiro:

A Cruzada fundou a Casa do Trabalho em Xabregas para ensinar uma profissão e dar trabalho às que pudessem e quisessem trabalhar. Também se substituiu ao Estado, atribuindo subsídios às mais desfavorecidas, aconselhando e ajudando na obtenção de pensões de sangue, legalizando casamentos e filhos ilegítimos, encaminhando outras para empregos previamente referenciados e sensibilizando entidades públicas e privadas para empregarem as mulheres dos combatentes. A Casa do Trabalho dedicava-se à confecção de roupa branca, costura, bordados, alpercataria, chapéus e outros adereços. Fornecia casas comerciais da Baixa de Lisboa e costurou toda a rouparia dos hospitais fundada pela Cruzada. Junto das oficinas criou-se a creche “O Viveiro” onde as mães podiam deixar os filhos pequenos. A educação, tão cara às feministas republicanas, fez parte do programa de ação da coletividade. Para as jovens raparigas, filhas dos mobilizados, fundou-se a Escola Profissional n.º 1, no Largo da Graça, e a Escola Agrícola Feminina no Posto de Alcobaça. As rendas e bordados tradicionais também foram incentivados através da criação de escolas em Setúbal, Viana do Castelo e Farminhão-Viseu. (MONTEIRO, 2014, s/p.).

A obra da CMP, em especial as ações que propiciaram trabalho e educação para as mulheres foram destacadas em diversas passagens do livro.

Já em *A grande aliança*, o trabalho feminino não encontra tanta ênfase como nas outras obras analisadas. O destaque é dado às pequenas indústrias regionais artísticas, como bordado, rendas, tapeçaria, etc. que vinham ganhando força à época em Portugal, por elas Ana menciona ter especial apreço e dedicação por acreditar ser uma forma de manter vivas as tradições lusas.

Mais uma vez coloca a mulher como protagonista na missão de engrandecimento e preservação da raça portuguesa, na fixação do homem à terra e no fortalecimento da agricultura que a autora acredita ser fator de progresso. O trabalho da mulher deve ser para o engrandecimento e elevação da pátria.

Quadro 3 – Patriotismo/nacionalismo

<b>Patriotismo/Nacionalismo</b>		
<b>As mulheres portuguesas (1905)</b>	<b>Em tempo de guerra (1918)</b>	<b>A grande aliança (1924)</b>
<p>Além dos cuidados, mais ou menos caseiros, deveria a mulher interessar-se pelas questões de civismo, como pelos vários problemas sociais, que também de perto e profundamente a tocam, não só na vida individual como na sua influência na família. (p. 67).</p> <p>É que hoje, desinteressadas por educação e por hábito das questões que tanto preocupam o espírito masculino, não pensam que todos os atos da vida nacional, em que os seus nomes entrassem, protestando pelo direito e pelo dever contra a injustiça, a força e a intriga política, seria uma afirmação dos seus sentimentos cívicos e a prova de que compreende as questões de que depende a felicidade da sua Pátria, o futuro honrado dos seus filhos. (p. 71).</p> <p>Vós, mães e educadoras, que tendes a vosso cargo pequenas almas em embrião a despertar para a luz, ensinai-lhes primeiro do que tudo a serem portuguesas (p. 77).</p> <p>Às mulheres compete conjurar o perigo que ameaça a sociedade de hoje, remediando quando possível, as suas injustiças. À mulher culta e ciente de sua nobre missão cabe o primeiro lugar na empresa de cuidar um pouco no futuro do país e na melhoria social, acumulando para o porvir a maior soma de alegrias na maior soma de deveres cumpridos. (p. 120).</p>	<p>Servir e engrandecer a Pátria que é nossa, que é nosso orgulho, a nossa força, a nossa mais bela afirmação individual. (p. 5).</p> <p>O que nos consola e nos orgulha é vermos, através da história do povo português, a mulher manter sempre com altivez e com nobreza o brio nacional. (p. 12).</p> <p>A mobilização, mais ou menos voluntária, do trabalho feminino, tem-se vindo a fazer duma forma lenta, mas progressiva, dentro do nosso país. Com vontade ou sem ela, forçados pela necessidade, todos chegam à compreensão nítida de que nesta hora suprema para a honra do Pátria ninguém é lícito negar o seu trabalho a causa da justiça e do dever. (p. 70)</p> <p>A Pátria reclama nesta hora o esforço moral e material de todos e não há ação que seja inútil ou mesquinha, se com ela se levantar a alma do soldado português e recompensar o sacrifício, que pelo futuro e grandeza da raça está realizando. (p. 84).</p>	<p>A mulher foi sempre e em todos os tempos o elemento fixador das raças, porque e ela que verdadeiramente representa a continuidade tradicional das Pátrias. (p. 42).</p> <p>Unidas pelos mesmos sentimentos, pela mesma origem pela língua e pelo mesmo ideal de grandeza e imposição da raça, é necessário que para o futuro a aliança das mulheres portuguesas e brasileiras seja profunda e indestrutível para o triunfo do nosso sangue, como a grandeza das nossas pátrias irmanadas. (p. 60).</p> <p>Diz-se que não há mulheres mais absorventes no seu nacionalismo do que são as brasileiras e as portuguesas. Assim é, e assim deve ser, porque assim o reclama o interesse de raça! (p. 69).</p> <p>Para nós todos lusíadas, o momento é sagrado! Estamos em face do mundo que não se lembra do que não deve e até por vezes que negar! Cada um de nós é um soldado para a luta de que o santo e a senha é apenas: Pela Pátria e pela Raça. (p.89).</p>
Fonte: Organização da autora		

Outra categoria recorrente nas obras analisadas foi o patriotismo e nacionalismo, com especial destaque em *A grande aliança*, onde a questão patriótica e a aliança cultural e econômica entre Brasil e Portugal são os temas-destaque da obra.

Segundo Gomes (2013), as causas a que a intelectual se dedica ao longo da vida são muitas e variadas, embora tenha mantido como constantes as ideias nacionalistas e

pedagógicas, tendo como público-alvo as mulheres e as crianças estivessem elas em Portugal ou no Brasil e com menor ênfase na África.

Na obra *As mulheres portuguesas*, a intelectual aconselha que, além dos cuidados com a casa e filhos, a mulher devia interessar-se pelas questões do civismo e pelos problemas sociais do País. Neste conselho, pode-se deduzir que Ana de Castro Osório estava chamando as mulheres à participação nos rumos políticos do País, a lutarem para seus direitos. “Em *As mulheres portuguesas*, a reflexão em torno da relação entre as mulheres e a política adquire relevo precisamente por abordar o modo como esse processo de conscientização deveria ser empreendido”. (ARÃO; SAMYN, 2014, p. 9). Para ela a participação na política seria uma forma de patriotismo.

Ana de Castro Osório ainda coloca que cabe à mulher ser a educadora de seus filhos, ensinar e inculcar neles os valores patrióticos, ensinar antes de tudo a serem “portugueses”.

No livro *Em tempo de guerra*, aborda o patriotismo/nacionalismo como uma necessidade, uma obrigação, pois a pátria, reclama o esforço de homens e mulheres. Pensamento recorrente nos mais diversos segmentos sociais, era considerar o conflito mundial de 1914 como “uma guerra de defesa patriótica, logo uma guerra justa; e, de qualquer modo, uma guerra inelutável”. (FERRO, 2014, p. 21). Todos os sacrifícios eram necessários para o futuro e a grandeza da raça portuguesa.

Para a intelectual, a mulher portuguesa nos mais diferentes contextos da história do País foi a responsável por manter firme o orgulho nacional e os valores pátrios. No momento histórico vivenciado pelo desenrolar da guerra, não era lícito a ninguém eximir-se de suas obrigações com a pátria. Segundo ela, a mobilização das mulheres portuguesas ainda se fazia lenta, mas progressiva.

Como relatado acima, o patriotismo e nacionalismo figuram entre os temas centrais da obra *A grande aliança*. No livro reafirma que mulher foi, ao longo da História, o elemento fixador das raças, sendo a responsável pela manutenção das tradições.

Para a intelectual, as ações nacionalistas e o idealismo português são benéficos e impõem-se aos povos que possuem a mesma raça. A guerra mostrou que as alianças raciais entre povos são necessárias; coloca que, no Brasil, o lusitanismo encontra uma natural aceitação. A grande aliança da raça lusitana estava lançada, cumpria aos povos realizá-la, pois, segundo Ana de Castro Osório, disto depende a grandeza e o futuro da pátria portuguesa.

Das análises pode-se inferir que a educação e o trabalho constituíam-se segundo ela, fatores primordiais para a emancipação e independência feminina. O nacionalismo e o patriotismo foram abordados pela autora como necessários para o engrandecimento e

progresso do País, tendo a mulher uma grande missão, a de manter vivas as tradições e o amor à pátria. Para Ana de Castro Osório, a participação na política é uma forma de patriotismo.

#### 4.2 O FEMINISMO NAS OBRAS DE ANA DE CASTRO OSÓRIO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Neste subtítulo é analisado como Ana de Castro Osório aborda, nas obras selecionadas, o feminino e questões de gênero e como essas abordagens da autora podem ser utilizadas no ensino de História. Como organizado no título anterior, utilizaremos quadros com excertos das obras, os quais se constituem como subsídio para as análises propostas.

## Quadro 4 – Feminismo

<b>FEMINISMO</b>		
<b>As mulheres portuguesas (1905)</b>	<b>Em tempo de guerra (1918)</b>	<b>A grande aliança (1924)</b>
<p>Feminismo é ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam consoante o temperamento, e de que a maioria das próprias mulheres coram [...] (p. 11).</p> <p>Voltando ao assunto dizia eu que está ganho a principal batalha do feminismo; efetivamente assim é desde que todos os homens, que se presam inteligentes, reconhecem a mulher como um ser quase autônomo, com direito a pensar, trabalhar e lutar pelo seu próprio ideal. Nós não temos mais do que expor idéias, e realizar pela prática as conquistas a que nos julgamos com direito. (p. 28).</p> <p>Acabar com os fenômenos, como os monstros femininos, julgar todos os indivíduos intelectualmente sem distinção de sexo, aptos igualmente a estudar e progredir pelo trabalho, foi sem dúvida o passo definitivo para a libertação feminina. (p. 18).</p> <p>Porque ser feminista não é querer as mulheres umas insexuais (sic), umas masculinas de caricatura, como alguns cuidam; mas sim deseja-las criaturas de inteligência e de razão educadas útil e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependência para a dignidade humana. (p. 24).</p> <p>Educar a mulher – eis o problema máximo a desenvolver e pôr em prática. A isso que chamamos feminismo, que não é por gravatas e colarinhos de homem, que se podem usar como prova de simplicidade ou de extravagância, mas nunca como afirmação de opiniões. (p. 45-46).</p>	<p>Mas é precisamente neste momento em que a consciência humana se encontra perturbada por uma crise que é já impotente para dominar que nós, mulheres, temos o dever de preparar o futuro, com mais justiça do que os homens preparam o presente. (p. 10).</p> <p>Neste momento, as mulheres portuguesas sem mais se preocuparem com as mesquinhas questões partidárias, fraternizam imediatamente, pondo acima de todos os outros sentimentos, o sacratíssimo da pátria. (p. 13).</p> <p>Mas a par deste movimento feminino da última hora, tão impetuoso e tão simpático, daquelas que não tem os encargos materiais da vida, há paralelamente outro, que precisamos estudar daquelas que não podem viver sem trabalhar para seu próprio sustento e são a maioria sofredora que é necessário amparar e levar a bom caminho. (p. 23).</p> <p>As grandes dirigentes da opinião feminista quase não têm que defender teorias, bastando-lhes somente orientar e disciplinar os acontecimentos de modo a que não volte a injusta subalternização feminina, passado este enorme sobressalto da vida coletiva. (p. 46).</p> <p>O admirável movimento feminino, obedecendo inconscientemente, na sua maioria, à grande lei progressiva que empurra a humanidade para um destino superior, faz-se sentir em todo o mundo como reflexo da própria guerra, que a todos os povos interessa. (p. 70).</p>	<p>E se muitos são os nomes femininos que em Portugal desde a grande mulher que foi Nísia Floresta Augusta, a primeira mulher que na América escreveu sobre os direitos femininos! – Foi, pois, brasileira a primeira feminista é Julia Lopes de Almeida, quantas mulheres a ilustrar. Neste momento em que vem de se realizar no Rio de Janeiro o primeiro congresso feminino, que tem por fim estudar o levantamento e progresso moral da mulher, tendo como delegada Norte-Americana a leader do movimento nos Estados- Unidos e representantes da Argentina de todas as repúblicas da América do Sul, é de justiça lembrar o nome de Berta Lutz, a serena e presidente propagandista que votou a sua bonita mocidade ao trabalho e causa feminista! (p. 57).</p> <p>Esperamos com toda confiança, que do movimento feminino que está se pronunciando no Brasil, levante a mulher para um novo capo de ação e de trabalho e resulte o máximo progresso deste país, que será o mais admirado e o mais culto da América Latina, se a mulher o quiser, continuando a vencer a luta em que se empenhou pelo progresso e levante moral. (p. 59).</p> <p>A falsamente chamada questão feminista, que mais não é senão parte da grande questão social que tão mal compreendida e desvirtuada tem sido, é apenas a aspiração da mulher para tomar o seu lugar que a pouco lhe foi roubado, nas sociedades egoístas em que a força subverteu o direito. (p.120).</p>
Fonte: Organização da autora		



Como posto anteriormente, a situação de precariedade em que se encontrava a mulher portuguesa de fins do século XIX e começo do XX, sem direitos à participação política, “infantilizada” pelo Código Civil vigente, e majoritariamente analfabeta fez emergir Ana de Castro Osório, feminista, que lutou intensamente pela educação e pelo trabalho, como forma de mulher alcançar a igualdade de direitos, emancipação e independência econômica. Participou de vários movimentos em prol do feminismo, os quais já foram apresentados ao longo deste trabalho. Segundo Esteves,

a bandeira feminista ganhou raízes nos saraus literários realizados em Setúbal e assumiu vários cambiantes, consoante o associativismo em que militava, já que por Ana de Castro Osório perpassaram vários feminismos, sequencial ou simultaneamente, todos de natureza moderada, quer quanto às formas de luta, quer quanto à valorização dos papéis de mãe e de esposa nas tradicionais responsabilidades no lar e educação dos filhos. Subjacente a cada um, estava a denúncia das desigualdades com que eram tratados os dois sexos, rebaixando a mulher, e a vontade de inverter a situação. (ESTEVES, 2014, p. 45).

A obra *As mulheres portuguesas* escrita por Ana de Castro Osório, em 1905, pode ser considerada por muitos estudiosos um marco para o movimento feminista português. Nela, a intelectual faz um apelo às mulheres para que tomem consciência da condição de submissão e inferioridade que se encontravam perante as leis e as normas sociais vigentes.

Menciona em umas das definições sobre feminismo que, em Portugal, o mesmo é uma palavra que causa risos e indignação entre os homens e grande parte das mulheres ainda cora; essa colocação é uma nítida referência à sociedade patriarcal em que vivia e à pouca adesão das mulheres à causa feminista. Para a autora, as reivindicações do feminismo estariam ganhas se todos os homens, que se julgavam inteligentes reconhecessem a importância do movimento e a mulher como detentora de direitos.

Segundo ela, era necessário acabar com os “fenômenos e monstros femininos”, julgar todos os indivíduos capazes, ou seja, desmitificar a suposta fragilidade biológica e incapacidade intelectual da mulher. Para a autora desmitificar esse pensamento é o passo definitivo para a emancipação feminina.

O estereótipo das feministas, como mulheres masculinizadas e insexuais, é combatido pela autora que refere que ser feminista é querer a mulher educada, útil e livre de qualquer dependência. Segundo Esteves, Ana de Castro Osório procurava referir que o feminismo não era uma doutrina exclusivamente para as mulheres.

Procurava-se realçar que o feminismo não constituía uma doutrina limitada ao sexo feminino, mas que envolvia o futuro de toda a Humanidade, ao repudiar a superioridade de um sexo sobre o outro, qualquer que ele fosse, e ao defender o entendimento e a cooperação entre ambos, baseados na igualdade de direitos. Havia

a preocupação em refutar a ideia, generalizada, de que se desejava trocar o poderio do homem pelo da mulher, lembrando que o que se pretendia com o feminismo era, muito simplesmente, atribuir à mulher o lugar que lhe é devido na sociedade, colaborando com o homem, considerado, socialmente, um igual e nunca um adversário. (ESTEVEVES, 2014, p. 54-55).

Para Ana de Castro Osório, educar a mulher, promover a igualdade de direitos entre os sexos e oportunizar trabalho eram as grandes batalhas a serem vencidas, as razões de luta do feminismo no início do século XX.

O feminismo apresentado por ela, na obra *Em tempo de guerra* já apresenta um viés mais nacionalista e patriótico e menos militante. Coloca que se fazia necessário esquecer as questões partidárias, monarquistas ou republicanas; as mulheres deveriam unir forças pelo bem do País. Segundo a autora a mulher deveria preparar o futuro com mais justiça, do que os homens fazem no presente, e mobilizando-se em prol dos esforços de guerra era a oportunidade de a mulher mostrar todas as suas potencialidades. “As feministas participam neste entusiasmo pelo serviço e suspendem as suas reivindicações para cumprir, melhor do que as outras, os seus deveres de mulher e mostrar tudo aquilo que são capazes”. (THÉBAUD, 1995, p. 37).

Se, em diversos países europeus, a palavra de ordem entre as feministas era servir aos interesses da pátria, em Portugal não foi diferente. A Comissão Feminina “Pela Pátria” e da Cruzada das Mulheres Portuguesas (Republicanas) e a Assistência às Vítimas da Guerra (Monárquicas e Católicas) foram algumas das associações e agremiações femininas criadas para essa finalidade. “A guerra tinha-se tornado na grande questão nacional, não havendo lugar para reivindicações quando era a própria pátria que estava ameaçada”. (ESTEVEVES, 2003).

Assegurava que a guerra trouxera a oportunidade às feministas de colocarem em prática a teoria, bastando para isso disciplinar os acontecimentos, de modo que a injusta subalternização em que vivia a mulher não voltasse a acontecer quando findo o conflito, ou seja, era necessário conservar os “poucos progressos” conquistados, como a maior participação feminina na vida pública, seja através das associações e agremiações, no trabalho substituindo o homem em diversos setores ou no acesso à educação e profissionalização, com os cursos de Enfermagem, em escolas profissionalizantes agrícolas, etc.

No livro *A grande aliança*, Ana de Castro Osório já mostra um feminismo mais moderado e voltado às questões nacionais, sendo a mulher o elemento fundamental para a preservação das tradições e do orgulho de pertencer à raça lusa.

Segundo Esteves (2014), na década 1920, Ana de Castro Osório adota atitude de grande moderação e ponderação, declarando que deixava às outras o papel glorioso e ruidoso dos protestos nas ruas e nos comícios. Mesmo adotando uma postura mais reservada, não deixou de influenciar e contribuir para o intercâmbio do feminismo português, mantendo contatos e correspondendo-se com feministas de diversos países, intercâmbio este que pode ser percebido em trechos da obra onde a intelectual afirma que, se em Portugal são muitos os nomes de feministas a destacar, não menos são os que no Brasil lutam pela causa feminista e representam honra à raça e orgulho para a Pátria, destacando o nome de Nísia Floresta e Julia Lopes de Almeida.

Menciona ainda a realização do Primeiro Congresso Feminista na Cidade do Rio de Janeiro, e lembra que Bertha Lutz, uma das organizadoras do evento, sendo um exemplo de luta e dedicação à causa feminista. É necessário ressaltar que Bertha Lutz e Julia Almeida faziam parte do círculo de amigas de Ana de Castro Osório, mantendo com as mesmas uma profícua troca de correspondência.

Mesmo apresentando um perfil mais moderado, Ana não deixou de criticar os equívocos envolvendo o feminismo. Para a intelectual, o movimento ainda era muito malcompreendido e desvirtuado, colocava que o feminismo é uma aspiração da mulher que deseja tão somente tomar o lugar que lhe foi roubado em sociedades egoístas, onde a força se impôs sobre o direito.

O feminismo representava para a intelectual a possibilidade de a mulher lutar por seus direitos, participar da vida pública e modificar o meio social no qual vivia, inserindo-se nele como um ser pensante e útil, livre de qualquer dependência.

Quadro 5 – Questões de gênero

Questões de gênero		
As mulheres portuguesas (1905)	Em tempo de guerra (1918)	A grande aliança (1924)
<p>E digo que supõe, porque está provado pela ciência que intelectualmente não há sexos privilegiados, mas unicamente indivíduos e, quando muitas raças. Foram os sábios que desmentiram esse grosseiro e velho erro de que o cérebro feminino é menos pesado e consequentemente inferior ao do homem. (p. 15).</p> <p>Assim como homem pode ser professor, jornalista, sábio, artista [...] sem que ninguém lhe pergunte pela certidão de matrimônio [...] não vejo inconveniente a que a mulher procure a sua colocação, tenha seu curso científico, estude, trabalhe para si e seu futuro [...], sem se lhe inquirir do seu estado. (p. 32).</p> <p>Entendo que os seres humanos que pertencem ao sexo feminino, não deve ser coagido pela educação, nem pelos costumes, nem pelos pais – quem tem a mania de talhar muito discricionariamente o futuro dos filhos – a ver no casamento um fim, um ideal completo e único, quase uma obrigação. (p. 32).</p> <p>O espírito da mulher não tem atributos próprios, como a sua inteligência e as suas aptidões não podem ser limitadas autoritariamente, circunscritas a certo e inultrapassável perímetro. (p. 64).</p>	<p>Seja qual for o seu nome, a sua obra, o seu talento, se oficialmente forem nomeadas para empregos públicos não de ser sempre em lugares subalternos, ridiculamente pagos, em que só fazem bom serviço àqueles que nasceram para executar e não para pensar autonomamente. (p. 43).</p> <p>Se há falta de pessoal atrasa se o serviço, ou os homens acumulam lugares, pode dispensar o trabalho, mas empregar mulheres em igualdade de circunstâncias econômicas não se faz, não pode ser porque é contra os preceitos da galanteria postíça da nossa boa gente, a quem repugna ver a mulher trabalhar quando o seu trabalho representa igualdade de direitos. (p. 43).</p> <p>Quando o destino, sob a forma brutal da guerra, chamou a mulher à compreensão da igualdade de direitos perante a igualdade do perigo e do sofrimento, nós vimos com tristeza, como em Portugal ora inferior a educação pratica do nosso sexo o como o preconceito feminino encara, com certo desdém, as poucas que se apresentam prontas para trabalhar, desconfiando contrariando a sua ação, em vez de a acolher com entusiasmo e simpatia. Que seja nas altas classes, que seja no povo, só por exceção a mulher portuguesa estava preparada para aguentar com energia e calma um tremendo combate como este. (p. 137).</p>	<p>A mulher na sua fundamental função materna tem em si própria o verdadeiro sentido da palavra nacionalismo, que veio alargando progressivamente através da família, de civilização em civilização, desde o limite estreito da sua primitiva caverna. (p. 43).</p> <p>À mulher brasileira cabe o papel de fixadora e continuadora dessas qualidades, estando-lhe reservado o papel de companheira dos homens que não de fazer a penetração intensa do solo para que o Brasil seja a verdadeira terra prometida da humanidade de amanhã. (p.70).</p> <p>À mulher compete a missão de ligar a terra o coração dos homens! E que a mulher, mais do que as do nosso país e a do Brasil, filho da nossa expansão civilizadora merecerá ser chamada a consciência desse grande papel social, ela que tanto fez no passado para auxiliar o enorme esforço da raça? (p. 132).</p>
Fonte: Organização da autora		

Faz-se necessário ressaltar que a intelectual não menciona ou se refere às questões de gênero como hoje conhecemos, estudamos e discutimos. Porém, antecipa essas discussões quando expõe e denuncia, em suas obras, as diferenciações, os preconceitos, as desigualdades

e os papéis sociais construídos para homens e mulheres, tendo como premissa seu sexo biológico. Para Colling e Thedeschi:

Gênero tem sido utilizado para teorizar a diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual. Falar de gênero em vez de sexo, indica que a condição das mulheres e dos homens não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, uma engenharia social e política. Ser homem/mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. (COLLING; TEDESCHI, 2015, p .299).

Na obra *As mulheres portuguesas*, Ana de Castro Osório questiona essa construção e a organização social, quando diz que está provado que não existe superioridade intelectual entre os sexos, o cérebro da mulher é menos pesado que o do homem, pois corresponde harmonicamente ao tamanho de seu corpo, que via de regra é menor que o corpo masculino, foi a ciência fonte de justiça e libertação que desmentiu esse equívoco.

Neste trecho podemos inferir que para a autora a suposta limitação da inteligência feminina não estava relacionada a fatores biológicos, mas sim em construções sociais e culturais, que serviriam de barreiras e impedimentos para que a mulher fosse desestimulada a estudar e trabalhar, se resignasse ao privado, aos cuidados com a casa, os filhos e o esposo. Segundo Colling e Tedeschi,

até o final do século XIX afirmava-se seriamente que o cérebro das mulheres não estava adaptado a estudos superiores, o que serviu de pretexto para vetar o ensino a elas, que tiveram de batalhar arduamente para ter acesso a todas as carreiras de ensino e profissão. Exigia-se delas que desempenhassem bem suas funções de reprodutoras e de amparo afetivo na criação dos filhos. A ocupação de seu tempo ocioso deveria ser também em funções mecânicas como bordar, tocar piano e costurar. Elucubrações teóricas eram para os homens. “O homem pensa e a mulher sente”, foi um ditado que correu de boca em boca durante séculos. (COLLING; TEDESCHI, 2015, p. 307).

Segundo Ana de Castro Osório, não há inconvenientes à mulher procurar uma colocação, estudar, trabalhar para si e construir seu futuro. Poderá exercer tanto como o homem a profissão de jornalista, professor, artista, etc. As mulheres não devem ser coagidas pelos costumes, por conversas e pelos próprios pais, que veem no casamento um fim, ideal único, quase uma obrigação. Percebe-se, nesta colocação da intelectual, um apelo às mulheres para romperem com certas naturalizações e divisões estabelecidas para ambos os sexos. A esse respeito nos fala Bourdieu:

A divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes

são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e ação. [...]. Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. (BOURDIEU, 2011, p. 17).

Coloca que não existe atributos próprios para o espírito da mulher, ou seja, “uma essência feminina”, sua inteligência e suas aptidões não devem ser limitadas. Pode-se concluir que para a intelectual a condição biológica não deve ser utilizada para imposições de padrões e comportamentos. Colling enfatiza:

A mulher, como o homem, é algo produzido e não pode indagar ao fundo de si para resgatar uma essência. Não existe a verdadeira mulher, pois “verdadeira” e “mulher” são conceitos criados, portanto, aparências, superfícies, produções. Sob os conceitos, não há nada que possa ser chamado mulher, mas somente relações de poder e de hierarquia socialmente construídas. (COLLING, 2000, p. 16).

Na obra *Em tempo de guerra*, novamente questiona as desigualdades impostas às mulheres. Segundo ela, independentemente de seu talento e obra, quando nomeadas para os empregos públicos, as mulheres ocuparão sempre cargos subalternos e malpagos, pois a sociedade convencionou que seu trabalho exigiria somente prática e não o intelecto.

Para a intelectual, era necessário aproveitar o trabalho da mulher, a necessidade do momento (a guerra) assim o exigia, porém ainda havia preconceito e má-vontade, em relação ao trabalho feminino, pois este representava igualdade de direitos. Em outros países, as mulheres ocuparam cargos e empregos em diversos setores, deixados pelos homens, em função da guerra, porém em Portugal romper a visão androcêntrica estabelecida não foi tarefa fácil. Relata Bourdieu:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2011, p. 18).

Para Ana de Castro Osório, a guerra apresentava às mulheres a oportunidade de igualdade de direitos; no entanto, pela educação precária que recebiam, as ações das poucas que se apresentavam para o esforço de guerra, em prol da pátria, eram incompreendidas e

vistas com preconceito pelas próprias mulheres. O preconceito e a incompreensão demonstrados podem ser o reflexo da condição de subordinação em que vivia a mulher portuguesa. Para Colling:

A naturalidade da discriminação internaliza-se, tornando-se difícil para a própria mulher romper com essa imagem de desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina. (COLLING, 2000, p. 16).

Se nas obras anteriores, Ana de Castro Osório expõe as diferenciações e desigualdades entre sexos, em *A grande aliança*, a intelectual apresenta uma postura mais moderada, por vezes, contraditória aos ideais defendidos. “O ideário mais intrinsecamente conservador revela-se na produção literária, a mais genuína das criações porque não filtrada por interesses políticos momentâneos e datados, onde acaba por ter opiniões contraditórias com as que sustentou enquanto feminista e educadora”. (ESTEVES, 2014, p. 61).

Na obra a intelectual coloca que a mulher, em sua fundamental função materna, tinha em si mesma o sentido de nacionalismo, que veio se alargando através da família, por civilizações, desde os mais remotos tempos. Entende-se nesta colocação da autora que o nacionalismo seria o cuidado, o amor à pátria e que a mulher o teria intrínseco em si, pois, desde os tempos das cavernas, sua principal função seria o cuidado, o zelo, etc.

Ressalta que à mulher brasileira estaria reservado o papel de companheira dos homens, que farão do Brasil a verdadeira terra prometida no futuro. Cumprindo a mulher a missão de ligar o coração do homem à terra, a agricultura, fonte de progresso, devendo ter a consciência desse importante papel social.

Defensora nas outras obras analisadas, de uma maior autonomia e emancipação para as mulheres, em *A grande aliança*, Ana de Castro Osório coloca o nacionalismo e o bem da pátria como temas centrais da obra.

Com a análise das obras, podem ser percebidos os diferentes “matizes” do pensamento de Ana de Castro Osório, apresentando um feminismo mais militante e combativo em *As mulheres portuguesas*, tecendo uma dura crítica aos costumes e à sociedade, denunciando a miséria e precariedade em que vivia uma grande parcela da população, os altíssimos índices de analfabetismo e a desigualdade imposta nos códigos de lei, nos quais a mulher era tida como uma minorizada, sempre à mercê da tutela e dos cuidados de alguém do sexo masculino.

Ainda nesta obra faz uma análise dos códigos de lei, traçando um paralelo de como a lei se aplicava ao homem e como a lei se aplicava à mulher em Portugal, realçando nesse paralelo o quanto o tratamento dado às mulheres era desigual e abusivo. O trecho abaixo ilustra

É proibido a investigação da paternidade ilegítima – diz o artigo 13º –Salvo em casos que entram francamente nos crimes punidos pelo código penal – É permitida a investigação da maternidade – diz a seguir o artigo 131.E fica-se a gente a pensar: – que sociedade que justiça, que lei é esta, que tira aos homens os deveres e toda a responsabilidade, em todo os deveres e toda a responsabilidade, em atos de que, se não e toda a sua reponsabilidade, em atos de que , se não é o maior culpado, é, pelo menos, tão culpado como a mulher. (OSÓRIO, 1905, p. 233).

Já nas obras *Em tempo de guerra* e *A grande aliança*, Ana de Castro Osório apresenta um feminismo de cariz mais moderado, voltado às questões nacionais, porém mulheres e crianças sempre estiveram no centro de suas atenções. A educação e o trabalho, como fatores de emancipação feminina e, conseqüentemente, progresso à sociedade, são abordados em todas as obras analisadas. Segundo a intelectual, os homens devem colaborar para a instrução e emancipação da mulher, não devem temer a concorrência, pois a mulher não quer tomar o lugar deles, quer igualdade de direitos e reconhecimento como indivíduo capaz e produtivo. “Mas os homens, que tanto tem desdenhado as justas pretensões femininas, tem de reconhecer forçosamente que cooperação da mulher é preciosa e que ela é tanto mais útil quanto mais consciente e mais independente é quem a dá”. (OSÓRIO, 1918, p. 10).

Cabia à mulher ser a “protagonista” de sua própria existência, ter a consciência de seu alto dever cívico, sendo a educadora de seus filhos e das gerações futuras, a companheira do homem moderno. “O maior erro do homem é, a meu ver, estar convencido de que a mulher nasce e existe só para seu prazer e encanto. A mulher, como o homem, nasce para si mesma”. (OSÓRIO, 1905, p. 32-33). A mulher, assim como o homem, poderá exercer diversas profissões, pois a ciência e os sábios já desmentiram que não existe superioridade intelectual entre os sexos. Essas são algumas das abordagens feministas de Ana de Castro Osório; poder-se-ia explorar muito mais a riqueza e complexidade de seu pensamento, no entanto, o objetivo é realizar uma análise mais pontual.

Como já ressaltado, Ana de Castro Osório, foi figura polêmica, muitas vezes contraditória. “[...] impõe-se por si própria, por um real valor intelectual, manifestando sempre uma enorme vontade de intervenção” (ESTEVES, 2003); sempre defendendo com firmeza e convicção seus pensamentos e ideias, transitou em vários feminismos, do militante ao nacionalista conservador. No final da vida, desiludida com os rumos políticos do País,



retira-se da vida pública e do movimento feminista, dedicando-se com maior empenho à literatura, principalmente a direcionada ao público infantil. No entanto, seu legado feminista e literário é incontestável. Segundo Esteves:

No entanto, se Ana de Castro Osório continua a ser um símbolo das feministas e do feminismo português é porque não foi esta faceta do seu pensamento, exteriorizada na fase final da sua vida através da construção de personagens de discutível densidade psicológica e estando, inclusivamente, de acordo com a própria evolução política do país, que perdurou no tempo e serviu de bandeira às vindouras. Se a relevância literária de Ana de Castro Osório continua a ser questionável, já o impacto que produziu na vida cultural portuguesa de então não é passível de ser ignorado ou menosprezado, com dezenas de obras publicadas que conheceram inúmeras edições e dezenas de milhares de exemplares vendidos e distribuídos. (ESTEVEVES, 2014, p. 62).

A mediação cultural esteve sempre presente na sua trajetória intelectual, seja através de seus livros, seja na participação política e nos movimentos em prol do feminismo, procurando intervir para a modificação da realidade social na qual estava inserida. Para Gomes:

O fato é que sempre, apesar da atividade de mediação cultural ser considerada indispensável e incontornável, em qualquer sociedade – a educação talvez seja sua melhor expressão –, com frequência o intelectual mediador a que ela dedica tempo, esforços e tem sempre um projeto político-cultural. (GOMES, 2016, p. 16).

Dedicou-se a vários projetos político-culturais, dentre eles podem ser citados: o projeto *Para Crianças*, coletânea de livros infantil (18 volumes ao total), escritos e editados pela intelectual que também era proprietária da Livraria Editora *Para Crianças*, que tinha, em “tal coleção, uma iniciativa pioneira, reunia histórias maravilhosas e contos da tradição portuguesa. Tais livros foram editados às suas custas, e ela, além de vendê-los, distribui exemplares gratuitamente em escolas e outras instituições”. (GOMES, 2013, p. 3). Além do projeto literário, pode-se também destacar o político – A Cruzada das Mulheres Portuguesas, agremiação patriótica fundada, durante o período da guerra (1914-1918), por ela e outras mulheres de destaque do meio social português, que em muito contribuiu para a emancipação feminina, através da educação e profissionalização das mulheres.

Seu feminismo, acredita-se mesmo moderado, foi um feminismo de conscientização, para ela; educadas e instruídas, as mulheres tomariam ciência da condição de subalternização e desigualdade que a sociedade lhes impunha. Suas ideias ultrapassaram Portugal, influenciaram mulheres em diversos países, como Brasil, França, Espanha e em menor proporção as colônias portuguesas na África. Colabora com artigos em diversas jornais, mantém relações de amizade e corresponde-se com feministas de diversas nacionalidades; no

Brasil estreita laços de amizade com Bertha Lutz, um dos pilares do feminismo brasileiro. Suas ideias e pensamentos, portanto, são transnacionais.

Ao contextualizar em suas obras a situação cultural, social e econômica da mulher de seu país, contribui para tirar do “silenciosamente” e das sombras a participação feminina nos processos históricos. “Incluir as mulheres no processo histórico e no ensino de história, não significa apenas incluir a metade da humanidade, mas democratizar a história”. (COLLING; TECHESCHI, 2015, p. 295). Mesmo escritas há mais de cem anos, as abordagens, ideias e os pensamentos nelas descritos, acredita-se, podem ser considerados atemporais. O excerto abaixo pode ratificar. Segundo Osório,

nas mãos de um doido ou de um perverso, porém, o que poderá ser a vida de uma mulher que se volta para a lei e a lei manda-lhe simplesmente e implacavelmente: Que obedeça! Que se volta para a sociedade, que lhe ordena hipocritamente: disfarce e submissão! Que se volta a família, e essa própria, temendo o escândalo, a violação das conveniências sociais, lhe aconselha: que se resigne! (OSÓRIO, 1905, p. 23).

Pode-se fazer um paralelo do excerto acima com os casos de violência contra a mulher, que crescem assustadoramente dia a dia. As leis e órgãos competentes ainda não dão o suporte necessário para sanar este problema e proteger a quem a eles recorrem; por conveniência a sociedade prefere esconder ou disfarçar o problema e a família, por receio de infringir os padrões obsoletos de moralidade, impostos por nossa sociedade, pede à mulher que se resigne e cale. Aliás, passividade, resignação e submissão, por mais absurdo que possa parecer, são “qualidades” esperadas de uma mulher na contemporaneidade desconexa que estamos vivenciando no País.

Por isso, trabalhar as questões do feminismo e gênero é necessário no ensino de História, para entendermos que a cultura e o social nos moldam, nos incutem padrões que ficam tão arraigados em nossa personalidade e nos modos de ver e sentir o mundo, que muitas vezes os tomamos como naturais e verdades absolutas. Desta forma, convém que as questões de gênero sejam cada vez mais abordadas e discutidas, principalmente, nas instituições de ensino, para assim formarmos cidadãos(as) mais politizados(as), conscientes e sem preconceitos. Desta forma, e pelo exposto e discutido ao longo deste trabalho, acredita-se que as obras e a trajetória da intelectual Ana de Castro Osório podem constituir-se uma nova fonte para se trabalhar questões do feminismo e gênero no ensino de História.

#### 4.3 A OBRA DE ANA DE CASTRO OSÓRIO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA

Neste subtítulo, apresentam-se os relatos da experiência do curso de Extensão, que se constituiu como proposta de produto. O curso foi intitulado **A obra de Ana de Castro Osório, como uma ferramenta para o estudo do feminismo, gênero e ensino de História**. A ideia de realizar um curso de Extensão para professores e alunos de graduação em História e demais licenciaturas, com a temática feminismo e estudos de gênero, vem de longa data, desde a graduação. Durante os cinco anos na graduação, somente em uma cadeira eletiva (não obrigatória), houve a oportunidade de ter contato com a temática de gênero e feminismo; nas demais disciplinas os temas passaram em branco.

Apesar da vasta produção sobre os estudos de gênero, nos currículos escolares e acadêmicos, a temática do feminismo e de gênero não encontra grande destaque ou mesmo alguma abordagem. É preciso lembrar que a escola educa para as relações de gênero, consciente ou inconscientemente, quando normatiza e disciplina comportamento para ambos os sexos. Assim, pensar e discutir essas temáticas é urgente, conforme Colling:

No campo da educação, a problemática de gênero não se reduz mais às questões de acesso ao ensino e ao desempenho escolar, batalhas que já foram travadas e estão sendo superadas. A questão mais séria é que a história da desigualdade entre os gêneros, marcada pelos discursos que foram considerados verdadeiros, mediante relações de saber e poder, historicamente foi aceita sem indagações pela escola, lugar por excelência da marcação sexual. Por outro lado, é lá na escola, que poderá ter início a construção da equidade de gênero e de relações sociais mais igualitárias. (COLLING, 2015, p. 37).

O objetivo geral do curso foi promover o conhecimento sobre o movimento feminista e os estudos de gêneros, utilizando, como fonte para discutir essas questões, a obra e ideias de Ana de Castro Osório. Pretendeu-se desta forma embasar teórica e metodologicamente professores e futuros professores, contribuindo para que essas categorias sejam utilizadas e incorporadas na prática docente. “Sensibilizar e embasar teórica e metodologicamente as(os) professoras(es) durante seu percurso de formação inicial e durante sua vida profissional se faz fundamental para o desenvolvimento de práticas que não tolerem discriminações e desigualdades na escola”. (AZEVEDO, 2016, p. 13).

Como objetivos específicos, o curso propôs: (a) identificar o movimento feminista: principais fases e conquistas, e explicar o movimento na atualidade; (b) traçar um panorama sobre os estudos de gênero (conceitos, principais estudiosos e pesquisadores, etc.); (c) discutir a participação de Ana de Castro Osório em movimentos em prol do feminismo e como as questões de gênero estão presentes em suas obras; (d) discutir a inserção da temática de

gênero no ensino de História e das demais disciplinas; e (e) divulgar ferramentas (*sites*, portais, periódicos, vídeos, etc.), a fim de contribuir com a preparação de propostas de ensino com a temática de gênero.

O curso teve uma carga horária de 20 horas-aulas (com certificado emitido aos participantes pelo Setor de Extensão-UCS), sendo três encontros presenciais que ocorreram nos dias 13.4.2019, 27.4.2019 e 4.5.2019 (com duração de 4 horas-aula) e atividades a distância (8 horas-aula) nos dias 11.5.2019 e 18.5.2019. Os encontros presenciais ocorreram no bloco E (sala 203), na Universidade de Caxias do Sul.

Com o intuito de servir como ferramenta didática, construiu-se uma página *wiki*, que recebeu o título “Ana de Castro Osório: Feminismo e Mediação Cultural”. A ideia de construir a página surgiu quando cursava uma das disciplinas do mestrado, Cultura Digital- Usos Pedagógicos e Produção de Material Didático, ministrada pela Profa. Dra. Eliana Rela. Nesta disciplina houve o primeiro contato com esta ferramenta tão interessante, sendo que criação e organização da página deram-se durante as aulas da disciplina e, no decorrer do mestrado, foi sendo aperfeiçoada, seja selecionando, seja criando os conteúdos e as sugestões de atividades que nela se encontram disponíveis

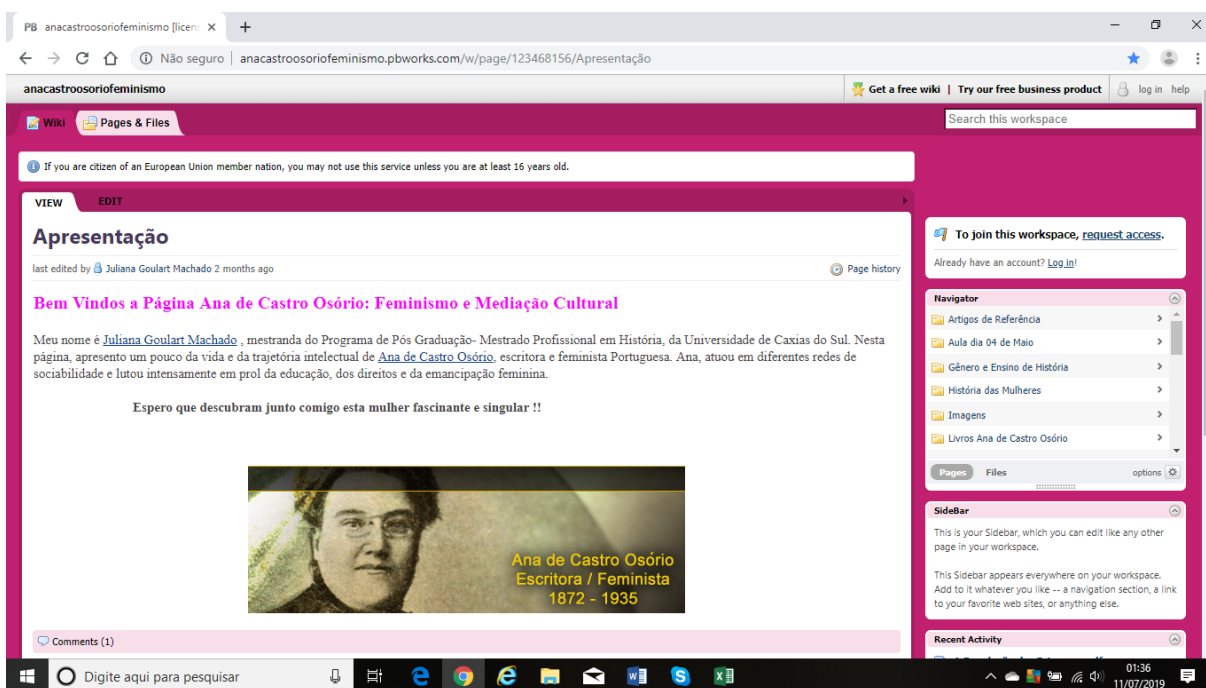
A página serviu de ambiente virtual de aprendizagem durante o curso; todos os participantes tiveram permissão de acesso como editores, podendo acessar todos os conteúdos e materiais disponíveis, bem como contribuir com novos materiais.

Na construção da página, organizaram-se pastas por temática, para facilitar o acesso aos participantes do curso. São elas: Artigos de referência (nesta pasta estão alguns sobre a vida e obra de Ana de Castro Osório), Gênero e ensino de História (artigos e uma coleção didática portuguesa sobre gênero e ensino de história), História das mulheres (livros em PDF), Artigos e livros de gênero (artigos de referência para o estudo da temática e alguns livros em PDF), Livros de Ana de Castro Osório (livros em PDF da autora), Mulheres e Ditadura Militar (sugestões de atividades, *slides* e planos de aula sobre o tema), Material Complementar (diversos materiais utilizados durante as aulas do curso), Material Primeira Guerra Mundial (cartazes, artigos, atividades e planos de aula), Aula dia 13 de abril, Aula dia 27 de abril e Aula dia 4 de maio (materiais e conteúdos abordados nas aulas do curso de extensão), Trabalhos Finais (trabalhos elaborados pelos participantes).

Além das pastas existem subpáginas, entre elas: Movimento feminista em Portugal (nesta subpágina disponibilizaram-se alguns *links* de *sites*, vídeos, jornais e revistas portuguesas, que abordam este conteúdo), Movimento sufragista (nesta subpágina está disponível um pequeno texto contextualizando o movimento no Brasil e no mundo, *links* de

sites, vídeos, jornais e revistas), Feminismo e estudos de gênero (links para acesso às principais revistas e periódicos brasileiros sobre o assunto), Filmes Feministas no Netflix (pequenas sinopses e vídeos sobre alguns filmes disponíveis na plataforma e que abordam a temática do feminismo), Padrões e imposições de beleza (vídeos, resenha de livro e sugestões de leitura). Na página<sup>40</sup> também podem ser encontradas sugestões de atividades e diversos materiais complementares. Na sequência, apresentam-se algumas imagens de materiais disponíveis na página

Figura 6 – Apresentação da Página Wiki



<sup>40</sup> Página Wiki “Ana de Castro Osório: Feminismo e mediação cultural pode ser acessada, mediante prévia autorização, através do endereço: <http://anacastroosoriofeminismo.pbworks.com>

Figura 7 – Propostas de atividades para trabalhar a história das mulheres, feminismo e questões de gênero

The screenshot shows a OneNote page titled "Filmes Feministas para assistir no Netflix" (Feminist Movies to watch on Netflix). The page is divided into two columns. The left column is titled "1. Feministas: O que elas estavam pensando?" (Feminists: What were they thinking?) and contains a paragraph about a documentary exploring the experience of a dozen feminists (including actresses Jane Fonda and Lily Tomlin) in the 1970s. Below the text is a video player showing a scene from the documentary. The right column is titled "2. Não é romântico?" (Isn't it romantic?) and contains a paragraph about a film produced by Rebel Wilson, an ode to romantic comedies. Below the text is a video player showing a scene from the film "Isn't It Romantic". The OneNote interface includes a sidebar on the right with a "Navigator" pane showing a list of pages like "Artigos de Referência", "Aula dia 04 de Maio", and "Gênero e Ensino de História". The taskbar at the bottom shows the Windows Start button and various application icons.

The screenshot shows a OneNote page titled "Trabalhando com Cinema" (Working with Cinema). The page is in "VIEW" mode and features a detailed entry for the movie "O Sorriso de Monalisa" (The Mona Lisa Smile). The entry includes a synopsis, director (Mike Newell), cast (Julia Stiles, Julia Roberts, Maggie Gyllenhaal, Kirsten Dunst), origin (USA), production year (2003), and rating (12 years). A large image of the movie poster is displayed on the right side of the page. The OneNote interface includes a sidebar on the right with a "Navigator" pane showing a list of pages like "Starrred Pages and Files", "Artigos de Referência", and "Gênero e Ensino de História". The taskbar at the bottom shows the Windows Start button and various application icons.

Figura 8 – Movimento sufragista

The screenshot shows a Moodle workspace page for 'Movimento Sufragista'. The main content area includes a title, a sub-header 'Reportagem do Jornal El País sobre o 100 anos do voto feminino no Reino Unido', and a link to a news article. Below this is a large black and white photograph of suffragettes holding signs that read 'VOTE FOR WOMEN', 'WE DEMAND THE VOTE THIS SESSION!', 'WOMENS SOCIAL AND POLITICAL UNION VOTES FOR WOMEN', and 'WOMEN THE VOTE FOR THEMSELVES'. The text on the page discusses the 19th-century social movements, the fight for women's suffrage, and the role of the press. The sidebar on the right contains navigation links, a sidebar description, and recent activity.

Ressalta-se que a página ficará disponível aos participantes do curso e a demais interessados no tema. Pretende-se fazer atualizações constantemente, para que, desta forma, contribua para a divulgação da temática, tornando-a uma ferramenta didática.

Elaborar um curso de Extensão não constitui uma tarefa fácil, exigiu escolhas teórico-metodológicas, recortes temáticos, um público-alvo, ou seja, para quem e com quem iremos compartilhar saberes e experiências; como iremos divulgar o curso; em que local irá ocorrer; carga horária, data e local, infraestrutura (equipamentos com som e imagem, materiais a serem utilizados durante as aulas, etc.). Pelos motivos já mencionados (as questões de gênero e o feminismo minimamente são abordados em sala de aula e raramente fazem parte dos currículos escolares e/ou acadêmicos), optou-se por realizar um curso de Extensão e, assim, divulgar e sensibilizar o maior número possível de pessoas sobre a importância, relevância e necessidade de abordar e incorporar, na prática docente e nos currículos (escolas/ e universidades), a temática.

O Apêndice D apresenta a proposta do curso e descreve as atividades e os conteúdos desenvolvidos durante as aulas presenciais, já o Apêndice E traz o material de divulgação do curso, a divulgação realizada através do *site* da Universidade de Caxias do Sul, das redes sociais (WhatsApp, Facebook, etc.), pessoalmente nas salas de aula do curso de História-UCS, no curso Normal do Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendonza-Caxias do



Sul e pela valiosa e carinhosa divulgação de amigos e professores do Mestrado de História-UCS.

A temática proposta para o curso é complexa e, tendo o mesmo somente 20h/aula, foram necessários recortes temáticos que dessem conta de atender aos objetivos propostos. Assim, foi necessário “pincelar” alguns conceitos sobre feminismo, que procurou-se elucidar e caracterizar como um movimento político e social que luta pela igualdade de gênero, recusa toda e qualquer naturalização das desigualdades e hierarquias entre os sexos, também se caracterizando pela luta contra o machismo e lutando pela liberdade feminina.

Abordou-se o contexto histórico de surgimento do movimento, a periodização (ondas), principais conquistas, os vários feminismos (vertentes), o feminismo como corrente teórica, principais autoras(es), o feminismo e a produção do conhecimento sobre a história das mulheres, e o movimento feminista na atualidade (como está se desenvolvendo e articulando).

Referente às questões de gênero, pretendeu-se enfatizar o gênero como uma construção social e cultural das distinções baseadas no sexo, desnaturalizando o ser homem e o ser mulher. Como fundamentação teórica, utilizaram-se os escritos de Joan Scott que o define como “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. (SCOTT, 1995, p. 21).

Durante os encontros, percebeu-se como as questões de gênero, e mesmo o feminismo, são temas sensíveis e que aguçam e promovem discussões e reflexões. Foi muito gratificante e emocionante ver os participantes opinando e relatando as experiências com o tema, muitos relatos envolvendo fatos de seu cotidiano familiar, social e mesmo do ambiente de trabalho.

Acredita-se que, por ser uma temática sensível, que leva à reflexão, faz pensar, conscientiza e esclarece que as hierarquias entre os sexos não são naturais e imutáveis, mas o contrário: são construções, arranjos sociais e culturais que se cristalizam em todas as sociedades, cada uma com suas especificidades, tenha que ter tantas distorções e animosidades.

Além de promover discussões e reflexões sobre o gênero, procurou-se apresentar possibilidades de abordagem da temática no ambiente escolar, em diferentes disciplinas (História, Geografia, Educação Física, Língua Portuguesa, Biologia, Artes, etc.). Buscou-se também divulgar algumas ferramentas (*sites*, portais, periódicos, vídeos, etc.), a fim de contribuir na preparação de propostas de ensino com a temática de gênero e feminismo.



O feminismo e as questões de gênero, presentes na obra de Ana de Castro Osório, foram problematizados através da leitura de alguns trechos das obras da intelectual. As leituras foram realizadas em pequenos grupos e, na sequência, foi proposto aos participantes que confeccionassem mapas conceituais.

O resultado foi excelente; extremamente gratificante foi perceber esses compartilhamentos de saberes, as diferentes leituras e sínteses realizadas. Outras opiniões e visões do (meu) objeto de pesquisa, que certamente enriqueceram a escrita deste trabalho. Quando se pensou no público-alvo para o curso, pensou-se em priorizar os alunos de licenciaturas e docentes, porém, se o objetivo era divulgar a temática a maior número possível de pessoas, por que não o ofertar ao público em geral? Foi uma sábia decisão ampliar o público-alvo. O primeiro encontro realizou-se com a participação de 25 pessoas, e entre esses participantes alguns homens, nos demais encontros tivemos 17, que se mantiveram até o final.

Ao se apresentarem constatou-se que vinham de diferentes áreas, como psicologia, direito, artes, fisioterapia, ciências contábeis, estudantes do magistério, graduados e graduandos de História, professores (pedagogos), que atuam na Educação Infantil e nas séries iniciais.

Quanto aos motivos alegados para a participação no curso, a maioria expressou sentir interesse pelo tema e outros relataram já ter um conhecimento prévio da temática e acreditavam que através do curso poderiam agregar mais conhecimento. Foi colocado que, durante as aulas presenciais, seria muito importante que expressassem opiniões sobre o tema, relatassem experiência e se sentissem à vontade, pois esse era um espaço democrático e de livre pensamento.

No começo, se mantiveram um pouco calados, talvez com certo receio de falar, porém em minutos começaram a expressar suas opiniões e contribuições, e assim se mantiveram nos demais encontros. A interação, integração, troca de experiências e conhecimentos foram uma constante, o que se comprovou quando realizada a atividade com teatro: os participantes representaram diversas cenas de nosso cotidiano em que as questões de gênero e hierarquia entre os sexos se fazem presentes. A descontração foi total, divertiram-se e puderam realizar belas reflexões.

Felicidade e orgulho resumiriam (meus) sentimentos naquele dia. Felicidade de poder partilhar o (meu) conhecimento sobre o tema e orgulho de ver pessoas tão jovens como as meninas do magistério empolgadas com a temática, querendo levá-lo para sua prática docente. Como já relatado, os participantes possuem diversas formações acadêmicas, o que

certamente enriqueceu as discussões ao longo curso e contribuiu para levar o tema a ambientes não escolares.

No planejamento do curso, estavam previstos dois encontros a distância (EaD), nos quais, baseados nos conteúdos abordados e nas discussões realizadas durante os encontros presenciais, os participantes deveriam elaborar uma proposta (plano de aula, atividades, minicurso, evento, etc.), que contemplasse a temática feminismo e/ou gênero. A atividade poderia ser realizada em pequenos grupos e deveria ser postada na página *wiki* do curso.

As propostas apresentadas trouxeram diversos formatos, entre eles: Planejamento de aulas sobre história do racismo e feminismo negro; mulheres e Primeira Guerra Mundial; planejamento de aulas para as séries iniciais do Ensino Fundamental, utilizando obras infantis de Ana de Castro Osório; Projeto de Fisioterapia para Reabilitação de Disfunções Sexuais Femininas, no qual foram abordadas questões sobre o feminismo, gênero e História, com o intuito de discutir como a repressão sexual da mulher ao longo da História influencia, ainda hoje, o surgimento das disfunções sexuais femininas; planejamento de aula abordando as questões de gênero nas artes (escultura, pintura, etc.); trabalho interdisciplinar unindo as disciplinas de História e Educação Artística; planejamento de aula sobre a importância e participação da mulher na História do Rio Grande do Sul; Projeto: Roda de Conversas com as Mulheres em Situação de Encarceramento (Presídio Regional de Caxias do Sul), tendo como norteador o capítulo “Mulheres Desnaturadas, Mães Desnaturadas” da obra *As mulheres portuguesas*, de Ana de Castro Osório.

Percebeu-se pela leitura dos trabalhos que a proposta de tornar a obra de Ana de Castro Osório uma ferramenta didática para estudo de questões referentes ao feminismo e aos estudos de gênero, no ensino de História, é perfeitamente viável, não apenas no ambiente escolar, mas também em ambientes não escolares.

No Projeto Roda de Conversa, o qual poderá ser lido no Anexo D, que tem como público-alvo mulheres encarceradas por exemplo, os autores propõem discutir e abordar o papel e a responsabilidade de homens e mulheres na concepção e criação dos filhos. Para embasar a discussão, utilizarão o capítulo da obra *As mulheres portuguesas* (1905) – Mulheres Desnaturadas, Mães Desnaturadas, capítulo este em que Ana problematiza questões como: maternidade, abandono paterno, aborto, papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres, hierarquia entre os sexos, etc. Apesar de ter sido escrita há mais de 100 anos, a obra

ainda é atual, sendo as questões relacionadas à maternidade tema importante, muito necessário à discussão e reflexão em ambiente prisional.<sup>41</sup>

Em outros trabalhos, os participantes elaboraram planejamentos de aulas para as séries iniciais do Ensino Fundamental, utilizando algumas das obras infantis da intelectual, tendo como objetivos abordar, através do lúdico, questões relacionadas à importância da mulher na sociedade, questões de gênero (cores ditas para meninos e para meninas e para ambos, as brincadeiras, profissões, comportamentos, etc.). Gomes refere:

Porém, é bom assinalar que Ana, participando desse esforço intelectual maior, defendia, na época, uma tese considerada polêmica. Ela consistia em postular que também o “maravilhoso”, além do tradicional, possuía valor pedagógico, devendo ser utilizado com proveito, na educação infantil. Nesse sentido, Ana defendia que a imaginação das crianças deveria ser aproveitada de forma ampla, negando que o uso de histórias maravilhosas, de bichos fadas etc., pudesse ser prejudicial ao aprendizado. (GOMES, 2016, p. 100).

A mulher e a guerra também foram abordadas nos trabalhos, objetivando analisar o papel social e econômico da mulher no contexto da guerra, a participação nos movimentos de emancipação feminina pós-guerra e contemporâneos. Cada vez mais, a História deve problematizar a participação das mulheres nos mais diversos contextos históricos, destacando essa participação, pluralizando o conhecimento e mostrando novos protagonistas. “Por muito tempo, a História persistiu sendo uma ciência masculina, que tinha como tema de estudos preponderantemente aspectos da vida pública e política, os quais supostamente diziam respeito apenas aos homens e a seus grandes feitos”. (AZEVEDO, 2016, p. 13).

Desta forma, acredita-se que os resultados obtidos com o curso superaram as expectativas. Como já relatado, a troca de experiência e saberes foram constantes, o que contribuiu significativamente para a escrita deste trabalho (dissertação) e a divulgação da temática proposta pelo curso. Arrisca-se a dizer que os participantes serão mediadores, ou seja, se apropriaram do conhecimento adquirido e o transformaram em novas possibilidades de abordagem da temática, produtos, projetos, etc., levando-o a ambientes escolares e também aos não escolares. “As sementes plantadas no curso certamente renderão bons frutos”.

---

<sup>41</sup> - Na Dissertação “Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade humana” de autoria de Rosângela Peixoto Santa Rita, tem como objetivo analisar as ações institucionais relativas às situações vivenciadas por mulheres presas com seus filhos em espaço prisional. A autora realiza uma análise documental, coleta de dados em nível nacional e entrevistas com mães presas em três estados brasileiros (RS, SP e RJ, também faz um resgate histórico e caracterização do aprisionamento e da criminalidade feminina, abordando questões de gênero dentro do sistema prisional. O trabalho se constitui como uma das referências para o estudo do encarceramento feminino no Brasil.

Da análise das obras, pode-se constatar diferentes vertentes do pensamento de Ana de Castro Osório, suas abordagens em relação ao feminismo, à educação, ao trabalho, nacionalismo/patriotismo e às questões de gênero. Como posto anteriormente, ela não mencionou ou fez referência ao gênero como hoje o trabalhamos e discutimos; no entanto, ao expor e debater desigualdades, preconceitos e papéis sociais impostos a homens e mulheres, tendo como argumento seu sexo biológico, a intelectual contribuiu para que a mulher seja vista como sujeito histórico, pois junto com o homem esteve presente nos mais diversos contextos históricos.

Neste capítulo ainda apresentaram-se relatos do curso de Extensão, que se constituiu como proposta de produto. Com o curso objetivou-se promover o conhecimento sobre o movimento feminista e as questões de gênero; as obras e ideias de Ana de Castro Osório serviram como fonte para embasar as discussões. Espera-se que as teorizações e discussões realizadas durante as aulas do curso sejam incorporadas pelos participantes em sua prática docente e nos demais ambientes não escolares, visto que as áreas de formação dos participantes eram bem diversificadas (licenciaturas, direito, psicologia, fisioterapia, etc.).

Os resultados obtidos com a realização do curso superaram as expectativas, comprovando-se que a obra de Ana de Castro Osório poderá ser utilizada como uma ferramenta didática para trabalhar o feminismo e as questões de gênero no ensino de História.

## 5 CONCLUSÃO

A trajetória desta pesquisa começa com uma decisão de mudança, de desafio e superação. Quando da seleção para o mestrado, o projeto de pesquisa apresentado à banca versava sobre outra temática, iria abordar o feminismo, as questões de gênero, mas, em uma perspectiva bem diversa da que se constituiu. Era um projeto que vinha sendo pensando há vários anos; desde o início da graduação em História, acreditava que era o “projeto ideal e perfeito”. Mas, como nesta vida nada é definitivo e imutável, muitas vezes, por motivos alheios à nossa vontade, temos que tomar decisões que podem modificar radicalmente os planos que havíamos traçado, pois o projeto que foi apresentado no processo de seleção propunha: analisar a situação das mulheres presas, de Caxias do Sul, através de uma perspectiva sócio-histórica; investigar como se constitui a identidade das mulheres recolhidas no Presídio Regional de Caxias do Sul; pesquisar como a experiência do cárcere influencia na configuração de uma identidade feminina que, num primeiro momento, se choca ao ideal historicamente construído para as mulheres, que é de docilidade, ternura e obediência. Acredita-se que o trecho abaixo, do poema “Soneto da separação”, de Vinícius de Moraes, traduziria perfeitamente o sentimento quando da mudança.

De repente da calma fez-se o vento  
Que dos olhos desfez a última chama.  
E da Paixão fez-se o pressentimento.  
E do momento imóvel fez-se o drama.  
De repente não mais que de repente.  
(VINÍCIUS DE MORAES).

Da paixão pelo projeto antigo, fez-se o pressentimento de que a mudança era necessária; ventos mais fortes balançaram a calma e a certeza que se tinha; foi um drama começar do zero; a decisão de mudar foi de repente, muito de repente. Mas, hoje, sei que valeu muito a pena. E parafraseando Fernando Pessoa<sup>42</sup> digo mudar foi preciso, lamentar não.

Através da participação como voluntária, por alguns meses, no projeto “Leitura de imagens no ensino de História: um estudo sobre mudanças e permanências nas prescrições, livro didático e representações culturais” (LIDHIS), coordenado pela Profa. Dra. Eliana Rela, surgiu o projeto, “Ana de Castro Osório, uma intelectual transnacional: feminismo e mediação cultural”, que foi desenvolvido no percurso do mestrado.

---

<sup>42</sup> Trata-se da poesia “Navegar é preciso”, do poeta português Fernando Pessoa. Disponível em: <http://www.secrel.com.br/jpoesia/fpesso.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Ana de Castro Osório, mulher multifacetada atuou como escritora, jornalista, conferencista, etc. e sua história me mobilizou pela sua atuação como feminista. A situação de precariedade em que se encontrava a mulher portuguesa, em fins do século XIX e início do XX, na sua maioria analfabetas, tratadas como menores pelo Código Civil vigente na época e sem direitos políticos foram alguns dos motivos que ensejaram a participação da intelectual nos movimentos em prol do feminismo. De personalidade forte, por vezes polêmica e contraditória, Ana de Castro Osório impôs-se e defendeu com firmeza suas convicções, buscando intervir para a melhoria da sociedade em que vivia. Para ela a educação e o trabalho eram a “força motriz” que impulsionaria a emancipação e independência feminina.

Em sua vida, Ana de Castro Osório constitui diversas redes de sociabilidades, que foram fundamentais para o desenvolvimento, a articulação e a divulgação de suas ideias; destas redes, a literatura foi talvez a que mais possibilitou a divulgação de seu pensamento; sua obra literária é vasta e variada, sendo reconhecida em Portugal como uma das pioneiras da literatura infantil. Em 1911, vem morar aqui no Brasil, aqui residindo até 1914; naquele período, rapidamente, estabeleceu diversos contatos no meio político e cultural.

Escreveu para jornais, revistas; correspondeu-se com feministas e personalidades do meio cultural de diversos países. Sua obra e pensamento ultrapassaram as fronteiras de Portugal, tornando-a uma intelectual transnacional. Com A Cruzada das Mulheres Portuguesas, agremiação fundada por Ana de Castro Osório e outras senhoras influentes na sociedade portuguesa, prestou mais que auxílio moral e material aos soldados; oportunizou a muitas mulheres a possibilidade de estudarem, trabalharem e participarem da vida pública. A CMP, através de suas comissões, criou escolas agrícolas femininas, casas de trabalho, cursos de enfermagens, para atuação em hospitais e instituto de reabilitação, etc. Mesmo após o conflito, a agremiação continuou desenvolvendo suas atividades, as quais enceraram-se somente em 1938.

No Brasil, a repercussão da CMP foi bastante salutar, a imensa Colônia Portuguesa que aqui residia prontamente se mobilizou para colaborar nos esforços de guerra, nas festas beneficentes, na arrecadação de donativos, nas doações em dinheiro, etc.; estas foram algumas das ações aqui realizadas e amplamente divulgadas nos jornais, como constatou-se na análise realizadas.

Pelo levantamento bibliográfico e pela análise das obras selecionadas, pode-se constatar que Ana de Castro Osório assumiu diferentes posicionamentos em relação ao feminismo. Apresentado um feminismo mais militante, no início de 1900, conclamando as mulheres à tomada de consciência da condição de desigualdade e subordinação em que se

encontravam perante a legislação e a sociedade; para a intelectual, a mulher deveria preparar o futuro com mais justiça, do que os homens faziam então.

O deflagrar da Primeira Guerra Mundial faz surgir uma Ana de Castro Osório mais voltada para as questões nacionais, a pátria reclamava o esforço e trabalho de ambos os sexos, as reivindicações deveriam ser adiadas, quando era o futuro e o bem do País que estavam ameaçados. Nos anos de 1920, descontente com os rumos da política de Portugal, retira-se da vida pública e passa a dedicar-se com mais intensidade à literatura, com especial destaque à infantil; naquele período, tenta desenvolver o tão sonhado projeto político-cultural entre Brasil e Portugal; porém, sem despertar muito interesse e um efetivo apoio do Brasil, o projeto não chegou a ser implementado.

Mesmo apresentando um feminismo moderado e por vezes contraditório, sua contribuição ao movimento feminista foi inegável. Ao expor em suas obras a condição de submissão da mulher, de denunciar e combater as desigualdades entre os sexos, Ana de Castro Osório contribui para mostrar que a mulher é e sempre foi um sujeito histórico, participando juntamente com os homens de todos os processos.

A realização do curso de extensão e os resultados com ele obtidos superam as expectativas e demonstraram que a obra de Ana de Castro Osório pode ser utilizada como fonte para trabalhar o feminismo e as questões de gênero, no ensino de História, como também poderá contribuir para abordagens sobre gênero em ambientes não escolares.

Se, em Portugal, Ana de Castro Osório foi uma intelectual reconhecida, no Brasil ainda há muito a ser pesquisado, discutido e divulgado sobre sua obra e seu pensamento. Esta dissertação é uma singela mostra das muitas possibilidades de abordagens utilizando sua obra como fonte. Nos tempos difíceis e conturbados nos quais estamos, quando a apatia, a desigualdade, o preconceito e a intolerância parecem estar se “naturalizando” em nossa sociedade, acredita-se que discutir o feminismo, questões de gênero, é extremamente necessário.

Conclui-se com a frase, que segundo Cordeiro (2014), era um dos *slogans* da revista *A Semeadora*, dirigida por Ana de Castro Osório. “Ser feminista não é uma revolta; é uma dignificação”.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Souza Elizabeth. Ana de Castro Osório: feminismo e a formação da mulher como dote simbólico. *In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS*, 9., 2010, Florianópolis: UFSC. **Anais [...]**, 2010.

ABRANTES, Souza. A instrução como dote moderno: estudo comparado entre Brasil e Portugal na virada do século XIX. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA*, 29., 2017, Brasília: UnB. **Anais [...]**, 2017.

AFONSO, Aniceto. Reportagem de jornal: **Portugal e a Grande Guerra, a questão militar**. 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/08/09/culturaipilon/noticia/portugal-e-a-grande-guerra-a-questao-militar-1665702#gs.m8IrRt7y>. Acesso em: 17 set. 2017.

ARÃO, Lina; SAMYN, Marques Henrique. Mulher, ente de razão e luz. Considerações sobre o pensamento feminista de Ana de Castro Osório. **Revista Memento**, Três Corações, v. 5, jul./dez. 2014.

AZEVEDO, Paula Tatiane. **É para falar de gênero sim**: uma experiência de formação continuada para professoras(es). 2016. 85f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2016.

BARROS, José D'Assunção. História cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, v.11, n. 1/2, p. 145-171, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.

BOBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BURKE, Peter. **A Escola de Annales 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CAPUTO, Mendes Melissa. **Eunice Caldas**: uma voz feminina no silêncio da História (1879-1967). 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santos, 2008.

CARVALHO, Soares Jane. **Gênero, raça e classe social no currículo**. 1999. 537f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 1999.



CATROGA, Fernando. **O republicanismo em Portugal**: da formação ao 5 de outubro de 1910. Portugal: Casa das Letras, 2010.

COLLING, Ana Maria. **A construção da cidadania da mulher brasileira**: igualdade e diferença. 2000. 369f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2000.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro A. Ensino de história e estudos de gênero na historiografia brasileira. **História e Perspectivas**, Uberlândia: UFU, v. 53, p. 295-314, jan./jun. 2015.

COLLING, Ana Maria. Inquietações sobre gênero. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 33-48, jan./jun. 2015.

CORDEIRO, Célia Carmen. Semear para colher: a contribuição de Ana de Castro Osório em A Semeadora (1915-1918). In: LOUZADA, Isabel; CHAVES, Vânia Pinheiro (org.). *As mulheres e a imprensa periódica*. Lisboa: Clepul, 2014.

CORREIA, Silvia. **Políticas da memória da I Guerra Mundial 1918-1933**: entre a experiência e o mito. 2010. 450f. Dissertação (Doutoramento em História) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2010.

COSTA, Luís Manuel Neves. A assistência da colônia portuguesa do Brasil, 1918-1973. **Revista: História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 727-748, abr./jun. 2014, 2014.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 5, p. 253-270, 2007. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CRUZ, Eduardo da. **Mulheres e feminismo no Portugal moderno (1899-1913)**. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, 2018.

CRUZ, Eduardo da. Ana de Castro Osório no Brasil: imprensa periódica, sociabilidade, política e mercado editorial. **Miscelânea**, Assis, v. 24, p. 193-214, jul./dez. 2018.

CRUZ, Eduardo da; CASTRO, Andreia Monteiro de. A propaganda feminista luso-brasileira: as cartas de Ana de Castro Osório a Bertha Lutz. **Revista Navegações**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 112-121, jul./dez. 2018.

CURADO, Paulo. O regime presidencialista de Sidónio anunciou o fim da República. **Público**, Portugal, 24 ago. 2014. I Primeira Guerra Mundial 1914-2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/08/24/culturaipilon/noticia/o-regime-presidencialista-de-sidonio-anunciou-o-fim-da-republica-1667307>. Acesso em: 10 set. 2017.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle Perrot. **História das mulheres no Ocidente**. Porto, Portugal: Afrontamento, 1995.

ESTEVEES, João Gomes. A Coleção Castro Osório – Ana de Castro Osório (1872-1935). **Leituras:** Revista da Biblioteca Nacional, n.1, abr./out. 1997.

ESTEVEES, João Gomes. **Mulheres e republicanismo:** 1908-1928. Lisboa: CiG, 2008. (Coleção Fio de Ariana).

ESTEVEES, João Gomes. **Ana de Castro Osório (1872-1935):** comissão para a cidadania e igualdade de gênero. Lisboa, 2014. (Coleção Fio de Ariana).

ESTEVEES, João Gomes. Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1ª década do século XX. **Revista Penélope**, Portugal, n. 25, p. 87-112, 2001.

ESTEVEES, João Gomes. Feminismo, feminismos e sufragismo na 1ª República. *In:* CASTRO, Zília Osório de; ESTEVEES, João; MONTEIRO, Natividade (coord.). **Mulheres na 1ª República:** percursos, conquistas e derrotas. Lisboa: Colibri, 2011.

ESTEVEES, João Gomes; MONTEIRO, Natividade. Introdução do livro. *In:* CASTRO, Zília Osório de; ESTEVEES, João Gomes; MONTEIRO, Natividade (coord.). **Mulheres na República:** percursos, conquistas e derrotas. Lisboa: Colibri, 2014.

ESTEVEES, João Gomes. **Dicionário de Educadores Portugueses.** Direção de António Nóvoa. Porto: Edições ASA, 2003.

ENTREVISTA de **Françoise Thébaud ao Jornal O Público – Portugal.** Mães mais sós, filhas mais livres. 19/8/2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/08/19/culturaipilon/entrevista/ghjk-1666433>. Acesso em: 17 set. 2017.

FERRO, Marc. **A grande guerra:** 1914-1918. Lisboa: Edições 79, 2014.

GAUTERIO, Rosa Cristina Hood. **Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade (s):** entrelaços de um legado feminista. 2015. 391f Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Florianópolis, SC, 2015.

GARCIA, Cristina Garcia. **Breve história do feminismo.** 3. ed. São Paulo: Claridade, 2015.

GIL, Angeles Ezama. Ana de Castro Osório una mujer que transpasó fronteira: sobre textos olvidados em la española revista de la Raza. **Revista Uned Rei**, Espanha, p. 101-128, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. Aventuras e desventuras de uma autora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil. *In:* GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais mediadores, práticas culturais e ação prática.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. A grande aliança de Ana de Castro Osório: um projeto político pedagógico fracassado. **Estudos do Século XX**, Portugal, v. 11, p. 283-299, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. A grande aliança: um projeto político-pedagógico luso-brasileiro na Primeira República. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 27., 2013, Natal. **Anais [...]** 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362239883\\_ARQUIVO\\_TextoAnaCOsorioanpuh13.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1362239883_ARQUIVO_TextoAnaCOsorioanpuh13.pdf). Acesso em: 10 jul. 2017.

GUIMARÃES, Guerra Sabrina. **Medicina legal na Bahia**: trajetória de Maria Thereza de Medeiros Pacheco (1928-2010). 2014. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Salvador, 2014.

HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação de Portugal contemporâneo. *In*: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2. ed. São Paulo: Unesp-Portugal: Instituto Camões, 2001.

LAJOLO, Marisa. **Correspondência entre Ana de Castro Osório e Monteiro Lobato**. Unicamp Projeto Memória de Leitura, 2000. Disponível em: <http://www.unicamp.br>. Acesso em: 25 out. 2017.

JORNAL DO COMÉRCIO, edição de 18/3/1916- página 2. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568\\_10&pagfis=34595](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_10&pagfis=34595). Acesso em: 2 mar. 2018.

JORNAL O PAIZ, edição de 11/7/1916- página 3. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691\\_04&pagfis=32309](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pagfis=32309). Acesso em: 2 mar. 2018.

JORNAL O PAIZ, edição de 20/7/1917- página 5. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691\\_04&pagfis=35594](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pagfis=35594). Acesso em: 5 mar. 2018.

LOPES, Carlo Jorge Alves. **Os portugueses na grande guerra**: uma experiência de combate e cativo. 2012. 134f. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares – Área de Especialização em História Contemporânea) – Universidade Aberta de Lisboa, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOUZADA, Isabel. Pela pátria: a cruzada das mulheres portuguesas (1916-1938). *In*: COLÓQUIO DE HISTÓRIA MILITAR – 100 ANOS DE REGIME REPUBLICANO: POLÍTICAS, RUPTURAS E CONTINUIDADES, 19., 2011, Lisboa, Portugal. **Anais [...]**, 2011, p. 667-688.

LOUZADA, Isabel. Elos de progresso científico e social: contributo para a História das Mulheres cientistas em Portugal. **Repositório da Universidade Nova**, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/8389>. Acesso em: 4 mar. 2019.

LOUZADA, Isabel; LAGUARDIA, Ângela. Maria Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: correspondência em trânsitos atlânticos e feministas. **Revista Navegações**, Porto Alegre v. 6, n. 1, p. 99-104, jan. /jun. 2013.

MACMILLAN, Margaret. **A Primeira Guerra Mundial que acabaria com as guerras**. São Paulo: Globo Livros, 2014.

MAGALHÃES, Luiz de. **Portugal e a guerra**. Porto: Magalhães & Moniz, Ltda. Editores, 1916.

MAIA, J. Cláudia. Feminismo e narrativa nacional no Brasil e em Portugal. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, p. 1.055-1.071, set./dez. 2017.

MARQUES, A. H de Oliveira. **História de Portugal**: das revoluções liberais aos nossos dias. Lisboa: Editorial Presença, 1998. v. III.

MARQUES, António H. de Oliveira. Da monarquia para a república. *In*: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001.

MEDINA, João. A democracia frágil: a primeira república portuguesa (1910-1926). *In*: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001.

MÉNDEZ, Pietra Natália. **Com a palavra o segundo sexo**: percursos do pensamento no Brasil dos anos 60. 2008. 254f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2008.

JARDIM, Rejane Barreto; MÉNDEZ, Natalia Pietra. Gênero, cinema e ensino de história. *In*: GASPAROTTO, A.; FRAGA, H. J.; BERGAMASCHI, M. A. (org.). **Ensino de História no Cone Sul**: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf; Jaguarão: Unipampa, 2013. p. 241-259.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Sobre a categoria de gênero na história. **DEDS em Revista**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 36-40, 2016.

MÉNDEZ, Natália Pietra. Gênero e história das mulheres na escrita da história escolar. *In*: MAIOR, Paulo Souto; LEITE, Juçara Luzia. **Flexões de gênero**: história sensibilidade e narrativa. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2017.

MENEZES, Filipe Ribeiro. **Jornal: Guerra sonhada e guerra vivida**: as contradições do intervencionismo português. 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/08/08/culturaipilon/noticia/guerra-sonhada-e-guerra-vivida-as-contradicoes-do-intervencionismo-portugues-e-as-suas-consequencias-1665518>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Maria Izilda Santos de. **Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco.** Rio de Janeiro e São Paulo (XIX e XX). São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

MONTEIRO, Natividade. **Mulheres e cidadania na primeira república: mobilização e migração na guerra de 1914-1918.** 2014. Disponível em: <http://tertuliadadiaspora.blogspot.com.br/2014/10/mulheres-e-cidadania-na-irepublica.html>- Acesso em: 5 jan. 2017.

NATÁRIO, Celeste. A situação de Portugal na Europa no final do século XIX e início do século XX: a geração de 70. **Revistas Estudos Filosóficos**, São João Del Rei, n. 1, p.114-124, 2008.

OLIVEIRA, Paulino; OSÓRIO, Ana de Castro. **Uma missão do padre Grainha.** Lisboa: Imprensa de Libaneo da Silva, 1902.

OLIVEIRA, Paulino; OSÓRIO, Ana de Castro. **Garrett no Pantheon.** Lisboa: Imprensa de Libaneo da Silva, 1903.

OSÓRIO, Ana de Castro. **As mulheres portuguesas.** Lisboa: Ed. Viúva Tavares Cardoso, 1905.

OSÓRIO, Ana de Castro. “Carta Aberta”, datada de 2 de setembro de 1910. **A Mulher e a Criança**, n. 16, col. 1, p. 6, set. 1910.

OSÓRIO, Ana de Castro. **A mulher no casamento e no divórcio.** Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1911.

OSÓRIO, Ana de Castro. **Em tempo de guerra: aos soldados e às mulheres de meu país.** Lisboa: Editores Ventura e Companhia, 1918.

OSÓRIO, Ana de Castro. **A grande aliança.** Lisboa: Lusitania, 1924.

OSÓRIO, Ana de Castro. **Mundo novo.** Porto: Companhia Portuguesa, 1930.

OSÓRIO, Ana de Castro. **Resposta a uma consulta.** Lisboa: Pap. e Tipografia Assis, 2014.

PEDRO, Joana Maria; SOIET, Raquel. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

PEREIRA, Franco Aparecida Maria. Ana de Castro Osório e a grande aliança: migrações intelectuais da aproximação de Portugal e Brasil, na Primeira República. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS*, 27., 2015, Florianópolis: USFC. **Anais [...]**, 2015.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Regina Céli Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Teresa; ALVAREZ, Teresa. Introdução. História, história das mulheres, história do gênero. Produção e transmissão do conhecimento histórico. **Revista ex aquo (Associação Portuguesa de estudos sobre mulheres)**, Portugal, n. 30, p. 9-21, 2014.

PINTO, António Costa. A primeira guerra mundial e a queda da república, uma relação complexa. **Público**, Portugal, 28 ago. 2014. I Primeira Guerra Mundial 1914-2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/08/28/culturaipilon/noticia/a-primeira-guerra-mundial-e-a-queda-da-republica-uma-relacao-complexa-1667778>. Acesso em: 6 set. 2017.

PIRES, Ana Maria Barros. A liga republicana das mulheres portuguesas e a enfermagem no século XX – leituras na imprensa feminista. **Revista de Enfermagem Referência III**, Série, n. 8, p. 171-178, dez. 2012.

PIRES, Ana Paula. Portugal, África e a grande guerra: entre a neutralidade e a não beligerância (1914-1916). **STORICAMENTE.ORG Laboratorio di Storia**, Universidade de Bolonha- Dipartimento di Storia Culture Civiltà, n.12, p. 1-24, 2017.

PORTUGAL NA GUERRA. Revista Patriótica Ilustrada. Maio 1916. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=342270&pesq=> Acesso em: 1º mar. 2018.

RAGO, Juliska Elisabeth. Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder na trajetória de uma médica baiana (1872-1931). **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 13, p. 985-993, abr. 2008.

RANGEL, Silveira Azevedo de Livia. **Feminismo ideal e sadio: a construção dos discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas, Vitória-ES (1924-1934)**. 2011. 250f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, Vitória, 2011.

REMEDIOS, Maria José. Ana de Castro Osório e a construção da grande aliança entre os povos: dois manuais da escritora portuguesa adaptados no Brasil. **Revista Faces de Eva**, Portugal, v. 12, 2004.

RGCMP. RELATÓRIO GERAL DA CRUZADA DAS MULHERES PORTUGUESAS. Portugal, 2017. Disponível em: <https://www.europeana.eu/portal/es>. Acesso em: 15 jan.2017.

SARAIVA José Hermano. **História concisa de Portugal**. 21. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 2001.

SCOTT. J. Gênero: uma categoria útil para a análise da história. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero e história**. México: UACM, 2008. (Edição em espanhol).

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

SEIXAS, Selhorst Larissa. **Feminismo no bom sentido: O Centro Paranaense de Cultura e o lugar das mulheres no Mundo Público (Curitiba, 1933-1958)**. 2011.135f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2011.

SILVA, Isabel Corrêa da. A I república portuguesa: a ordem de uma revolução. *In: SILVA, Marta; SANTOS, Yvette (org.). Penedono na I República (1910-1926)*. Portugal: Quartzo Editora, 2013.

SILVA, Maria Elisabeth da. **Mulheres, emancipai-vos!** 2014.215f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pernambuco – Centro Acadêmico de Agreste-CAA, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Caruaru, 2014.

SILVA, Sá Ronie Jackson; ALMEIDA, Domingos Cristovam; GUINDANI, Felipe Joel. Pesquisa Documental: Pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com>. Acesso em: 22 jan. 2018.

SILVA, Isabel Corrêa da. A I República portuguesa: a ordem de uma revolução. *In: SILVA, Marta; SANTOS, Yvette (org.). Penedono na I República (1910-1926)*. Portugal: Quartzo Editora, 2013.

SILVA, Helena da. As enfermeiras de guerra da cruzada das mulheres portuguesas (1916-1919). **Revista CEPIHS** (Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social), n. 7, p. 341-364, 2017.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. *In: RÉMOND, René. Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Ed. da FGV, 1996.

SMITH, Bonnie. **Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

SOUZA, Roberto Ribeiro de. Imigração portuguesa, identidade e representação geográfica: o Lugar da Casa Regional no Movimento Associativo Luso-brasileiro. **Revista: Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 22, p. 54-66, jan./dez. 2007.

SOUZA, Jorge Pedro. **Portugal a grande guerra**. Uma crônica visual - parte I: estudo do discurso em Imagens da Ilustração Portuguesa (1914-1918). Porto: Editora Média XXI, 2013.

TAVARES, Manuela. Uma reflexão em torno de Ana de Castro Osório e a greve das conserveiras de Setúbal. **APH – Associação de Professores de História de Portugal**, 2010. Disponível em: [http://www.aph.pt/ex\\_assPropFeminina16.php](http://www.aph.pt/ex_assPropFeminina16.php). Acesso em: 10 nov. 2017.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. **Portugal na grande guerra: memória do passado e desafios do futuro**. Público. Portugal, 25 ago. 2014. Primeira Guerra Mundial 1914-2014. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2014/08/25/culturaipilon/noticia/portugal-na-grande-guerra-memoria-do-passado-desafios-do-futuro-1667312>. Acesso em: 7 mar. 2018.

VILALOBOS, Luís. Reportagem de Jornal: **Os 72 Navios portugueses que levaram a entrada de Portugal na Guerra**. 2014. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2014/09/04/culturaipilon/noticia/os-72-navios-alemaes-que-levaram-a-entrada-de-portugal-na-grande-guerra-1668548>. Acesso em: 20 set. 2017.

VISENTINI, Fagundes Paulo. **A Primeira Guerra Mundial e o declínio da Europa**. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2015.

ZOMER, Lorena. **História de uma boa feminista: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba**. 2011. 163f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História Cultural, Florianópolis, 2011.

#### *Sites*

<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-03-08-Carolina-votou-em-1911.-Foi-a-primeira-e-a-Republica-mudou-a-lei-para-impedir-o-voto-feminino#gs.2g9Hdmo>.

<http://www.bnportugal.gov.pt>.

<https://run.unl.pt/bitstream/10362/14133/1/Ines%20Neto%20Projecto%20Fev2008.pdf>.

O Código Civil português de 1867 pode ser acessado no *site*: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf>

<https://jjmlsm.wordpress.com/2017/05/22/madeleine-pelletier-vida-y-obra/>

<http://fundacioncarmendeburgos.com/carmen-de-burgos/>.



ANEXO A

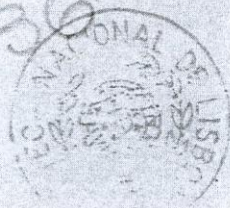
Capa e Índice do livro *As Mulheres Portuguesas*, 1905.



## INDICE

---

	PAG.
PROLOGO . . . . .	5
FEMINISMO :	
I — Ser feminista. . . . .	11
II — Uma resposta . . . . .	27
III — Instrução . . . . .	43
As mulheres e a politica . . . . .	57
Sêr português . . . . .	67
No anniversario duma escola . . . . .	85
-A mulher de ha 30 annos e a mulher de hõje . . . . .	101
-As pobres mães. . . . .	113
A miseria do povo . . . . .	133
A ignorancia do povo . . . . .	149
Mulheres desnaturadas, mães desnaturadas . . . . .	161
A proposito duma grève . . . . .	177
A MULHER EM PORTUGAL :	
- I — A mulher e o casamento. . . . .	193
- II — A mulher casada perante o codigo civil. . . . .	207
- III — A mulher solteira perante o codigo civil. . . . .	223
- IV — O trabalho da mulher . . . . .	241





## ANEXO B

## Folheto de apresentação do Grupo Português de Estudos Feministas, 1907.

# Grupo Português de Estudos Feministas

---

■ Fundado em 1907 | Directora: – D. Ana de Castro Osório

O que nós queremos:

Ao agrupar-nos para encetarmos uma publicação de estudos feministas e sociais, nós queremos dar à mulher portuguesa uma biblioteca que a instrua e a eleve aos seus próprios olhos, elevando-a na sociedade onde vive como um ser sem consciência: – ou seja o ídolo incensado e caprichosamente obedecido, ou a mísera criatura escravizada pela miséria ou pelo vício, miséria ainda maior.

Nós queremos a mulher ser racionante e autónomo, queremos a mulher indivíduo, senhora do seu corpo, como da sua vontade e do seu dinheiro. Queremos a mulher livre, mas não com a aparência de liberdade que lhe dão hoje, liberdade que é um perigo e chega, as mais das vezes, a ser uma vergonha. Hoje considera-se a mulher livre porque em casando tem licença de andar pela rua a estadear o dinheiro ganho pelo marido; consideram-na livre porque, por tolerância, pode dispender alguns tostões nas lojas de modas e pastelarias; é livre porque ouve dizer vagamente que toda a criatura humana tem direitos legais, que lhe garantem a liberdade.

Mas não é livre porque a lei a tem manietada e a considera uma eterna menor. Não é livre porque o preconceito a tem afastado de todo o trabalho útil e remunerador. Não é livre porque não pode dispor do dinheiro ganho ou herdado pessoalmente. Não é livre porque os seus próprios filhos pertencem legalmente ao pai, que em qualquer ocasião lhos pode tirar, educar longe da sua influência e afecto, casar sem o seu consentimento, e dos quais nem ao menos pode ser a tutora em igualdade de circunstâncias com o homem. Não é livre, finalmente porque é ignorante – e todo o ignorante é um escravo.

Em Portugal, as mulheres chegam tarde ao combate político, despojadas que estavam dos direitos mais elementares. Ainda assim, é naturalmente no campo republicano que encontram algum apoio para a sua acção, intervindo designadamente na propaganda para o derrube do regime monárquico e nas campanhas anti-clericais. Mas não é esse, claramente, o rumo de sentido único que pretendem seguir, como mostra este texto de Ana de Castro Osório (1872-1935), onde as questões da dignidade da mulher, como «ser racional e autónomo», e da educação, tendo presente que «todo o ignorante é escravo», visam o desenvolvimento dos «estudos feministas e sociais» que permitam elevar a autonomia e a liberdade das mulheres.

Implantada a República, essa luta prossegue, desprezando o novo regime, de uma forma geral, a adopção de medidas efectivas de dignificação da mulher e, desde logo, a sua participação política e eleitoral.



Bandeira da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Museu Maçónico Português/Fundação Mário Soares (05351.049.002)

E é por a querermos libertada e consciência dos seus direitos como dos deveres, que daremos à nossa biblioteca uma vastidão de assuntos, que em países onde a mulher fosse mais culta e a ideia feminista mais propagandeada não seria necessário reunir, pois em muitas publicações e numerosas bibliotecas especiais encontraria estudadas as questões que a interessassem.

Ali seguiríamos uma especialidade e essa especialidade seria – sem dúvida – o estudo documentado da mulher perante a lei actual e as modificações, em projetos devidamente estudados, a introduzir nos códigos de amanhã.

Aqui a nossa missão é mais árdua e mais complexa, porque tudo há a fazer, infelizmente. Assim, propomo-nos publicar diferentes estudos que tenham por assunto:

**A propaganda feminista** no seu aspecto geral.

**A história da mulher através dos séculos: - perante a Religião, a Sociedade e a Família.**

**A mulher e o Código português.**

**A mulher educadora.**

**A mulher filha, esposa e mãe.**

**Estudos especiais** sobre a condição da mulher em Portugal, nas suas diferentes províncias e regiões.

**Indústrias caseiras** e indústrias femininas, o que foram, o que são e o que deverão ser.

**Diversos manuais** de ensino especial, e muitos outros assuntos que se irão seguindo, uns chamados pelos outros, e até, esperamos isso, sugeridos pela crítica, quando desapaixonada e honesta.

Tudo quanto é relativo à mulher, e à educação infantil a cargo da mulher, caberá nesta biblioteca, visto que é a primeira que no nosso país se inicia destinada a estudar os problemas sociais sob o ponto de vista feminista, e especialmente se dirige às mulheres portuguesas e brasileiras, que até aqui apenas têm sido por homenagem as colecções dissolventes de várias bibliotecas românticas.

Tantos e tão variados assuntos não são, nem era possível que fossem, a obra duma só pessoa nem dum só sexo; agrupados no mesmo ideal e cooperando para o seu triunfo, contamos desde já com homens e mulheres de valor, que desapaixonadamente estudarão os diversos assuntos que nos propomos tratar e mostrarão assim como é largo e belo o horizonte que se abre à humanidade educada e libertada pela mulher, companheira e cooperadora, socialmente e legalmente igual ao homem.

Folheto de apresentação do Grupo Português de Estudos Feministas, dirigido por Ana de Castro Osório, e fundado em 1907.



## ANEXO C

Entrevista de Ana de Castro Osório ao jornal *A Opinião*, 1916.

## Qual é objectivo da "Cruzada das Mulheres Portuguezas"?

Di-lo à "Opinião" a sr.<sup>a</sup> D. Ana de Castro Osorio: "levantar o espirito nacional e chamar a mulher portugueza ao desempenho do logar que nesta hora lhe compete"

A que se propõe a «Cruzada das Mulheres Portuguezas», fundada em Lisboa, como é sabido, por iniciativa da sr.<sup>a</sup> D. Elzira Dantas Machado, esposa do sr. Presidente da Republica? Tem sido bem recebida a sua criação? O simpatico movimento tende a repercutir-se no pais, tão largamente quanto seria para de-sejar?

A estas perguntas, que ha dias vinhamos formulando no nosso espirito, gentilmente se promptificou a responder-nos hoje a sr.<sup>a</sup> D. Ana de Castro Osorio, a ilustre escriptora que todo o pais que lê tão sobejamente conhece e que na «Cruzada» exerce o logar de secretária geral na ausencia da sr.<sup>a</sup> D. Estefania Macieira.

*O que nos disse a ilustre escriptora — A criação da «Cruzada» teve um acolhimento admiravel*

Foi em sua casa que hoje a procurámos. Com uma fidalga amabilidade que muito penhorados nos deixou, a sr.<sup>a</sup> D. Ana de Castro Osorio recebeu-nos no seu confortavel e artistico gabinete de trabalho e desde logo acquiesceu, do melhor grado, a satisfazer a nossa curiosidade.

— 138 —

Eis o que a nossa ilustre entrevistada nos declarou:

— Os fins da «Cruzada das Mulheres Portuguesas» são muitíssimo vastos, pois que esta tem em vista, assim se pode dizer, a mobilisação moral do povo português. Levantando o espirito nacional, ella chama, ao mesmo tempo, a mulher portugueza a occupar o logar que nesta hora grave lhe compete. Conforme dizemos nos nossos boletins de adesão aquellas que poderem dar o seu trabalho e o seu dinheiro terão a felicidade de bem servir a sua Patria; as que só derem o seu trabalho, porque mais não possam, e até aquellas que nada mais derem do que a sua fé, a sua boa vontade, creando aos homens portuguezes uma atmosfera de serenidade, de entusiasmo patriótico e de crença absoluta nos altos destinos da nossa patria, ainda muito fazem para o triunfo e honra da raça portugueza. Mas, necessario é que se comprehenda: servir a Patria, no actual momento, não deve consistir apenas em pensar naqueles que feridos no campo da batalha, venham a carecer da protecção feminina ou em adquirir roupas para os soldados. A obra da «Cruzada» deve ir mais longe para que a acção da nossa mulher não seja em coisa alguma inferior á da dos outros países beligerantes. Assim, é preciso pensar na organisação do trabalho interno do pais, dispôr as coisas do modo que a ausencia de alguns milhares de homens em nada venha afectar a nossa vida economica. A exemplo do que se faz lá fora, em França, na Inglaterra, na Russia, torna-se necessario e urgente que entre nós se organise uma cuidada e metódica propaganda do ensino agricola feminino. E mais e mais ainda! A «Cruzada» tem deante de si uma larga e formosissima obra de patriotismo, de trabalho e de solidariedade social a realisar...

— Pelo que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de nos dizer, calculamos que tão grandioso movimento hade ter tido entre as senhoras portuguezas um acolhimento magnifico...

A nossa ilustre interlocutora sorriu-se, visivelmente satisfeita:

## ANEXO D

**Projeto: Roda de Conversas com as Mulheres Presas de  
Caxias do Sul com base no texto “Mulheres Desnaturadas, Mães Desnaturadas” de Ana  
de Castro Osório, na obra *As mulheres portuguesas***

*Jean Fábio de Freitas Ramos*<sup>43</sup>

*Luana Nunes Boeira*<sup>44</sup>

*Marcela Castoldi*<sup>45</sup>

## TEMA

Reflexos da maternidade e da paternidade na prisão

## DELIMITAÇÃO DO TEMA

Mães encarceradas, filhos encarcerados

## PROBLEMA

De que forma a maternidade pode ser encarada dentro da prisão? Deve ser evitada ou adiada?

## OBJETIVOS

## 1 OBJETIVO GERAL

Trabalhar o texto de Ana de Castro Osório em linguagem acessível à população carcerária.

## 2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) abordar o papel e a responsabilidade dos homens na concepção e na criação dos filhos;
- b) refletir sobre o papel e a responsabilidade das mulheres na concepção e na criação dos filhos;
- c) estudar os aspectos legais e psicológicos sobre a maternidade dentro da prisão;

---

<sup>43</sup> Psicólogo clínico, graduado pela Universidade Luterana do Brasil; Técnico Superior Penitenciário – Susepe - RS; Especialista em Psicoterapia Psicanalítica pelo Instituto de Ensino e Pesquisa em Psicoterapia (IEPP – Porto Alegre).

<sup>44</sup> Psicóloga, graduada pela Universidade de Caxias do Sul; Técnico Superior Penitenciário – Susepe – RS.

<sup>45</sup> Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul; Especialista em Direito Público pela Escola Superior de Magistratura Federal do RS; Técnico Superior Penitenciário – Susepe – RS.



- e) abordar as implicações do infanticídio, aborto e abandono;
- f) refletir sobre o tratamento dado às mães e a seus filhos no cárcere;
- g) dar espaço de fala às presas-mãe, gestantes e sem filhos.

## **Introdução**

Recentemente, foi realizada uma pesquisa sobre “saúde da mulher presa” com as reclusas no Presídio Regional de Caxias do Sul; dentre outras variáveis, evidenciou-se um fator – já alcançado no censo do IBGE de 2010 – que potencializa o debate sobre a maternidade nas prisões: a alta taxa de fecundidade relacionado à baixa escolaridade. (IBGE, 2010). Um estudo anterior mostrou percentuais altíssimos, no que se refere à iniciação da vida sexual; dentre a amostra de 155 apenadas, 95,6% teve a primeira relação na adolescência, e destas 29,8% foi antes dos 14 anos. (NICOLAU, 2010). Baunner e Saraiva (2011) destacam a relação entre a precocidade da coitarca somada à sequente gravidez como fator significativo, na ocorrência de abandono dos estudos.

Paralelamente aos achados desses estudos, existe a realidade do dia a dia das mulheres nas prisões que, por mais que a taxa de fecundidade e o baixo grau de instrução sejam uma constante, apontam para a preocupação e o cuidado com os filhos (inclusive dos que foram destituídos do poder familiar). E mais, existe também o desejo da maternidade, mesmo que a liberdade tenha sido cerceada.

No texto “Mulheres desnaturadas, mães desnaturadas”, Ana de Castro Osório questiona se a mulher que tenta “se livrar” de seus filhos pode ser chamada de desnaturada, porque abandona uma criança que já foi abandonada por seu pai. Também nos convida a refletir se esse filho não seria mais que um tropeço na sua vida, e que futuramente lhe custará muito mais com vestuário, educação e alimentação. Quando nos perguntam: Quem ensinou essas mulheres a serem mães?, isso nos provoca a buscar na origem familiar e cultural de cada época as variáveis que interferem sobre os papéis a serem desempenhados pelos gêneros. Na época em que escreve sobre essas mulheres, se refere a “jovens, largadas à própria sorte, chutadas pela sociedade, abandonadas pelos homens, servindo a quem as despreza e as maldizem, toleradas apenas porque são úteis, já que criam seus filhos e servem a outros fins”. O que mudou (se mudou) de lá para cá?

## Discussão

Zimerman (1997) nos lembra que a perda da virgindade em mulheres, antes dos 20 anos, em 1960 era entendida como uma “transgressão aos valores sociais vigentes naquela época”. Em contrapartida, em 1980, observamos a inversão desses valores. Mesmo assim, independentemente dos tabus que se transformam de tempos em tempos, o papel da mulher (em especial as negras pobres) parece continuar sendo o que Ana de Castro Osório chamou de “toleradas úteis”, – até em discurso recente de um governante, uma multidão de trabalhadores que protestava por direitos, foi definida como “idiotas úteis” – em função da utilidade de sua mão de obra com trabalhos pesados como a da maternidade, mas não respeitada como ser digno e inteligente.

Ana de Castro Osório também conclui que “a lei não ensina os ignorantes, vinga os sentimentos conservadores da sociedade que a criou”. E continua: “A lei não converte um criminoso, cria um hipócrita ou um revoltado”.

Sendo o objetivo geral deste trabalho refletir com mulheres presas o texto de Ana de Castro Osório em linguagem acessível à população carcerária, nos parece que a própria Ana de Castro Osório facilita essa conversa, pois sua linguagem direta parece ser clara o suficiente para incitar o debate criativo. Especificamente questiona as seguintes especificidades:

- Qual o papel e a responsabilidade dos homens desde a gravidez até a criação dos filhos?
- E da mulher, quais as responsabilidades atribuídas a ela, e quais ela acha que realmente deveria ter?

Quanto à legalidade, foi elaborado pelo Supremo Tribunal Federal, em 2017, o chamado “habeas corpus coletivo”, que tem beneficiado – mesmo que ainda modestamente – mulheres presas, mães de filhos menores de 12 anos ou com deficiência, com a “prisão domiciliar”. A Lei de Execuções Penais, em dezembro de 2018, foi alterada para criar novo prazo de cumprimento de pena para as presas-mãe, que, em geral, deverão cumprir prazo menor (um oitavo da pena) para alcançar um regime de pena mais brando. Esse novo direito é fundamentado pela percepção de que, nesse tipo de prisão domiciliar, as taxas de reincidência dessas mulheres diminuem, também a incidência futura em crimes desses filhos também diminui. Psicologicamente, o debate sobre esses temas, a oferta de estudo formal dentro das prisões e a inserção de material sobre igualdade têm possibilitado o aumento e sentimento de autonomia, bem como têm fortalecido a capacidade crítica dessas mulheres. O estudo dos aspectos legais e psicológicos; as implicações do infanticídio, o aborto e abandono; a reflexão

sobre o tratamento dado às mães e a seus filhos no cárcere são temas que entendemos devem ser amplamente discutidos com essas mulheres.

Segundo Barcinski (2013), existe um caráter não normativo das práticas criminosas femininas, que associa às mulheres presas um estigma mais profundo do que aquele experimentado pelos homens. Explica que os discursos hegemônicos não concebem como natural a violência e a transgressão perpetrada por mulheres. Ao contrariar os padrões considerados adequados ao feminino, expressando abertamente sua agressividade e hostilidade, as mulheres são patologizadas por estes comportamentos desviantes. (COUTO, 1994).

Muito antes deste estudo, Ana de Castro Osório já alertava sobre os moralistas que atribuíam às mulheres a obrigação de terem o “instinto da maternidade”, que deveriam, a rigor, se sacrificar pelos filhos. O instinto, porém, não é igual em todos os seres, pois todos se individualizam no modo de sentir. O instinto de maternidade, ensina Ana de Castro Osório, é característica própria das fêmeas, mas há, mesmo entre os animais, mães que matam e até mesmo comem os filhos. Continua explicando que existem mulheres que fazem todos os sacrifícios pelos filhos, dando-lhes tudo; até se deixariam matar, antes do que permitir que um filho fosse morto, tal como fazem os animais para proteger suas crias. Mas, algumas matam seus filhotes como uma espécie de seleção natural e que também assim atendem a seus instintos. Assim, ela pergunta: O homem sem educação não seria um animal de baixos instintos?

Por certo, ao falarmos sobre infanticídio com mulheres encarceradas, falamos sobre a caricatura do que a sociedade entende sobre abandono e negligência em relação aos filhos. Nesse sentido, questionamos: De que forma a maternidade pode ser encarada dentro da prisão? Deve ser evitada, adiada ou exercida? E mais: a sociedade – representada na prisão pelos agentes do Estado – faz algum movimento no sentido de induzir (ou até forçar) essas mulheres a “abortassem” qualquer tipo de projeto em relação à maternidade?

E, como explicar o horror a filhos, que existe em mulheres casadas? A alegria que muitas manifestam em não ter filhos, que atropelem e dificultem sua vida sossegada em lar sem crianças é uma prova disso. A indiferença que uma mulher pobre vê na morte de seu filho é bem conhecida dos médicos e não precisa ser frisada. E este não é um mal dos dias atuais, sempre houve como sempre haverá. O horror ao casamento sempre se manifestou principalmente nas mulheres que fugiam, pelo celibato, dos encargos da maternidade e do cativo do lar. Se chamarmos de desnaturadas as mulheres que a ignorância e a miséria desculpa, que palavra seria utilizada para as ricas e ociosas que, quando seus filhos nascem,

os atiram nos braços de uma ama, depois os entregam aos cuidados das criadas e mais tarde os afastam do lar para a solidão moral dos colégios, não para que estudem e se habituem ao trabalho, mas para que não as incomodem?

Além disso, não lhes faz minguar o dinheiro para os alimentar e vestir, e mais tarde é um gosto continuar a figurar por eles e com eles. Pobres filhos, os destas mães!... Para as outras reclamaríamos, em vez de cadeias, oficinas e casas honestas que as recolhessem com piedade, e as ensinassem com desvelo a amar os filhos que a sociedade tem todo o interesse em recolher e educar para a alegria de viver e de ser útil, porque na terra não há muitas que o sejam e menos quem saiba ser. E esses pequeninos seres, que tanto pesam hoje às pobres mães sem marido, que as ajude a criar e educar, não arrastariam pela vida fora a vergonha de não ter nome de pai, antes fariam recair sobre o covarde que fugiu à responsabilidade dos seus atos todo o desprezo das almas honestas.

## **Conclusão**

Condenar a mulher desprovida de recursos, sem defesas ou atenuantes, quando abandona ou mata um filho é muito impiedoso. Se o crime ocorre ocasionalmente pelas condições especiais da existência, o mal tem remédio e deve remediar-se, acabando com os fatores que corroboram o fato de que tantas mulheres sofram por este motivo. A sociedade, assim, melhor orientada, não terá tanto desprezo pela mulher iludida e atraída no seu amor, que a miséria e a ignorância tantas vezes desculpa, como pela mulher privilegiada livre de situações equivocadas, legalizando-lhe todos os desvios.

A autora, ao discorrer sobre uma criatura que jogou um filho recém-nascido em uma fossa, como se fosse um trapo imundo, questiona: O que determinou essa mulher a cometer esse crime? Por certo, o instinto maternal existe, mas a miséria, a educação falha, o egoísmo e as exigências brutais da vida o tem extinguido de parte das almas femininas.

Pensamos que Ana de Castro Osório, nesse convite à reflexão, provoca o leitor (as participantes de uma roda de conversa, nesse caso) a trazer à tona esses sentimentos opostos, tanto o de bicho quanto o de ser pensante. Sobre o pensar, a autora acredita que a “superioridade está em compreender a justiça e ter consciência do bem, que são coisas que a educação pode inculcar nas pessoas”. Nesse sentido, nos parece clara a necessidade de oferecer a esse público convite ao pensamento criativo, através da exposição de trabalhos como os de Ana de Castro Osório, os quais que não deixam de considerar a complexidade do sujeito,

respeitando-o, para assim e só assim oferecer ferramentas de desenvolvimento e transformação.

## Referências

Barcinski, M. C. R, C. W., J. L. A., & D. T. O marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. *Ex aequo*, v. 28, p. 87-100, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602013000200008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602013000200008&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 17 maio 2019.

MEDEIROS, P. F. de. **Saúde da mulher**: efeitos de gênero para as políticas públicas. Psicologia, formação, política e produção em saúde. Cidade: editora, 2010, p. 221.

MEDEIROS, L. L. de. Mulheres e cárcere: reflexões em torno das redes de proteção social. *In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL*, 10., 2010, Recife. **Anais [...]** Recife, UFPel, 2010.

NICOLAU, Ana I. O. *et al.* Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias. **Acta Paul Enferm**, v. 25, n. 3, p. 386-92, 2012.

NICOLAU, A. I. O. *et al.* Determinantes sociais proximais relacionados ao câncer cervicouterino em mulheres privadas de liberdade. **REME rev. min. enferm**, v. 19, n. 3, p. 725-740, 2015.

OSÓRIO, L. C.; ZIMERMAN, D. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre, 1997.

PASTORAL CARCERÁRIA. 2017. Disponível em: <http://carceraria.org.br/cnj-populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil.html>. Acesso em: 15 maio 2019.

Planalto. Casa Civil. 1984.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.ht)>. Acesso em: 14 maio 2019.

## APÊNDICE A

**Quadro 1 – Revisão de literatura a partir dos descritores: ensino de História, gênero, feminismo e Ana de Castro Osório**

(continua)

Portal/ Site	Palavras-chave	Título	Ano	Autor	Instituição	Nível
BDTD	Gênero, Ensino de História, Formação continuada de professoras(es)	É para falar de gênero sim: uma experiência de formação continuada para professoras(es)	2016	Paula Tatiane de Azevedo	UFRGS	Dissertação
BDTD	Feminismo e Educação, Direitos das Mulheres, Pensamento, Educação-História	Mulheres, emancipai-vos!	2014	Elizabeth Maria da Silva	Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação
BDTD	Associações femininas, Mulheres no espaço público, Filantropia e assistência social, Maternalismo	Feminismo no bom sentido: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958)	2011	Larissa Selhorst Seixas	Universidade Federal do Paraná	Dissertação
BDTD	Centros Literários, Mulheres, Identidade, Curitiba (séc. XX), Leonor Castellano (1899-1969)	História de uma boa feminista: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba (1924-1967)	2011	Lorena Zomer	Universidade Federal de Santa Catarina	Dissertação
BDTD	Feminismo, Gênero, Vida capixaba, Imprensa	Feminismo ideal e sadio: a construção dos discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas Vitória-ES (1924-1934)	2011	Lívia de Azevedo Silveira Rangel	Universidade Federal do Espírito Santo	Dissertação
Capes	Trajatória, Gênero, Medicina Legal, Feminismo, História das Mulheres	Medicina Legal na Bahia: trajetória de Maria Thereza de Medeiros Pacheco (1928-2010). Uma leitura Feminista	2014	Sabrina Guerra Guimarães	Universidade Federal da Bahia	Dissertação
BDTD	Primeira República, Educação feminista, Mulheres de Letras, Romances Pedagógicos	Eunice Caldas: uma voz feminina no silêncio da História (1879-1967)	2008	Melissa Mendes Serrão Caputo	Universidade Católica de Santos	Dissertação
SciELO		Francisca Prager Froes: medicina, gênero e poder na trajetória de uma médica baiana (1872-1931)	2008	Elisabeth Juliska Rago	Revista Ciência e Saúde Coletiva	Artigo
SciELO		Feminismo e narrativa no Brasil e em Portugal	2017	Cláudia J. Maia	Revista Estudos Feminista-UFSC	Artigo
LUME-Repositório Digital UFRGS	Feminismo, Intelectualidade, Década 1960, Brasil	Com a palavra o segundo sexo: percursos do pensamento intelectual feminista no Brasil dos anos 60	2008	Natália Pietra Méndez	UFRGS	Tese
LUME-Repositório Digital UFRGS	Classe social, gênero, cotidiano escolar, Feminismo, Mulher	Gênero, raça e classe social no currículo	1999	Maria Jane Soares Carvalho	UFRGS	Tese
Google	Ana de Castro Osório, <i>Revista de la Raza</i> , Carmen de Burgos, Literatura	Ana de Castro Osório, una mujer que transpásó fronteras: sobre textos olvidados en la española	2013	Angeles Ezama Gil	Proyeto La Red pública de las letras redes de sociabilidad y	Artigo

	Infantil, Lusismos, Feminismo	<i>Revista de la Raza</i>			asociacionismo femenino en el campo cultural contemporáneo (1834-1931) Ministério de Ciência e Inovacion-España	
Google acadêmico		Ana de Castro Osório e a “grande aliança”: migrações intelectuais da aproximação de Portugal e Brasil, na Primeira República	2015	Maria Aparecida Franco Pereira	XXVIII-Simpósio Nacional de História (Lugares dos Historiadores Velhos e novos Desafios-Florianópolis	Comunicação
Repositório Digital Universidade de Coimbra		<i>A grande aliança</i> , de Ana de Castro de Osório: um projeto político-pedagógico fracassado	2011	Ângela de Castro Gomes	Universidade de Coimbra	Artigo
Google acadêmico		Ana de Castro Osório e a Construção de <i>A grande aliança</i> entre os povos: dois manuais da escritora adaptados no Brasil	2004	Maria José Lago dos Remédios		Artigo
Google		Uma reflexão em torno de Ana de Castro Osório e a greve das conserveiras de Setúbal	2010	Manuela Tavares	APH- Associação de Professores de História – Portugal	Artigo
Google acadêmico		Correspondência entre Ana de Castro Osório e Monteiro Lobato	2000	Marisa Lajolo	Unicamp	Artigo
Biblioteca Digital da FGV		Mulher, “Ente de razão e luz”: considerações sobre o pensamento feminista de Ana de Castro Osório	2014	Lina Arão e Henrique Marques Samyn	<i>Revista Memento-Unincor</i>	Artigo
Google		Ana de Castro Osório: feminismo e a educação da mulher como dote Simbólico	2010	Elizabeth Souza Abrantes	Fazendo Gênero 9- diásporas, diversidades, deslocamentos-UFSC	Artigo
Google		A instrução como dote moderno: estudo comparado entre Brasil e Portugal, na virada do século XIX	2017	Elizabeth Souza Abrantes	XXIX Simpósio Nacional de História Contra os Preconceitos: História e Democracia	Artigo

Fonte: Organização da autora.

**APÊNDICE B**  
**Quadro 2 – Alguns dos livros escritos por Ana de Castro Osório**

(continua)

<b>Portal</b>	<b>Título/Ano</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Editora</b>	<b>Observação</b>
<i>European Collections</i> e Biblioteca Nacional de Lisboa	Ambições 1903		Guimarães Libaneo & Cia.	Romance
<i>European Collections</i>	Garret no Pantheon 1903		Imprensa de Libaneo da Silva	Romance escrito em parceria com Paulino de Oliveira Disponível em PDF
<i>European Collections</i>	As mulheres portuguesas 1905	Feminismo Igualdade de direito Condição feminina	Viúva Tavares Cardoso	Disponível em PDF
Biblioteca Nacional de Lisboa	A boa mãe 1908		Editora para Crianças	Romance; Editora para Crianças era propriedade de Ana de Castro Osório
Biblioteca Nacional de Lisboa	Quatro novelas 1908		França Amador-Editor	Romance
Biblioteca Nacional de Lisboa	Mães 1907		Editora para Crianças	Romance Editora para Crianças era propriedade de Ana de Castro Osório
<i>Europeana Collections</i>	A mulher no casamento e no divórcio 1911	Feminismo Mulheres Direitos	Guimarães Libaneo & Cia.	Disponível em PDF
<i>Europeana Collections</i>	As operárias das fábricas de Setúbal e a greve- resposta de Ana de Castro Osório ao “Germinal” 1911	Mulheres Greve Trabalho feminino	Sociedade Proprietária do Jornal <i>O Radical</i>	Folheto em resposta a questionamentos feitos pelo Senhor Martins dos Santos a Ana de Castro Osório, no jornal <i>Germinal</i> Disponível em PDF
<i>European Collections</i>	A influência da mãe na raça portuguesa 1915	Primeira Guerra Mundial Nacionalismo Mulheres Cruzada das Mulheres Portuguesas	Papelaria e Tipografia Liberty	Disponível em PDF
<i>European Collections</i>	A mulher na agricultura, nas indústrias regionais e na administração municipal (tese apresentada no Congresso Municipal de Évora) 1915	Trabalho feminino Política	Editora para Crianças	Tese apresentada no Congresso Municipalista de Évora, realizado em 28,29 e 30 de outubro de 1915
<i>European Collections</i>	A mulher heroica 1916	Primeira Guerra Mundial Nacionalismo Mulheres Cruzada das	Tipografia Eduardo Rosa	Conferência realizada na festa patriótica de 4 de junho de 1916 Disponível em PDF



		Mulheres Portuguesas		
<i>European Collections</i>	Em tempo de guerra aos soldados do meu país 1918	Primeira Guerra Mundial Feminismo Trabalho feminino Educação feminina	Ventura e Companhia	Disponível em PDF
Biblioteca Nacional de Lisboa	De como Portugal foi chamado à guerra 1918	Livro infantil Participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial	Editores para Crianças	Contos Infantis, sobre a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial Editora para Crianças era propriedade de Ana de Castro Osório
Biblioteca Nacional de Lisboa	A capela das rosas 1920		Parceria António Maria Pereira	Romance Disponível em PDF
Biblioteca Nacional de Lisboa	Dias de festa 1921		Lusitânia	Livro Infantil
Biblioteca Nacional de Lisboa	A princesa muda 1921		Editores para Crianças	Livro infantil Editora para Crianças era propriedade de Ana de Castro Osório
<i>European Collections</i>	A Educação da mulher para o desenvolvimento das indústrias domésticas (tese apresentada no 2º Congresso de Beirão) 1922	Feminismo Trabalho feminino		Tese apresentada no 2º Congresso de Beirão Documento datilografado Disponível em PDF
Biblioteca Nacional de Lisboa	Viagens aventureiras de Felício e Felizarda ao Brasil 1923		Lusitânia	Contos infantis
<i>European Collections</i>	A grande aliança 1924	História de Portugal História do Brasil Feminismo Nacionalismo Aliança Cultural Luso-brasileira	Edições Lusitânia	Compilação de conferências e palestras que Ana de Castro Osório realizou nos estados de SP, RJ, RS em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil
Biblioteca Nacional de Lisboa	O direito da mãe 1925		Livraria Civilização	Romance Disponível em PDF
Biblioteca Nacional de Lisboa	Novo mundo		Companhia Portuguesa	Romance Disponível em PDF

Fonte: Organização da autora.

## APÊNDICE C

**Quadro 3 – Revisão de jornais da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, a partir dos descritores: Cruzada das Mulheres Portuguesas, mulheres portuguesas e Ana de Castro Osório (Período de 1910-1919)**

(continua)

<b>Link</b>	<b>Jornal</b> <sup>46</sup>	<b>Ano</b>	<b>Palavras-chave</b>
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/16631">http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/16631</a>	Diário de Pernambuco (PE)	1918	Cruzada das Mulheres Portuguesas, visitas aos hospitais na França Distribuição de donativos
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/39798">http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/39798</a>	Gazeta de Notícias (RJ)	1916	Patriotismo 6º Aniversário da República Portuguesa
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/129054/1602">http://memoria.bn.br/DocReader/129054/1602</a>	A Razão (RJ)	1917	Festejos em prol da CMP
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/37920">http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/37920</a>	Gazeta de Notícias (RJ)	1916	Mutilado, Cruz vermelha, assistência
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/38729">http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/38729</a>	Gazeta de Notícias (RJ)	1916	Comissão Pró-Pátria, Organização de festejos para angariar donativos à CMP
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/38978">http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/38978</a>	Gazeta de Notícias (RJ)	1916	Comissão Pró-Pátria, recebimento de donativos
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/40032">http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/40032</a>	Gazeta de Notícias (RJ)	1917	Portugal e a guerra, Portugal envia soldado a Flandres, discurso de Ana de Castro Osório, Apelo patriótico, orgulho de raça
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/41312">http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/41312</a>	Gazeta de Notícias (RJ)	1917	Festejos beneficentes para arrecadar fundos à causa da CMP
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/720593/4172">http://memoria.bn.br/DocReader/720593/4172</a>	O Jornal (MA)	1919	Reeleição de Elzira Dantas Machado como presidente da CMP e Ana de Castro Osório como secretária
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/259063/28180">http://memoria.bn.br/DocReader/259063/28180</a>	Fon-Fon	1917	Fotografias, Antigo Convento transformado em escola para mutilados de guerra por iniciativa das senhoras da CMP
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/236403/3159">http://memoria.bn.br/DocReader/236403/3159</a>	A Rua: Semanário Ilustrado (RJ)	1916	CMP organiza festejos para comemorar aniversário da República e angariar fundos
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/9801">http://memoria.bn.br/DocReader/100439_05/9801</a>	O Fluminense (RJ)	1916	Autorizada a emissão das cartelas da Loteria Patriótica
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/830453/1538">http://memoria.bn.br/DocReader/830453/1538</a>	O Combate: Independência, Verdade, Justiça (SP)	1918	Instalação de um Centro Republicano, com apoio da CMP resolve instalar um posto para atendimento da Colônia Portuguesa e a todos que os procurarem sem distinção de nacionalidade
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/800082/3937">http://memoria.bn.br/DocReader/800082/3937</a>	Estado do Pará: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA)	1913	Peças de teatro promovidas pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, com peças escritas por Ana de Castro Osório e Maria Velleda
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/720593/921">http://memoria.bn.br/DocReader/720593/921</a>	O Jornal (MA)	1916	Festejos pelo aniversário de

<sup>46</sup> Optou-se por manter a grafia original dos periódicos consultados.

			implantação da República e adiamento da extração da Loteria da CMP
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/34595">http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/34595</a>	Jornal do Comércio (RJ)	1916	Mobilização da Colônia Portuguesa do Brasil, a entrada de Portugal na 1ª Guerra Mundial
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/32309">http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/32309</a>	O Paiz (RJ) Este Jornal possui Secção Portuguesa	1916	Comissão Pró-Pátria do Rio de Janeiro Solicitação de ajuda à Colônia Portuguesa do RJ feita pela presidente da CMP Elzira Dantas Machado
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/32619">http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/32619</a>	O Paiz (RJ) Este Jornal possui Secção Portuguesa	1916	Propaganda em Prol da CMP no Brasil Circular distribuída em Portugal para inscrição das mulheres na CMP Chamamento Patriótico Edital de Convocação de portugueses residentes no Brasil
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/32952">http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/32952</a>	O Paiz (RJ) Este Jornal possui Secção Portuguesa	1916	Comissão Pró-Pátria Comissão das Senhoras da CMP no Rio de Janeiro
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/33422">http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/33422</a>	O Paiz (RJ) Este Jornal possui Secção Portuguesa	1916	Pedidos de soldados às senhoras da CMP (doação de materiais diversos) Doação da dependência do Colégio de Compilide à CMP para nelas manter serviço de assistência médica e cirúrgica em benefício dos mobilizados
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/35594">http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/35594</a>	O Paiz (RJ) Este Jornal possui Secção Portuguesa	1917	Carta de congratulações pelos serviços prestados pelas senhoras da CMP
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/34334">http://memoria.bn.br/DocReader/178691_04/34334</a>	O Paiz (RJ) Este Jornal possui Secção Portuguesa	1917	Doação da colônia portuguesa da cidade de Ouro Preto no Brasil à CMP e à Cruz Vermelha de Portugal Instrução feminina trabalho para as mulheres
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/129054/289">http://memoria.bn.br/DocReader/129054/289</a>	A Razão (RJ)	1917	Sarau dançante em benefício da CMP
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/129054/2072">http://memoria.bn.br/DocReader/129054/2072</a>	A Razão (RJ)	1917	Autorização à CMP para organizar o Corpo de Enfermagem
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/12483">http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/12483</a>	Diário de Pernambuco (PE)	1917	Adiamento da extração da loteria patriótica devido à falta de venda dos bilhetes
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/19375">http://memoria.bn.br/DocReader/107670_01/19375</a>	O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro (RJ)	1918	Visita das senhoras da CMP aos hospitais e distribuíram donativos aos doentes e feridos que regressaram das frentes de batalha da França
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/800643/22964">http://memoria.bn.br/DocReader/800643/22964</a>	Jornal Pequeno	1916	Espera da Delegada da CMP que fará campanha em prol da Instituição no Brasil
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/9019">http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/9019</a>	Pacotilha (MA)	1916	Conferência de Ana de Castro Osório sobre a entrada de Portugal na guerra
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/11010">http://memoria.bn.br/DocReader/168319_02/11010</a>	Pacotilha (MA)	1918	Eleição Sidónio Pai
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/53466">http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/53466</a>	Jornal do Brasil (RJ)	1916	Missão humanitária reservada a mulheres; formação de corpo de enfermagem; comissão Pró-Pátria no RJ; apelo ao trabalho da CMP em outros estados do

			Brasil
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/53496">http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/53496</a>	Jornal do Brasil (RJ)	1916	Festa em benefício da CMP
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/37252">http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/37252</a>	Jornal do Brasil (RJ)	1917	Festa em benefício da CMP
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/342270/62">http://memoria.bn.br/DocReader/342270/62</a>	Portugal na Guerra	1916	Elogio ao trabalho das mulheres da CMP. Doações aos soldados realizadas pela CMP
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/40680">http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/40680</a>	Correio Paulistano (SP)	1916	Doação do colégio de Campolide doado à CMP para assistência médica dos mobilizados
<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/720100/18611">http://memoria.bn.br/DocReader/720100/18611</a>	A Época (RJ)	1918	Doação em dinheiro realizada pelo Cônsul de Portugal na cidade de São Francisco Califórnia, nos Estados Unidos da América, angariada pela Comissão das Vítimas de Guerra, composta por portugueses ali residentes
<a href="http://memoria.bn.br/Docreader/720100/11014">http://memoria.bn.br/Docreader/720100/11014</a>	A Época (RJ)	1916	CMP e a Colônia Portuguesa do Brasil Grande Comissão Pró-Pátria

Fonte: Organização da autora.

## APÊNDICE D

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL**

---

**1 Identificação**

Curso de Extensão: *Feminismo, gênero e ensino de História, a obra de Ana de Castro Osório como ferramenta didática*

Local: Universidade de Caxias do Sul- Bloco E, Sala-203

Ministrante: Juliana Goulart Machado

Público-alvo: Estudantes de licenciaturas, professores da rede pública e privada e público em geral

Data: 13/4/, 27 e 4/5/2019 (encontros presenciais) e 11/5 e 18/5/2019 (encontros EaD)

Carga horária: 20h/aula

Horário: 8h30min às 12h30min

**2 Tema central**

Feminismo, gênero e ensino de História

**3 Introdução e justificativa**

A ideia de realizar um curso de formação para professores e alunos de graduação de História e demais licenciaturas, com a temática feminismo e estudos de gênero, vem de longa data, desde o tempo na graduação. Durante os cinco anos na graduação, somente em uma cadeira eletiva (não obrigatória) houve a oportunidade de ter contato com a temática de gênero e feminismo; nas demais disciplinas os temas passaram em branco.

Azevedo (2016) coloca que, durante muito tempo, a História persistiu sendo uma ciência masculina, pois se tinha, como tema de estudos, preponderantemente, aspectos da vida pública e política, temas que, segundo a autora, supostamente diziam respeito aos grandes homens e a seus feitos, o que certamente contribuiu para o pouco interesse pela história das

mulheres, que está estreitamente ligada aos aspectos privados do viver (casa, família, cotidiano, etc.).

Essa conjuntura só veio a se modificar com novas correntes historiográficas surgidas no começo do século XX, com grande destaque para a *Escola dos Annales*,<sup>47</sup> que surge na França em 1929, trazendo novas concepções de História; propondo novas fontes, novos objetos para a tessitura e escrita da História, o que certamente corroborou a ampliação dos temas estudados, entre eles a História das mulheres e, posteriormente, os estudos de gênero.

Foi nas décadas de 60 e 80 que o feminismo e mais tarde o gênero passam a ser incorporados na historiografia, conforme Azevedo:

Somente entre as décadas de 1960 e 1980 que a História iniciou um processo de incorporação da História das Mulheres e, posteriormente, os estudos de gênero, muito influenciada pelos movimentos feministas e pela entrada das mulheres nas universidades, como alunas, professoras universitárias e pesquisadoras desse novo campo. (AZEVEDO, 2016, p.13).

Apesar da vasta produção sobre os estudos de gênero, nos currículos escolares e mesmo nas grades curriculares das licenciaturas, a temática do feminismo e de gênero não encontra grande destaque ou mesmo nenhuma abordagem.

É preciso lembrar que a escola educa para as relações de gênero, consciente ou inconscientemente, quando normatiza e disciplina comportamento para ambos os sexos. Assim, pensar e discutir essas temáticas é urgente. Conforme Colling:

No campo da educação, a problemática de gênero não se reduz mais às questões de acesso ao ensino e ao desempenho escolar, batalhas que já foram travadas e estão sendo superadas. A questão mais séria é que a história da desigualdade entre os gêneros, marcada pelos discursos que foram considerados verdadeiros mediante relações de saber e poder, historicamente foi aceita sem indagações pela escola, lugar por excelência da marcação sexual. Por outro lado, é lá na escola, que poderá ter início a construção da equidade de gênero e de relações sociais mais igualitárias. (COLLING, 2015, p. 37).

Dessa forma, acredita-se ser primordial oferecer embasamento teórico e metodológico para que professores e futuros professores possam trabalhar com as questões de gênero no ensino da História e das demais disciplinas. Sensibilizar e embasar teórica e metodologicamente as(os) professoras(es), durante seu percurso de formação inicial e também

---

<sup>47</sup> Sobre a *Escola de Annales* ver o livro de Peter Burke: *Escola de Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*.

durante sua vida profissional se torna fundamental para o desenvolvimento de práticas que não tolerem discriminações e desigualdades na escola. (AZEVEDO, 2016, p.13).

As ideias e obra de Ana Castro Osório (1872-1935), como possibilidade para o estudo de gênero, foram pensadas face à mesma ser uma intelectual portuguesa, mulher multifacetada (escritora, jornalista, feminista), que atuou em vários movimentos em prol do feminismo e da educação de mulheres e crianças. Em várias obras de Ana de Castro Osório, pode-se constatar a preocupação pela educação das mulheres e crianças, pelos debates sobre feminismo e o “papel” esperado da mulher perante a sociedade.

Tenha o coração alto e o espírito alevantado; não faça do amor o ideal único de sua existência, nem seu único fim. Pense no trabalho e no estudo, e deixe que as suas faculdades afetivas se desenvolvam livremente, ou se não desenvolvam mesmo, que isso deve ser indiferente à sociedade. (OSÓRIO, 1905, p. 12).

Ana acreditava na educação como forma de preparar para a cidadania e emancipação as mulheres; para ela, não existia diferença intelectual entre os sexos, essas diferenças foram construídas social e culturalmente. “E digo que supõe, porque está provado pela ciência que intelectualmente não há sexos privilegiados, mas unicamente indivíduos e, quando muito, raças”. (OSÓRIO, 1905, p. 15).

Ainda segundo essa autora, não seria justo que, por falta de educação, se perdessem talentos, que, muitas vezes, nem chegaram a se manifestar.

[...] as mulheres poderão, assim como os homens, distinguir-se pela ciência, pela indústria, pela arte, pelo comércio, pela pedagogia [...] as escolas estão abertas por igual aos dois sexos e não há já quem, nesta hora alta da civilização, se atreva a banir delas um indivíduo que as queira frequentar sob o pretexto da diferença de sexo. (OSÓRIO, 1905, p. 15-18).

Das diversas obras da intelectual, foram selecionados três títulos que certamente contribuíram para pensar as questões sobre feminismo, gênero e ensino de História:

- **As mulheres portuguesas** (1905) – trabalha questões como feminismo, trabalho feminino, igualdade entre os sexos, educação, casamento, lei do divórcio, etc.
- **A grande aliança** (1924) – reúne as palestras e conferências que Ana de Castro Osório realizou no Brasil, quando aqui esteve durante oito meses para as comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil. Essas conferências e palestras versavam sobre feminino, trabalho feminismo e a tentativa de uma aliança cultural luso-brasileira;
- **Em tempo de guerra** (1918) – relata a participação de Portugal na Primeira

Guerra Mundial, a atuação feminina, emancipação da mulher pela educação e trabalho. Este livro tem um forte apelo político.

Porém, nos alerta Méndez (2008) que um dos problemas a serem enfrentados pelo pesquisador, que pretende trabalhar com a história intelectual, é atribuir reflexões e conclusões ao seu objeto de análise, deslocando do seu contexto temporal. Assim é necessário frisar que as ideias e obras de Ana de Castro Osório serão analisadas no contexto histórico em que foram elaboradas, evitando anacronismo e/ou atribuir significados diferentes dos concebidos pela autora.

#### **4 Objetivo geral**

Promover o conhecimento sobre o movimento feminista e os estudos de gênero, fornecendo embasamento teórico-metodológico para professores e futuros professores, e assim contribuir para que essas categorias sejam utilizadas e incorporadas em sua prática docente.

##### **4.1 Objetivos específicos:**

- identificar o movimento feminista: principais fases e conquistas;
- discutir a participação de Ana de Castro Osório em movimentos em prol do feminismo;
- explicar o movimento feminista na atualidade;
- traçar um panorama sobre os estudos de gênero (conceitos, principais estudiosos e pesquisadores, etc.);
- identificar as questões de gênero presentes na obra de Ana de Castro Osório;
- identificar como os papéis e as hierarquias de gênero são construídas e legitimadas nos mais diversos contextos;
- discutir a inserção da temática de gênero, no ensino de História e nas demais disciplinas;
- divulgar ferramentas (*sites*, portais, periódicos, vídeos, etc.), a fim de contribuir com a preparação de propostas de ensino com a temática de gênero.



Para a elaboração do curso, foi criada uma página *wiki* que nomeiei de Ana de Castro Osório: feminismo e mediação cultural, a qual ficou disponível aos participantes. O objeto da página foi promover o acesso ao tema e servir de ferramenta didática para o estudo de gênero e ensino de História.

### Aula nº 01

**1. Data:** 13.4.2019

**2. Tema da aula:** feminismo e gênero

**3. Objetivos específicos:**

- identificar o movimento feminista: principais fases e conquistas;
- compreender o feminismo na atualidade.

**4. Metodologia**

#### 1º Momento

Como forma de mobilizar a turma, realizei uma atividade com a música Pagu (Rita Lee e Zélia Duncan) interpretada pela Cantora Maria Rita. A letra da música está disponível na página:

- <http://anacastroosoriofeminismo.pbworks.com/w/page/123667557/Vamos%20falar%20das%20Mulheres>.

Através da letra da música, pudemos contextualizar e discutir várias questões relacionadas às mulheres, entre elas:

1. perseguição religiosa;
2. a suposta fragilidade do sexo feminino;
3. as questões morais;
4. os estereótipos.

O objetivo desta atividade foi introduzir o tema a ser trabalhado, ou seja, feminismo, gênero e ensino de História e fazer uma roda de conversa, verificando o conhecimento e as opiniões que os participantes possuía sobre o tema.

#### 2º Momento

Fiz as considerações iniciais sobre o tema, com uma apresentação do *Prezi* (elaboração da autora).

- <https://prezi.com/view/AlzRJJsR8eEmT8QB0o7B/>

### **3ª Momento**

Discutimos, no grande grupo, os conceitos e o material sobre o feminismo apresentados no *Prezi*.

Logo após a discussão, assistimos ao documentário “Absorvendo o Tabu” (26 min) – documentário indiano de 2018, escrito e dirigido por Rayka Zehtabchi, vencedor do Oscar 2019, na categoria de Melhor Documentário de Curta-metragem. (Disponível aos assinantes Netflix).

O documentário aborda o cotidiano de uma comunidade rural na Índia. Nesta comunidade, a primeira menstruação significa que as meninas devem interromper os estudos. Em muitos casos, devido ao machismo e à falta de informação, muitas mulheres/meninas utilizam todos os tipos de tecidos, muitos deles sujos, folhas até como forma de contenção do fluxo menstrual, esta higiene precária muitas vezes causa infecções graves, que podem matar.

Também retrata o processo de implementação de máquinas para a produção de absorventes o que certamente trouxe melhorias nas condições de saúde e oportunidade de trabalho para muitas mulheres.

\*\*Após a exibição foram feitas considerações e discussões, no grande grupo, sobre as problemáticas abordadas pelo documentário.

### **Material de apoio**

#### ***\* Filmes feministas no Netflix***

- <http://anacastroosoriorofeminismo.pbworks.com/w/page/132679578/Filmes%20Feministas%20no%20Netflix>- Disponível na Página Wiki, elaborada pela autora.

#### ***\* O que é importante saber sobre o feminismo hoje***

- <http://www.futura.org.br/cursos-online/o-que-e-feminismo/>-. Acesso em: 23 mar. 2019.

O *link* do material do Canal Futura, bem como demais matérias de apoio estiveram disponíveis aos participantes na Página Wiki do curso.

### **Aula nº 02**

**1 Data:** 27.4.2019

**2 Tema da aula:** gênero e ensino de História

**3 Objetivos específicos:**

- compreender o conceito de gênero;
- discutir a inserção da temática de gênero no ensino de História e demais disciplinas;
- identificar como os papéis e as hierarquias de gênero são construídas e legitimadas nos mais diversos contextos.

#### **4 Metodologia:**

##### **1º Momento**

Foram retomados alguns conceitos da aula passada (13.4.19); mostraram-se *slides* elaborados a partir de uma matéria da *National Geographic* ([www.nationalgeographic.com.es](http://www.nationalgeographic.com.es)) intitulada “Os dados que mostram como é difícil ser mulher no mundo”. Ainda foram apresentados, alguns *slides* elaborados pela autora, denominados *feminismo em quadrinhos*.

Na sequência, entregou-se aos participantes uma folha com as perguntas abaixo para que respondessem sucintamente às seguintes perguntas:

1. O que é ser homem?
2. O que é ser mulher?
3. Quais as profissões masculinas e quais as femininas?
4. Quais as cores masculinas e quais as femininas?
5. Qual o papel do homem e da mulher na família?
6. Sempre foi assim ou no passado era diferente?

Respondidas as questões, foram entregues. Posteriormente foram discutidas.

##### **2º Momento**

Na sequência, houve uma apresentação de *slides*, sobre os conceitos de gênero. Logo após, foram devolvidas aos participantes as perguntas que responderam no início da aula. Foram lidas e questionou-se se seriam mantidas ou modificadas?

##### **3ª Momento**

Como forma de instigar os participantes a identificarem como os papéis e as hierarquias de gênero são construídas, assistimos a um pequeno trecho da novela “O cravo e a rosa”, exibida pela Rede Globo em 2000. A novela se passa nos anos 1920. Catarina a personagem principal é feminista e faz mil e uma peripécias para se livrar de Julião Petruccio,

seu pretendente. A novela é uma comédia e apresenta, com muito bom humor e inteligência, situações do cotidiano em que ficam muito bem evidenciadas as hierarquias de gênero.

Na sequência, fez-se a leitura das 18 dicas para as mulheres serem "boas esposas" (publicadas em 1955, na revista americana *Housekeeping Monthly*). Disponível em:

- <https://awebic.com/cultura/guia-boa-esposa-1950/> Acesso em: 3 mar. 2019.

Solicitei que, em duplas e ou trios, os participantes representassem (um pequeno teatro) situações do dia a dia, ou alguma experiência pessoal que vivenciaram, em que ficaram evidentes os papéis e as hierarquias construídos e legitimados para homens e mulheres.

### Material de apoio:

#### Artigos

- As estratégias do uso do gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. Autora: Jaqueline Aparecida Martins Zarbato.

Disponível em: [http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/viewFile/694/pdf\\_72-](http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/viewFile/694/pdf_72-)  
Acesso em: 10 fev. 2019.

- Gênero, biografia e ensino de História. Autoras: Katani Maria Nascimento Monteiro e Natália Pietra Méndez

Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/30636>. Acesso em: 10 fev. 2019.

### Aula nº 03

**1 Data:** 4.5.2019

**2 Tema da aula:** O feminismo e as questões de gênero presentes na obra de Ana de Castro Osório

**3 Objetivos específicos:**

- identificar como o feminismo e as questões de gênero estão presentes na obra e vida de Ana de Castro Osório;
- divulgar ferramentas (*sites*, portais, periódicos, vídeos, etc.), a fim de contribuir com a preparação de propostas de ensino com a temática de gênero.

### **4 Metodologia**

#### **1º Momento**

Foram retomados alguns pontos da aula anterior. Logo após, foi feita a apresentação de *slides* sobre a vida e obra de Ana de Castro Osório, e o vídeo “As Republicanas” (disponível na página *wiki* do curso e no endereço <https://vimeo.com/31654833>- Acesso em: 3 mar. 2019), para entendermos o contexto político, econômico e social no qual a intelectual desenvolveu seu pensamento e obra.

Também está disponível na página *wiki* do curso uma pequena biografia da intelectual.

- <http://anacastroosoriofeminismo.pbworks.com/w/page/123497457/Ana%20de%20Castro%20Os%C3%B3rio>

## **2º Momento**

Solicitou-se aos participantes que se dividissem em três grupos. Na sequência, entreguei aos grupos fragmentos de obras e textos de Ana de Castro Osório; os grupos fizeram a leitura, procurando identificar como questões sobre feminismo e gênero estão presentes na escrita dessa autora. Após a leitura, foi pedido que elaborassem um Mapa Conceitual.

Textos selecionados:

- Mulheres desnaturadas, mães desnaturadas – capítulo do livro *As mulheres portuguesas* (1905)
- A razão do ser do feminismo – artigo publicado no Jornal *A Capital*, de 7.2.1911
- Tese feminismo – apresentada no Congresso Nacional do Livre Pensamento e publicada no jornal *O Mundo*, de 22.2.1908
- Folheto de apresentação do Grupo Português de Estudos Feministas (1908)
- A Educação da Criança pela Mulher (1904) – conferência lida na Associação D’Ilustração Popular, por ocasião da distribuição de prêmios às alunas da Associação Educativa da Mulher Pobre
- As leis – Texto de Ana de Castro Osório sobre a paternidade, publicado no jornal da mulher, *O Mundo*, 14.7.1909

## **3ª Momento**

Na sequência, apresentou-se a página *wiki* desenvolvida como ferramenta didática para o curso, e mostrei os diversos materiais ali postados (artigos, livros, vídeos, materiais

didáticos, *sites*, periódicos, etc.) que ficaram à disposição dos participantes e puderam servir como aporte para o trabalho, em sala de aula, das temáticas sobre feminino e gênero.

\*\* No final do encontro foram passadas as orientações referente às aulas 4 e 5 \*\*

### Aulas 4 e 5:

As aulas **4** (11.5.19) e **5** (18.5.19) aconteceram na modalidade EaD. Os participantes elaboraram planos de aula, abordando as temáticas gênero e feminismo.

Como norteadores, utilizaram os diversos materiais disponíveis na página *wiki* do curso, bem como os *sites* mencionados durante as aulas anteriores. Elaborados os planos de aula, postaram os mesmos na página *wiki* em pasta disponibilizada para esta finalidade.

### **Referências**

ALVES, Moreira Branca; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1981.

AZEVEDO, Paula Tatiane. **É para falar de gênero sim: uma experiência de formação continuada para professoras/es**. 2016.85f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2016.

COLLING, Ana Maria. Inquietações sobre gênero. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 33-48, jan./jun. 2015.

GARCIA, Cristina Garcia. **Breve história do feminismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Claridade, 2015.

OSÓRIO, Ana de Castro. **As mulheres portuguesas**. Lisboa: Ed. Viúva Tavares Cardoso, 1905.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Regina Céli Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Teresa; ALVAREZ, Teresa. Introdução. História das mulheres, história do gênero: produção e transmissão do conhecimento histórico. **Revista ex aquo (Associação Portuguesa de estudos sobre mulheres)**, Portugal, n. 30, p. 9-21, 2014.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise da história. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

APÊNDICE E  
Material de divulgação do curso de Extensão

**Curso de extensão:**  
**Feminismo, Gênero e Ensino de História:**  
a obra de Ana de Castro Osório como ferramenta Didática



**Quando** - Aos sábados, dias 13, 27/04 e 04/05/2019 (e dois encontros virtuais).

**Horário** – 8h30min às 12h30min

**Público** - Acadêmicos das licenciaturas, professores da Educação Básica e público em geral.

**Investimento** - R\$15,00      **Carga horária** - 20h/a

**Objetivo** - Promover conhecimento sobre o movimento feminista e os estudos de gênero, fornecendo embasamento teórico e metodológico para professores e futuros professores, contribuindo para que essas categorias sejam utilizadas e incorporadas na prática docente.

**Docente** – mestranda Juliana Goulart Machado (PPGHis/UCS)

**Inscrições** – Pelo Site UCS/Extensão